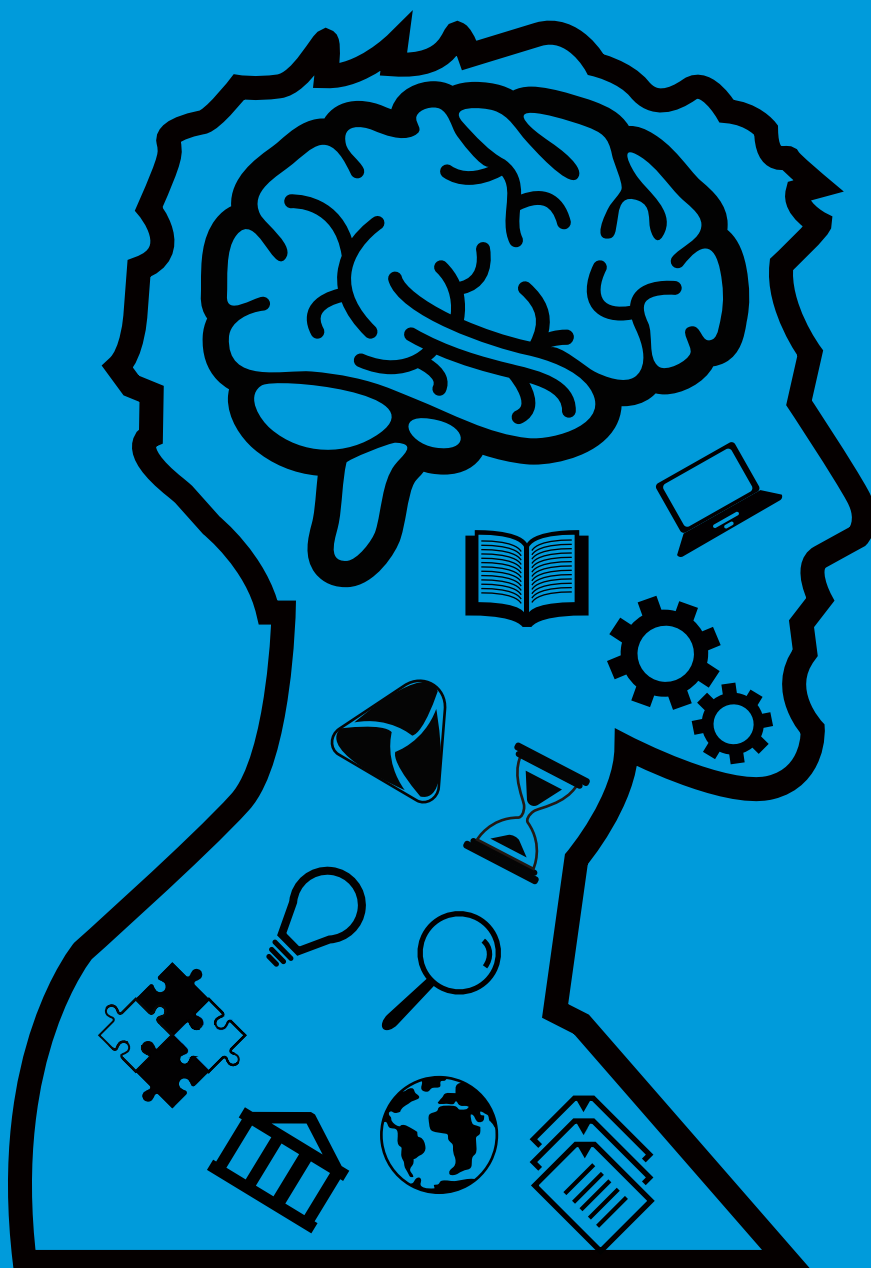


# Revista Fontes Documentais

v. 01 n. 01 - set./dez. 2018

ISSN - 2595-9778



## EXPEDIENTE

### CONSELHO EDITORIAL E AVALIATIVO

**Márcia Ivo Braz** - Professora Assistente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda em Ciências da Linguagem pela UFPE. Mestra em Ciência da Informação. Bacharelado em Biblioteconomia pela UFPE Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa "Organização e Representação do Conhecimento" e "Laboratório de Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (LOGIC)"

**Maristela do Nascimento Andrade** – Possui experiência como professora junto a Universidade Tiradentes (UNIT). Mestre em História, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), possui Pós-graduação em Escola e Comunidade, pela UFS, Pós-graduação em Docência e Tutoria em Ensino a Distância pela UNIT. Graduação em Licenciatura em História pela Faculdade José Augusto Vieira (FJAV). Graduação em Ciências Naturais, pela UNIT. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA).

**Pablo Boaventura Sales Paixão** – Assessor de Comunicação e Eventos, além de Coordenador de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Sergipe (IFS) - Campus Socorro. Doutor em Ciência da Informação, pela Universidade Complutense de Madri, com título revalidado pela Universidade de Brasília (UnB); Mestre em Educação; Especialista em Comunicação e Mídia Digital e Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Tiradentes - UNIT.

**Ronnie Fagundes de Brito** - Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) realizando pesquisa e desenvolvimento em sistemas para gestão da informação. Doutor e mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Sistemas de Informação pela UFSC. Tem experiência em Mídia e Conhecimento na Educação e Acessibilidade.

**Silvânia Santana Costa** - Coordenadora da Pós-graduação Lato Sensu na modalidade a distância da Universidade Tiradentes (UNIT); professora Adjunto I na UNIT. Possui Doutorado em Educação pela PUCRS, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em História pela UFS. Especialização em Magistério Superior pela UNIT.

**Zeny Duarte de Miranda** – Professora Titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do mestrado e doutorado em Ciência da Informação PPGCI/UFBA. Chefe do Departamento de Documentação e Informação, UFBA (2009-2013). Coordenadora do Colegiado de Arquivologia, UFBA (2002-2005). Pós-doutora pela Universidade do Porto. Doutora em letras pela UFBA. Criou e chefou o Arquivo

Fotográfico do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Consultora do Inep/MEC, avaliando cursos da área.

## **AVALIADORA CONVIDADA**

**Bárbara Coelho Neves** - Professora Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação (FACED-UFBA) e Mestre em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA). Graduada em Biblioteconomia e Documentação (ICI-UFBA), possuindo especialização em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada (NPGA-UFBA) e Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

## **CONSELHO TÉCNICO**

### **Editor-Chefe**

Salim Silva Souza

### **Capa e Editoração**

Gabriel Ferreira Souza

### **Consultora de TI**

Cecília Santos Almeida

### **Secretaria Executiva**

Vanuci Fernanda Freitas da Silva

### **Normalização**

Salim Silva Souza

### **Revisão de Texto**

Maria Monize Andrade de Paula

Luana Carla de Andrade

### **Tradução**

Luana Inês Alves Santos

### **Colaboração**

Andréia Bispo dos Santos

Ana Paula Rocha

### **Produção**

Agencia Personale

### **Apoio**

Instituto Federal de Sergipe

Hostinger

### **Endereço postal**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

DIREÇÃO GERAL DE BIBLIOTECAS

End.: Avenida Engº Gentil Tavares da  
Mota, 1166 Bairro Getúlio Vargas CNPJ:  
10.728.444/0003-63 - Aracaju - SE - CEP:  
49055-260 - Brasil. Telefone: 3711-3240

E-mail: secretaria@fontesdocumentais.info

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em  
História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES. v. 1, n. 1  
(2018) – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal  
de Sergipe.

CDU 02(05) CDD 020.5

## EDITORIAL

É com grande satisfação que a Revista Fontes Documentais publica o seu primeiro número, que compreende ao período de setembro a dezembro de 2018, trazendo artigos originais e relatos de experiências.

A Revista Fontes Documentais é um periódico quadrimestral, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES do Instituto Federal de Sergipe, e tem como objetivo atuar como um veículo difusor e fomentador da produção acadêmica, primeiramente dos pesquisadores locais e, em extensão, da pesquisa científica na área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Educação, História e Tecnologia da Informação e Comunicação.

A Revista Fontes Documentais oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Esse número apresenta sete trabalhos de excelente qualidade.

A pesquisa **Viabilização da disseminação das memórias institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)**, de Gabrielle do Nascimento Matos, Dulce Elizabeth Lima de Sousa e Silva, Manuela do Nascimento Silva e Nádia Cuiabano Kunze, apresenta aos leitores o Memorial Institucional do IFS, que está em fase de implantação, sob a responsabilidade da Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo (CGPA).

Em **Ética profissional e memória no arquivo**, Alessandro Aquino Dias tece comentários sobre o entendimento do arquivo enquanto lugar de memória e a questão ética associada a tal pensamento. O itinerário dos argumentos apresentados nessa pesquisa entrelaça Arquivologia, Ciência da Informação, Ética, História e Sociologia.

O artigo **Configuração, uso e representação da informação com aplicação de uma tabela de classificação segundo a Portaria 1.224/2013**, de Marilucy da Silva Ferreira, apresenta um relato de experiência quanto a aplicação de uma tabela de classificação, que teve como base a Portaria 1.224/2013, realizada em um arquivo acadêmico de uma faculdade de ensino superior do Recife.

Em **A escassez de fontes primárias de feministas da primeira metade do século XX no Rio de Janeiro**, de Bárbara Moreira Silva de Barros, traz a problemática de escassez de registros oficiais sobre atuação das mulheres numa perspectiva histórica, propondo o uso de arquivos pessoais/privados de feministas no contingenciamento dessa ausência, alinhando esse tipo de arquivo com a área da Arquivologia.

O artigo **História, memória, respeito e valorização: um olhar sobre a Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes de Porto Velho – RO**, de Miriã Santana Veiga e Jussara Santos Pimenta, apresenta a Biblioteca Pública José Pontes, no estado de Rondônia, propondo soluções na área da Biblioteconomia para as futuras intervenções em seu acervo bibliográfico.

Em **Política de preservação digital para periódico eletrônico no Nordeste: um estudo da Rede Cariniana**, de Barbara Coelho Neves e Gleice Santos Santana, descreve quais soluções a Rede Cariniana disponibiliza com enfoque nas políticas de informação para a preservação do periódico digital na região Nordeste do Brasil.

Finalizando, o artigo **Repositório Institucional como ferramenta de preservação da memória e disseminação do conhecimento no ensino público superior sergipano**, de Salim Silva Souza e Josefa Eliana Souza, traz os relatos das experiências dos Repositórios Institucionais da Universidade Federal de Sergipe (RI-UFS) e do Instituto Federal de Sergipe (RIFS), no que tange a preservação da memória digital e disseminação do conhecimento científico-acadêmico.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para realização desse primeiro número, dentre os quais, autores, avaliadores, revisores, editores e colaboradores.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Salim Silva Souza  
Editor-chefe

# SUMÁRIO

**EDITORIAL** \_\_\_\_\_ **01**

**VIABILIZAÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DAS MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS)**

(Gabrielle do Nascimento Matos, Dulce Elizabeth Lima de Sousa e Silva, Manuela do Nascimento Silva, Nádia Cuiabano Kunze) \_\_\_\_\_ **03**

**ÉTICA PROFISSIONAL E MEMÓRIA NO ARQUIVO**

(Alessandro Aquino Dias) \_\_\_\_\_ **19**

**CONFIGURAÇÃO, USO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COM APLICAÇÃO DE UMA TABELA DE CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A PORTARIA 1.224/2013**

(Marilucy da Silva Ferreira) \_\_\_\_\_ **32**

**A ESCASSEZ DE FONTES PRIMÁRIAS DE FEMINISTAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO RIO DE JANEIRO**

(Bárbara Moreira Silva de Barros) \_\_\_\_\_ **47**

**HISTÓRIA, MEMÓRIA, RESPEITO E VALORIZAÇÃO: um olhar sobre a Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes de Porto Velho – RO**

(Miriã Santana Veiga, Jussara Santos Pimenta) \_\_\_\_\_ **62**

**POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL PARA PERIÓDICO ELETRÔNICO NO NORDESTE: um estudo da Rede Cariana**

(Barbara Coelho Neves, Gleice Santos Santana) \_\_\_\_\_ **75**

**REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR SERGIPANO**

(Salim Silva Souza, Josefa Eliana Souza) \_\_\_\_\_ **94**

---

**VIABILIZAÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DAS MEMÓRIAS INSTITUCIONAIS  
 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
 SERGIPE (IFS)**

VIABILIZATION OF THE DISSEMINATION OF THE INSTITUTIONAL MEMORIES OF THE FEDERAL INSTITUTE  
 OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF SERGIPE (IFS)

---

**Gabrielle do Nascimento Matos**

Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista de Extensão do Instituto Federal de Sergipe (IFS). E-mail: gabriellymattos@yahoo.com.br

**Dulce Elizabeth Lima de Sousa e Silva**

Arquivista do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Mestranda em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFS). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa OIT - Observatório Informacional do Trabalho – UFS. E-mail: dulce.sousa@ifs.edu.br

**Manuela do Nascimento Silva**

Arquivista do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Coordenadora Geral de Protocolo e Arquivo do IFS. Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Arquivologia (UFBA). E-mail: manuela.silva@ifs.edu.br

**Nádia Cuiabano Kunze**

Coordenadora da Pós-graduação do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). Profa. Doutora em História da Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – GEM (UFMT). E-mail: nadia.kunze@cba.ifmt.edu.br

**RESUMO**

O artigo apresenta meios para a viabilização da disseminação das memórias institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), enfatizando a importância social da prestação desse serviço. A metodologia se dividiu em duas etapas: autores da área de Arquivologia, Museologia, História da Educação e normas que regulamentam a criação do IFS. Já na segunda etapa, as ações desenvolveram-se de forma observatória exploratória sistemática, durante a implantação e construção do Memorial Institucional, com abordagem qualitativa, utilizando a interligação entre memória e Internet, a partir de vivências e experiências ocorridas no passado. Na análise dos dados foram

observados os recortes temporais de funcionamento, os recursos, a didática e as nuances de cada instituição-alicerce na fundação do IFS.

**Palavras-chave:** Informação. Memória. Memorial do IFS.

**ABSTRACT**

The article presents ways to make the dissemination of institutional memories of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Sergipe (IFS) feasible, reinforcing the social importance of this service. The methodology was divided in two parts: one by authors of Archives, Museology, History of Education and another by regulations of the IFS's creation.

In the second part, the actions were developed in a systemic observatory and exploratory way, during the establishment and construction of the Institutional Memorial, with a qualitative approach, using the link between memory and Internet through the perceptions and experiences

that happened in the past. In the data analysis were observed timeframes of functioning, the resources, the didactic and the nuances of each institutional basis in the IF's foundation.

**Keywords:** Information. Memory. IFS Memorial

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se observado o desenvolvimento humanista na disseminação da informação, em que o usuário apropria-se desta e se insere numa sociedade em que o desenvolvimento da cidadania é baseado no acesso à informação.

A visão museal vem sofrendo alterações com o passar dos anos. Os espaços museais com amplas coleções, nos quais predominavam os objetos tridimensionais como atrações, localizados, em sua maioria, nos grandes centros urbanos, transformando à forma como o público absorve o acervo, compreendendo o material armazenado nessas instituições, tornam-se parte preponderante da sua formação cultural.

Uma das formas de aproximação dos museus para com seus usuários é a sua virtualização na rede mundial de computadores (Internet), disponibilizando, assim, seus grandes acervos ao público mais longínquo e facilitando a forma de se fazer pesquisa e expandir a ciência.

Em 2016, iniciou-se o processo de montagem do Memorial Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), projeto que tem como objetivo a salvaguarda da memória do ensino profissionalizante do estado. A história do IFS nasceu em 1909 com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices, que possuía o objetivo inicial de “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna para adquirir hábitos de trabalho” e do Patronato São Maurício, criado em 1924, para socializar os menores delinquentes, ofertando-lhes cursos de ofícios a fim de instruí-los para a realização de trabalhos tidos como sérios ou úteis à época.

Com o passar do tempo, ambas as instituições se transformaram e evoluíram, paralela e respectivamente, em CEFET-SE e Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Em 2008, elas se integraram e, dessa fusão, ocorreu a criação do IFS.

O presente texto tem como propósito apresentar a experiência desse ambiente virtual em questão. A idealização para criar um hot site, no qual apresentaria o recorte da longa história do IFS, em meio eletrônico, surgiu como resultado de um projeto de resgate da memória institucional,



no qual foram realizadas buscas de fotografias antigas da instituição, recolhimento de jornais de época que pontuaram a história da Instituição. O hotsite do memorial encontra-se em fase contínua de construção, contudo já possui informações acessíveis aos usuários que foram levantadas em dois anos de trabalho.

A metodologia empregada foi executada em duas etapas. Na primeira realizou-se o levantamento na literatura de alguns teóricos que discorrem sobre a relação da informação, memória e ciberespaço, os tipos de usuários, a internet, instituições museais e a disseminação da informação. Também foram analisadas normas que regulamentam os alicerces do IFS para construção de um breve panorama sobre o caso em estudo.

A segunda etapa do estudo baseia-se em pesquisa observatória exploratória sistemática, durante a implantação e construção do Memorial Institucional do IFS, com abordagem qualitativa utilizando a interligação entre memória e Internet a partir de vivências e experiências ocorridas no passado. Ou seja, desenvolveu-se de forma descritiva de modo a pontuar observações e atividades realizadas na instituição pesquisada, necessárias para a divulgação na internet da história e memória institucional durante a implantação do Memorial do IFS em sua versão digital.

## **2 INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Diante da crescente massa informacional que está sendo produzida e da busca pela sua disseminação entre os indivíduos, Capurro (2007) pontua que a emergência da Ciência da Informação e o surgimento da Tecnologia da Informação, com seus impactos globais na comunidade, fazem com que a informação adquira um status relevante, caracterizando a sociedade contemporânea como a sociedade da informação.

Azevedo Netto (2007) ressalta que o conceito de informação vem despertando uma série de discussões acerca de sua delimitação, forma de uso, nível social e cotidiano no âmbito da Ciência da Informação e que ela só existe na presença do homem, como receptor, e ao mesmo tempo, como um ser e ator social.

Para o autor, no processo informacional, o homem deve ser considerado e a informação é vista como um produto da confecção humana. Nessa perspectiva, ela adquire a forma de artefato, onde sua existência só é percebida quando criada uma relação de significação. Ele a caracteriza como o resultado de uma ação intencional de registro, que passa por níveis de interpretação,

contextualização, interlocução, e onde a experiência distante passa a ser a experiência próxima. A recontextualização considera dois fatores, o tempo e o espaço. Nesse entendimento, a tecnologia da informação passa a contribuir com novas interpretações da informação.

Castells (2018) aponta que o paradigma tecnológico foi constituído na década de 1970, nos Estados Unidos, e está relacionado com a inovação individual e a iniciativa empreendedora, oriundas da cultura dos *campi* universitários norte-americanos, empregando o espírito libertário dos anos de 1960. Assim, à época, as novas tecnologias da informação explodiram com todos os tipos de aplicações e uso. Algo que vem sendo replicado até hoje.

Esse mesmo autor utiliza a teoria sociológica para assinalar que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de *Produção, Experiência e Poder*. Ele entende por *Produção* a apropriação e transformação da humanidade sobre a matéria, com o objetivo de produzir benefícios, consumindo e acumulando essas transformações. Compreende a *Experiência* como a ação dos sujeitos sobre si mesmos, determinada pela interação entre identidades biológicas e culturais com relação aos ambientes sociais e naturais. E, por fim, considera o *Poder* como a relação, baseada na produção e na experiência, entre sujeitos humanos que impõem a vontade de alguns sobre a dos outros. Castells (2018) também entende que a comunicação simbólica entre os humanos e a natureza, com base na produção, experiência e poder, cristalizou-se em territórios específicos, gerando culturas e identidades coletivas.

A questão da identidade, de acordo com Azevedo Netto (2007), vem sendo abordada em várias esferas sociais, isto ocasionado pelo processo da globalização. A afirmação e reafirmação da identidade passam a ser vistas como uma forma de sobrevivência e autorreferência de grupos e regiões.

Além de abordar os aspectos sobre identidade, esse autor também estabelece uma relação entre a memória e a identidade. Para ele, a relação entre ambas está mediada pelo documento, em seus mais variados suportes, pois estes trazem consigo a historicidade necessária ao reconhecimento desses construtos. Há um entendimento de que a memória remete a um passado na esfera da consciência individual e, sobretudo, coletiva (AZEVEDO NETTO, 2007).

Pollak (1992), por sua vez, compreende que os elementos que constituem a memória individual ou coletiva são os acontecimentos vividos pessoalmente e os vividos na coletividade a qual a pessoa se sente pertencer. Do mesmo modo, a memória conta com personagens, conhecidos

ou não, que se tornam familiares com os lugares que evocam lembranças, os lugares de memória. E no processo de globalização e de apropriação da informação, propiciado pelo uso das tecnologias da informação, a sociedade está cada vez mais em rede.

### 3 A FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MUSEAIS

As Instituições Museológicas, como afirma Suano (1986), nasceram na Grécia com o surgimento dos *Mouseions*, a casa das Musas<sup>1</sup>. Um lugar onde se replica a cultura, acomoda a cultura, respira a cultura. Contudo, com a queda de Roma, desaparecem e ressurgem na Europa, entre os nobres, com o nome de Gabinetes de Curiosidades, que eram ambientes de colecionadores onde só se acumulavam objetos sem uma organização definida.

Os Gabinetes eram formados por tudo o que era exótico e raro, alguns deles tinham acesso pago e outros mantinham acesso mediante convite. Existiam os gabinetes secretos e alguns eram abertos ao público em geral. Eles marcam a ideia do prazer de colecionar que é a definição que norteia a museologia.

O século XVIII é marcado pelo surgimento dos primeiros Museus Nacionais como o *Louvre* e *British Museum*. Mas, qual era a diferença entre Museu e Gabinete? Em primeiro lugar, era a ideia de coleção e, em segundo, a ideia propagada pelo Iluminismo de que essas Instituições ajudaram na formação da identidade nacional.

Entre o fim do XVIII e o início do XIX, os museus pós-Iluminismo são os responsáveis pela construção do imaginário coletivo e representativos dos Estados Nacionais. Santos (2018) afirma que os museus contribuem de forma mais específica para a consolidação de uma unidade construída entre passado e presente no imaginário coletivo das nações.

É errôneo acreditar que os museus perderam a sua forma original, pois essas instituições se adaptaram ao tempo. De acordo com Bruno (2007, p. 6), os museus passaram de instituições elitistas, colonizadoras, sectárias e excludentes, a instituições que procuram os caminhos da diversidade cultural, da repatriação das referências culturais, da gestão partilhada e do respeito às diferenças, de forma objetiva e construtiva.

---

<sup>1</sup> É uma figura feminina da mitologia grega, fonte de inspiração nas artes ou ciências.

De acordo com a Política Nacional de Museus, lançada pelo Ministério da Cultura, em maio de 2003, os museus, mais do que instituições estáticas, são "processos a serviço da sociedade", e são instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, inclusão social, construção da identidade e do conhecimento, juntamente com o crescimento da percepção crítica da realidade pela sociedade.

### 3.1 OS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 169) define os usuários como pessoas físicas e jurídicas que consultam informações nos arquivos, intitulados de consulentes, leitores ou pesquisadores, ou seja, direciona ao conceito de usuário da informação. No entanto, Bellotto (2006, p. 42) alarga o conceito para produtores de documentos ou informação, profissionais da área jurídica e pesquisadores administrativos, introduzindo na literatura a visão pós-custodial, na qual o usuário participa de qualquer parte do ciclo de vida dos documentos.

Segundo Bellotto (2006, 28-29), existem quatro tipos fundamentais de usuários da informação: o administrador, aquele que produz a documentação e que dela faz uso em seu processo decisório; o cidadão que busca dados juridicamente válidos; o cidadão comum, não graduado em busca de cultura geral; e o usuário pesquisador, caracterizado por buscar informações para a realização de estudos que ajudam no desenvolvimento da ciência, tecnologia e cultura.

Conforme Cunha e Cavalcanti (2008, p. 130), a disseminação da informação é a “difusão de informações ou documentos distribuídos à pessoas ou entidades, a partir de um ponto central de armazenamento”.

A disseminação consiste também em

[...] transmitir ao usuário as informações que ele necessita ou dar-lhe a possibilidade de ter acesso a estas informações. [...] é a razão de ser das unidades de informação e deve ser sua preocupação principal. (GUINCHAT; MENO 1994, p. 347.)

Sendo assim, disseminar os conteúdos compostos nos documentos ou objetos é permitir que as informações tornem-se acessíveis aos usuários, ajudando no desenvolvimento da cidadania,

concedendo à população o conhecimento contido em documentos com valor administrativo, educativo, histórico, cultural, artístico e científico.

### 3.2 MEMÓRIAS VIRTUALIZADOS

A difusão da informação pode ser realizada de várias maneiras e, com o advento das novas tecnologias, tornam-se vastas as possibilidades. Um dispositivo tecnológico que tem permitido essa ampla difusão de informações é a internet, que vem se expandindo pelo mundo. Um fator que desencadeou essa expansão foi o desenvolvimento do World Wide Web (WWW), pelo engenheiro inglês Tim Bernes-Lee, possibilitando a utilização de uma interface gráfica e a criação de sites mais eficazes e atraentes.

A internet possibilita uma ampla divulgação de instituições e empresas; amplia a prestação de serviços; ajuda, através de pesquisas em websites, na tomada de decisão e facilita o acesso a documentos para os usuários, entre outras formas de amparo no dia a dia da sociedade. Esse dispositivo tecnológico causou grande impacto em todas as esferas da sociedade. Hoje em dia, grande parte da população não consegue viver sem seu uso. A partir desse avanço, uma grande quantidade de informações científicas, culturais e artísticas têm sido disseminadas e acessadas por diversos usuários, já que, com o advento, tempo e distância não representam mais barreiras.

Através da Internet, as possibilidades de disseminação de informação se alargam, devido ao grande número de oportunidades que ela propicia. Dentre elas existem os websites que são “conjuntos de documentos de uma localidade ou instituição, formatados em html, colocados à disposição dos usuários da internet” (UNESP, 2000 apud MARIZ, 2012, p. 63). Além disso, apresentam diversas vantagens referentes à facilitação do acesso à informação, atingindo um público maior, ampliando o atendimento aos pesquisadores e permitindo pesquisas que aumentam a divulgação do arquivo, como pontua Mariz (2012).

Quando se trata de informações disponíveis na Internet, pode-se falar delas como produtos que são disponibilizados de forma rápida e fácil para os usuários. Essa tecnologia ganha espaço significativo na sociedade, tornando-se uma ferramenta de apoio à disseminação de informações e auxiliando no processo educacional.

Contudo, para que não haja exclusão de nenhuma parte da sociedade, é preciso “a implantação de políticas de informação que, ao mesmo tempo, viabilizem um maior uso dos novos suportes [...] e facilitem o acesso à informação” (MARIZ, 2012, p. 15).

De acordo com Jardim (1999 apud MARIZ, 2012, p. 15), é de suma importância aumentar a disponibilidade de informações na internet. Através dessa disponibilização, os usuários poderão utilizar seus direitos que são garantidos por lei, uma vez que as informações estejam disponíveis e o cidadão possua recursos tecnológicos para acessá-las.

#### **4 OS ALICERCES DO IFS**

A História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) é o resultado do encontro de duas grandes instituições de ensino do Estado de Sergipe, uma nasce no município de Aracaju, capital do Estado, e a outra no povoado de Quissamã, localizado na cidade de São Cristóvão.

Com caminhos distintos, porém voltados para educação e trabalho para os desvalidos como uma alternativa, a Escola de Aprendizes e Artífices (EAA) - Aracaju e o Patronato São Maurício - Quissamã, tinham como objetivo a formação de mão de obra voltada para necessidade produtiva do Estado.

Diversas foram as transformações que essas escolas passaram ao longo do tempo e com a publicação da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, a Escola Técnica e Agrotécnica São Cristóvão são reunidas e origina-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

A partir de 2008, as escolas técnicas e tecnológicas federais iniciaram o processo de interiorização que, de acordo com Gouveia (2016), ocorreu mediante o deslocamento dessas instituições educativas para o interior dos estados brasileiros, na perspectiva de se desenvolver a educação profissional de qualidade e de se reduzir as desigualdades sociais e regionais no país.

Nos últimos dez anos houve uma considerada expansão do IFS por diversas cidades do interior do Estado. Além de Aracaju e São Cristóvão, cidades como Lagarto, Itabaiana, Estância, Glória, Propriá, Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo (em fase de

implantação), e 01 (um) polo em Cristinápolis, também receberam um campus dessa instituição de ensino.

Totalizando cento e sete anos de funcionamento, o Instituto atende às necessidades produtivas do Estado e dos cidadãos sergipanos no que diz respeito à educação, por meio da integração à comunidade e do oferecimento de ensino, pesquisa e formação profissional de qualidade. Nas seções seguintes, discorreremos sobre as escolas que juntas tornaram-se alicerces para a instituição centenária que é o IFS.

#### 4.1 O CAMINHO PERCORRIDO DA ESCOLA DE APRENDIZES E ARTÍFICE DE SERGIPE (EAA) AO IFS.

As Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA) surgem durante o governo do Presidente Nilo Peçanha, mediante a expedição do Decreto 7.566, em 23 de setembro de 1909, que as criou em vários estados do País, contudo, a escola, no estado de Sergipe (SE), só é inaugurada em 1911.

A EAA-SE tinha como seu público alvo os menores desafortunados e o objetivo era formar mão de obra. Conforme aponta Patrício (2003, p. 17),

A educação profissionalizante teve dupla finalidade: como escola de ensino primário, incentivava valores éticos e morais educando indivíduo para viver em sociedade, enquanto o ensino de ofícios teria como objetivo qualificar os jovens das camadas populares da sociedade através do aprendizado para o trabalho.

Em 1911, a EAA-SE ficou entre as dez primeiras em número de matrículas no conjunto de dezenove já existentes no país. Segundo Cardoso (2009), houve matrícula de 120 alunos, contudo, apenas 69 concluíram o curso ao término do ano letivo. A partir de 1922, a escola recebe um número maior de estudante, quantificando o total de 188. Em 1930, o número se amplia ainda mais para 268 alunos matriculados.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil na década de 1930 interferem na EAA-SE, acarretando alteração em sua nomenclatura, transformando-a em Liceu Industrial de Aracaju.

Após a promulgação da Decreto-Lei n.º 4.127, de 23 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial se transforma em Escola Industrial de Aracaju. Nesse novo momento, as disciplinas ofertadas na instituição foram desdobradas, dando maior ênfase à cultura geral e à inclusão de provas parciais

e finais. Também houve a inclusão das Cadernetas de Trabalho, instrumento responsável por controlar dos trabalhos produzidos nas oficinas pelos alunos da instituição.

Cardoso (2009) afirma que, em 1943, foram criados os cursos de Aparelhos Elétricos e Telecomunicações, Tipografia e Encadernação e, neste período, se inseriram no currículo escolar as aulas de Música e de Educação Física.

Em 1944 ocorre o ingresso das primeiras mulheres estudantes do Liceu Industrial de Aracaju nos cursos de Corte e Costura e de Chapéus, Flores e Ornatos. Porém, os cursos não prosperaram, pois apenas 4 mulheres concluíram e formaram-se. Devido ao baixo índice de formandas, houve a extinção dos cursos voltados para a área feminina, sendo iniciados novamente apenas em 1959, 15 anos depois.

Dando continuidade à sua trajetória, em 20 de agosto de 1965, o Liceu Industrial transforma-se em Escola Industrial Federal de Sergipe, atendendo à Lei n.º 4.759, que dispôs sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais.

A Portaria Ministerial n.º 331, de 17 de junho de 1968, alterou a lei anterior e a Escola Industrial passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Sergipe (ETFSE), marco para o ensino profissionalizante no estado. No período da ETFSE começa a expansão da instituição com a instalação, em 27 de junho de 1995, da Unidade Descentralizada de Ensino de Lagarto (UNED-Lagarto). A expansão atendeu à região Centro-Sul do estado. A UNED-Lagarto foi aberta com os cursos de Informática Industrial, Construção Civil e Eletromecânica.

Segundo Cardoso (2009), no final da década de 1990, ocorre mais uma mudança na escola quando ela se transforma em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-SE), por meio do projeto que iniciou-se em 1997 com base na Lei n.º 8.948<sup>2</sup>, de 8 de dezembro de 1994. Contudo, a consolidação do CEFET-SE se dá apenas em 13 de novembro de 2002.

O CEFET-SE era composto como Instituições de Educação Tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto e esse fato possibilitou a implantação dos primeiros cursos tecnológicos de formação de ensino superior.

---

<sup>2</sup> A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.



### 4.3 CONTANDO A HISTÓRIA DO PATRONATO SÃO MAURÍCIO: UM DOS PILARES DO IFS

A escola em São Cristóvão tem início em 1924, entretanto seu primórdio se dá no início do século XX, quando os Salesianos<sup>3</sup>, em 1902, tentaram formar um núcleo de educação que era intitulado de Tebaida. Carvalho (2004) relata que devido aos problemas de ordem política, por conta da ligação dos salesianos ao Governador Olímpio Campos, eles não obtiveram apoio para a manutenção da iniciativa. Esta iniciativa volta a tomar forma em 1924, durante o governo de Maurício Graccho Cardoso.

O Decreto n.º 890, datado de 14 de novembro de 1924, deu início à criação do Patronato São Maurício, contudo, Nery (2006, p. 31) afirma que a inauguração real da escola se deu apenas em 02 de maio de 1925, com efetiva entrada de 41 alunos internados, quadro composto por crianças abandonadas e pervertidas. A escola era constituída por alunos que cometeram pequenos delitos. Convém ressaltar que 65% dos alunos eram analfabetos.

Segundo Carvalho (2004), a escola passa por uma série de mudanças em sua nomenclatura até a constituição do IFS. São elas: Patronato São Maurício (1924), Patronato de Menores Francisco de Sá (1926), Patronato de Menores Cyro de Azevedo (1931), Aprendizado Agrícola de Sergipe (1934), Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1939), Escola de Iniciação Benjamin Constant (1946), Escola Agrícola Benjamin Constant (1957), Colégio Agrícola Benjamin Constant (1964), Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1979).

Observa-se que diferente da Escola de Aprendizes e Artífices em Aracaju, que possuía a característica de preparar os filhos de desfavorecidos para a formação de mão-de-obra, o Patronato São Maurício tinha um caráter reformador, agregando menores tidos como delinquentes à época.

## 5 MEMORIAL DO IFS

O Memorial do IFS foi institucionalizado a partir da publicação da portaria n.º 1.685 de 15 de junho de 2018. Ele está subordinado à Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo e vinculado à Coordenadoria dos Arquivos Históricos e Memorial, CHISM. Apesar de ter sido institucionalizado em 2018, as iniciativas para implantação vêm sendo desenvolvidas desde 2016,

---

<sup>3</sup> É uma congregação religiosa da Igreja Católica Romana fundada em 1859 por São João Bosco.

quando a Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo (CGPA) torna-se a responsável pelo projeto de implantação e é lançado um Edital de Extensão para alunos do curso de Museologia.

Estão sendo desenvolvidas duas vertentes de ações, a implantação do memorial físico, na qual peças para compor o acervo estão sendo recebidas, por doação, e recolhidas nos campi, as quais estão sendo catalogadas e descritas. A outra vertente é produção do memorial digital, com o objetivo de organizar o *hotsite* como uma fonte de pesquisa. No que tange à educação técnica e agrotécnica, foram criadas diversas iniciativas para disponibilizar as informações.

Na construção do memorial institucional, há um resgate da trajetória histórica institucional centenária que se entrelaça com a própria história do Estado de Sergipe. É necessário fazer um resgate dessa memória escolar que foi esquecida no tempo e até então não foi valorizada.

Por meio do conhecimento da história do Instituto, é possível observar e entender a formação cultural da sociedade sergipana e as origens e transformações da sua educação, sobretudo, a profissionalizante, assim como entender os movimentos sociais, políticos e econômicos desenvolvidos no país.

O Memorial do IFS contribui para a formação da identidade do Instituto, à compreensão, por parte dos discentes, docentes e técnicos, da relevância desta instituição que oferece uma educação pública, gratuita e de qualidade, bem como subsidia o desenvolvimento de pesquisas ao ser uma relevante fonte de consulta que remete a diversos trabalhos acadêmicos, fotografias, jornais, bem como que favorece a construção e reconstrução da memória individual e coletiva.

## 5.1 HOTSITE DO MEMORIAL DO IFS

Para preservar e contar a história da instituição, bem como salvaguardar a memória institucional na vertente do memorial digital, ou seja, no *hotsite*, estão disponibilizadas as informações que guardam um recorte temporal sobre o funcionamento, os recursos, a didática e as nuances de cada instituição-alicerce na fundação do IFS. Além de oferecer informações sobre a instituição, o memorial do IFS faz um relato ao público sobre a história do Estado de Sergipe através das transformações ocorridas nas escolas.

Para efetivar a iniciativa do memorial digital, foi vinculado ao site institucional um *hotsite* denominado Memorial do IFS. Nesse ambiente virtual foi disponibilizada uma apresentação de como se constituiu a ideia inicial do Memorial do IFS e de todas as iniciativas que vêm sendo

desenvolvidas, bem como um histórico da instituição, construído com base em trabalhos acadêmicos que tiveram a escola como objeto de pesquisa.

Também estão acessíveis os objetivos, missão e valores do Memorial, assim como o projeto, em andamento, de entrevistas realizadas com servidores, ex-servidores e ex-alunos da instituição. Memórias individuais que ajudam a formar a memória coletiva e a identidade do instituto.

Outro projeto em andamento é a disponibilização de jornais de época com notícias alusivas às escolas. Ao acessar o ícone dos jornais, o usuário é remetido para o portal de jornais do século XIX ao XXI da Universidade Federal de Sergipe (UFS). De acordo com o portal da UFS, os jornais pertencem ao Instituto Histórico Geográfico de Sergipe e a digitalização foi realizada através de um convênio com a Petrobrás.

Além das entrevistas e dos jornais, estão disponibilizadas fotografias das escolas. Assim como os demais projetos, a disponibilização das fotografias também está em andamento. Como a instituição, apesar de centenária, não possui um arquivo histórico, o processo de construção da memória institucional está sujeito à “descoberta” de novos documentos, como as fotografias.

Elas estão separadas por fundo arquivístico, entendido como o conjunto de documentos de uma mesma proveniência (ARQUIVO NACIONAL, 2005). É importante ressaltar que não foi possível identificar, em grande parte do acervo fotográfico, os lugares e as pessoas, bem como os fotógrafos responsáveis pelo registro dessas fotografias. Existe uma campanha contínua com a comunidade para o levantamento dessas informações.

No hot site é possível o acesso às publicações científicas referentes à instituição, em suas mais diferentes épocas, que estão disponibilizadas em repositórios eletrônicos. A Figura 1 apresenta o ambiente virtual do Memorial do IFS.

**Figura 1 - Hotsite do Memorial do IFS**



Fonte: [www.ifs.edu.br](http://www.ifs.edu.br)

Como pode ser visto na Figura 1, o memorial possui um lema: Escola Ontem, IFS hoje. Esse lema retrata todo o processo de implantação e mudanças pelas quais as escolas profissionais federais de Sergipe passaram até a constituição do atual Instituto Federal.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, a informação, quando considerada um produto do ser humano, é percebida e propicia a criação de uma relação de significação. Assim, quando interpretada e contextualizada, passa a transformar uma experiência distante em experiência próxima. Aliando essa perspectiva com o ciberespaço, esse processo informacional contribui na disseminação da informação.

Assim, com o objetivo de preservar a história da instituição através da memória institucional, foi criado a Memorial do IFS. Na vertente do memorial digital estão sendo disponibilizadas, **Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 01, v. 01, p.03-18, set./dez. 2018**

através do hotsite, informações que guardam um recorte temporal sobre o funcionamento, os recursos, a didática e as nuances de cada instituição-alicerce na fundação do IFS.

Como visto, o memorial do IFS possui diversas iniciativas, todas em processo de implantação, além disso novos projetos que estão em construção como a árvore de curiosidades e a linha do tempo interativa. Vale ressaltar que, dentre as dificuldades encontradas, a ausência de um arquivo histórico tem impacto na disponibilização de informações.

Contudo, o trabalho que está sendo realizado vem a cada dia recebendo novas contribuições, assim, paulatinamente, além do memorial contribuir na formação da identidade do Instituto, colabora na construção e reconstrução da memória individual e coletiva.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Disponível em:<[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em: 27 set. 2018.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**. Dourados, n. 2, v.1, p. 1 - 20, jul./dez. 2007. Disponível em:<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412/302>>. Acesso em: 18 set. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRUNO, Cristina. **Museus e Patrimônio Universal**. In: ENCONTRO do ICOM BRASIL, FÓRUM DOS MUSEUS DE PERNAMBUCO, 5., 2007, Recife.: ICOM, maio de 2007. p. 6-7.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 19. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. 629 p.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudo de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, Rev. de Ciência da Informação. João Pessoa, v. 5 n. 5 out. 2004. Disponível em: <[www.dgz.org.br/out04/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm) >. Acesso em: 18 jan. 2013.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NERY. Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no Início do Século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

SANTOS NETO, Amâncio C. dos. Da Escola de Aprendizizes ao Instituto Federal de Sergipe. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Rio Grande do Norte, n. 2, v. 2, 2009. p. 25-39.

**Revista Fontes Documentais. Aracaju. n. 01, v. 01, p.03-18, set./dez. 2018**

Disponível em: <[http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2940/pdf\\_1](http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2940/pdf_1)>. Acesso em: 18 set. 2018.

SANTOS, Myrian S. Os Museus brasileiros e a constituição do Imaginário social. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UNB, v. 15, n. 2, 2018. p 271-302. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v15n2/v15n2a05.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2018.

PATRICIO, Solange. **Educando para o trabalho**: A implantação da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe (1909-1930). 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**. São Gonçalo, v. 9, 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>>. Acesso em: 19 set. 2018.

Recebido/ Received: 15/09/2018 Aceito/ Accepted: 22/10/2018 Publicado/ Published: 19/11/2018
--

---

**ÉTICA PROFISSIONAL E MEMÓRIA NO ARQUIVO****PROFESSIONAL ETHICS AND MEMORY AT THE ARCHIVES**

---

**Alessandro Aquino Dias**

Graduado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduando em Arquivologia pela UFSM. Membro do Grupo de Pesquisa: Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos - Ged/A (UFSM) E-mail: [aleaqdias@gmail.com](mailto:aleaqdias@gmail.com) Orcid nº 0000-0001-5347-3985

**Resumo**

Em um consenso, diversos autores da Arquivologia justificam a existência social do arquivo como um lugar de memória. Hedstrom (2016) oferece um contraponto a tal argumento ao declarar que o conceito de memória na Arquivologia sofre de simplificação. A partir disto, o objetivo do artigo é tecer comentários sobre o entendimento do arquivo enquanto lugar de memória e a questão ética associada a tal pensamento. O itinerário dos argumentos apresentados entrelaça Arquivologia, Ciência da Informação, Ética, História e Sociologia. A reflexão ética é necessária para perceber a dimensão dos deveres e das responsabilidades do arquivista perante o consenso assumido na literatura arquivística.

**Palavras-chave:** Arquivo, Memória, Responsabilidade.

**Abstract**

In a consensus, several authors from the Archival Science justifies the archives' social existence as a memory location. Hedstrom (2016) contradicts such perspective by stating that the concept of memory in Archival Science faces the problem of abridgement. Stemming from this divergence, the purpose of this article is to comment on the perspective related to archives as a memory location and the ethic issue correlated to it. The article interlaces arguments from Archival Science, Information Science, Ethics, History and Sociology. Ethical thinking is necessary to comprehend the archivists' duties and responsibilities in front of the common ground in the Archival Science literature.

**Keywords:** Archives, Memory, Responsibility.

**1 INTRODUÇÃO**

Arquivologia e memória são áreas do conhecimento cuja relação não pode ser negada. Em inúmeras páginas, a literatura arquivística procura justificar a existência social do arquivo como um lugar orientado a preservar a memória, mas esta justificativa não encontra o apoio de todos os autores da área.

Hedstrom (2016, p. 237) é crítica a tal pensamento ao argumentar que “a apropriação de conceitos de memória na Arquivologia sofre de simplificação e hipergeneralização”. Partindo

deste argumento, o objetivo do presente trabalho<sup>1</sup> é tecer aproximações sobre o entendimento de arquivo enquanto lugar de memória e a questão ética associada a tal pensamento. Os autores das publicações selecionadas pertencem às áreas de Arquivologia, Ciência da Informação, Ética, História e Sociologia. Assim, permite-se um diálogo fluido e interdisciplinar.

Para efeitos didáticos, preferiu-se segmentar o trabalho em eixos temáticos. “A memória na História e na Sociologia” retrata a memória nos estudos do historiador Pierre Nora (1931-) e do sociólogo Michael Pollak (1948-1992). “O que faz um lugar ser de memória?” Aprofunda a discussão ao tecer comentários sobre o lugar de memória na visão de Pierre Nora. “Arquivo, ética profissional e memória” busca entender o vínculo entre arquivo, ética profissional e memória.

## 2 A MEMÓRIA NA HISTÓRIA E NA SOCIOLOGIA

Durante a carreira de Michael Pollak, estudos sobre a memória foram de grande interesse para o pesquisador. Na sua vinda ao Brasil, em 1987, proferiu a palestra intitulada “Memória e identidade social” no CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A palestra foi transcrita, traduzida e publicada na revista *Estudos Históricos* como homenagem póstuma ao pesquisador em 1992.

O argumento inicial de Pollak (1992, p. 201) é da existência de “noções de memória”. Estas podem ser entendidas como noções da realidade. Elas compreendem que um leque de recordações pode ser aberto pelos sentidos. Há exemplos em abundância disto. A paisagem que se observa em uma viagem e o cheiro de cravo que se espalha pela casa podem remeter-se a imagens de melancolia ou saudade da infância. Em casos literários, determinadas lembranças podem transcorrer de um ato - como mergulhar um pequeno bolo no chá - e ser transpostas para a produção ficcional de escritores.

A partir deste entendimento, Pollak (1992) propõe definir, em primeira instância, a memória como um fenômeno individual íntimo ou próprio da pessoa. Nos anos 1920-1930, Maurice Halbwachs refere-se à memória como “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Embora variável conforme o contexto no qual está inserida, Pollak (1992) enuncia que a

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto da avaliação final proposta para a disciplina Ética e Legislação Arquivística, ministrada no ano de 2018 pelo professor Francisco Alcides Cougo Junior. Agradecimentos ao professor pela orientação no desenvolvimento do artigo durante e após o período da disciplina.



memória possui critérios ou elementos invariáveis: acontecimentos, pessoas (ou personagens) e lugares.

Para o pesquisador, a memória apresenta duas características importantes: a relação com a identidade e sua seletividade.

Na primeira característica, identidade pode ser tratada como a imagem que uma pessoa adquire, constrói e apresenta ao longo de sua vida a ela própria e aos outros, uma representação que “procede através da iluminação pontual, multiplicação de tomadas relativas, amostras significativas” (NORA, 1993, p. 20) de atitudes e ações perante si mesma e os outros.

Conforme Pollak (1992), a relação entre memória e identidade decorre do fato da memória ser um elemento constituinte do sentimento de identidade, além de ser um fator importante no sentimento de coerência e de continuidade de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si. Pollak (1992, p. 205) ressalta a importância de apontar que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros”. Bauman (2005, p. 74-75) reafirma a declaração de Pollak (1992) ao argumentar que “a essência da identidade [...] não pode ser constituída senão por referência aos vínculos que conectam o eu a outras pessoas”. A construção da identidade através da referência ou vínculo ao outro é denominada na literatura como alteridade. Na concepção de Hermann (2006, p. 72), “o Outro e o eu, estão numa relação complexa em que se remetem reciprocamente”.

Se a construção da identidade é produzida pelo olhar do indivíduo por si mesmo e pelos outros, pode-se mirar na seletividade da memória. Esta seletividade advém do caráter conflitivo dela. Por sua vez, o caráter conflitivo origina-se do que Pollak (1992) denomina de “enquadramento da memória”. Considerando que “nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203), o enquadramento da memória atua no trabalho de organização desta e acarreta em diferentes pontos de vista sobre acontecimentos, lugares e pessoas. Um exemplo disto é a biografia.

Muitas biografias procuram dar contornos ou formas à vida das pessoas, mas qualquer contorno, positivo ou negativo, pode ser entendido como uma ficção, irreal, conforme o ponto de vista a ser observado. Na perspectiva de Farge (2009, p. 49), “o conflito é um lugar de nascimento; [...] uma físsura que traça ‘outros lugares’ e cria novos estados”. Neste sentido, pode-se compreender a perspectiva da autora pelo seguinte prisma: o enquadramento da memória impõe a operação de triagem – cuja dicotomia revela-se na decisão entre o texto significativo e o repetitivo – e novos “estados” ou “lugares” nos arquivos são formados pela soma da triagem à emergência de pensamento de quem opera nestes locais.

Além de Pollak (1992), estudos de memória também foram de grande interesse para Pierre Nora. Na sua argumentação, memória é caracterizada como a própria vida: em permanente evolução e movimento. A fluidez deste conceito pelo historiador pressupõe a suscetibilidade de longas latências e de repentinas revitalizações – afinal, a memória está aberta à dialética do lembrar e do esquecer – e a vulnerabilidade a todas as manipulações e usos.

Ricoeur (2007, p. 435) corrobora com a dialética da memória de Nora (1993) ao ilustrar o paradoxo desta: “o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições”. Para exemplificar a complexidade deste paradoxo, Ricoeur (2007) acrescenta a expressão “esquecimento profundo” na discussão. Para o autor, a expressão é entendida como a sobrevivência das imagens ou primeiras impressões no sistema mnemônico, um dos sistemas do aparelho mental humano apontado por Sigmund Freud como responsável pela memória nas ciências biológicas. Desta maneira, ressalta-se que há motivos para diversos estudos memórias associarem esquecimento ao termo “latência” ou “perseverança da lembrança” (RICOEUR, 2007, p. 448).

Até o momento, Nora (1993) parece concordar com os aspectos estudados por Pollak (1992), mas acrescenta que a memória também pode ser arquivística. O historiador denominou-a assim por esta apoiar-se sobre vestígios materiais e a preservação integral do presente e do passado através de diversas formas de registro e de suporte. Ricoeur (2007) aprofunda a discussão neste tipo específico de memória ao argumentar que o arquivamento precede à memória arquivada através de rastros documentais. Por sua vez, tais rastros estão condicionados à mutação do espaço e do tempo. Além disso, Ricoeur (2007, p. 178) corrobora com a fronteira estabelecida por Nora (1993) no tocante à História e outras áreas do conhecimento: “esse gesto de separar, de reunir, de coletar é o objeto de uma disciplina distinta, a arquivística”.

A partir dos pontos elucidados, pode-se perceber que a memória é um campo de disputa de poder e de discussões intermináveis. O próximo eixo temático complementa a discussão ao apresentar a definição de lugar de memória, suas características e o posicionamento crítico de Nora (1993) no tocante a tal tema.

### **3 O QUE FAZ UM LUGAR SER DE MEMÓRIA?**

O posicionamento crítico de Nora (1993) parte de uma argumentação polêmica que opõe memória e História. Se a memória é a própria vida em movimento, a História cristaliza o movimento e o fixa em parâmetros não espontâneos. Desta forma, a memória torna-se

palpável, quando é fixada em datas e lugares e quando pode ser lembrada através destes elementos. Por este motivo, Nora (1993, p. 7) afirma que “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Nesta direção, ressalta-se a importância de perceber a contraposição entre local e lugar, como problemática apontada na orientação da escrita do trabalho. Embora vistos como expressões sinônimas, local pressupõe um ponto específico no espaço-tempo, enquanto o entendimento de Nora (1993) propõe amplitude maior no conceito de lugar, remetendo-se a um estado de coisas.

Para o historiador, os lugares de memória são vistos como restos, objetos no abismo, por nascerem e viverem do sentimento da não espontaneidade. Embora a definição de lugar de memória possa soar negativa, Nora (1993) aponta que este é funcional, material e simbólico, além de sua duplicidade no caráter. Do ponto de vista do historiador, o lugar de memória é funcional se for objeto de um ritual que acompanha o princípio da vontade de memória; e tanto material quanto simbólico se a imaginação de seus criadores o investe de uma aura simbólica. O caráter duplo de sua existência é, no mínimo, contraditório: ao mesmo tempo que é aberto sobre a extensão de suas significações devido à aura simbólica investida nele por seus idealizadores, é fechado sobre si mesmo, sua identidade.

Em uma análise sobre o posicionamento de Nora (1993), Ricoeur (2007) aponta que se introduziu a noção de lugar de memória a partir da transição gradativa do entendimento de memória compartilhada para a memória coletiva e as comemorações associadas a lugares consagrados pela tradição. Ricoeur (2007, p. 415) ainda argumenta que “os lugares de memória são [...] inscrições, no sentido amplo atribuído a esse termo [...]”. Para o filósofo, a amplitude do termo “inscrição” refere-se à ideia dominante de marcas exteriores adotadas como apoios e escalas para o trabalho da memória. Circunscritas a tal domínio, três instituições encontram-se no cerne da celebração da memória na estrutura da sociedade atual: arquivos, bibliotecas e museus.

A partir destes argumentos, pode-se compreender a natureza crítica do ponto de Hedstrom (2016) ao apontar a hipergeneralização da memória nos estudos arquivísticos. Neste sentido, diversos questionamentos surgem: “O arquivo pode ser realmente visto como um lugar de memória?” “Qual o impacto desse ponto de vista no tocante à ética profissional dos arquivistas?”. Tais questionamentos são tratados no próximo eixo temático.

#### **4 ARQUIVO, ÉTICA PROFISSIONAL E MEMÓRIA**

O escopo necessário para entender a relação entre arquivo, ética profissional e memória pressupõe uma amplitude que extrapola a simples definição dos conceitos mencionados. A

necessidade de visualizar os componentes que atravessam os conceitos acima torna-se evidente. Tais componentes são: deveres, posturas profissionais e responsabilidades dos arquivistas e dos arquivos, bem como as utilidades dos arquivos.

#### 4.1 ARQUIVO E MEMÓRIA

O termo arquivo é polissêmico. Entre as diversas definições, pode-se entendê-lo como “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Embora tal definição não expressa explicitamente a relação com memória, pode-se apontar que traços desta podem ter sido desenhados por diversos autores. Neste pensamento, a memória mescla-se na constituição e nas finalidades do arquivo. A partir deste ponto de vista, Siqueira (2016) considera que o arquivo – sendo responsável pelo processamento técnico de acervos documentais – permite o acesso, a recuperação e o uso de conteúdo informacional para vários fins, desde acadêmicos, administrativos à construção ou à reafirmação de identidade.

No tocante às utilidades do arquivo, Delmas (2010) ilustra as principais: provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar reflete o argumento da utilidade judiciária ou jurídica, intrinsecamente relativo à evidência e à garantia de direitos e testemunho. Lembrar-se corporifica a gestão documental. Compreender refere-se à utilidade científica. Identificar-se remete à utilidade entendida como social por Delmas (2010): a transmissão de memória. Para o autor, o caráter da transmissão de memória é moral e psicológico, justificando a identificação como ferramenta de promoção de relações sociais. Farge (2009, p. 48) corrobora com o entendimento de Delmas (2010) ao argumentar que “difícilmente se pode separar a história dos homens da história das relações sociais e dos antagonismos”.

Siqueira (2016, p. 80-81) responde ao primeiro questionamento exposto no eixo temático anterior na declaração que “os arquivos, como instituições, são tradicionalmente identificados como [...] lugares de memória”. Com base nesta declaração e no que foi mencionado sobre lugar de memória, pode-se inferir:

- a) Em termos funcionais, as funções arquivísticas podem equivaler aos rituais que acompanham o princípio de vontade de memória no arquivo;
- b) O arquivo é material e simbólico pela aura idealizadora do seu criador.

Esta aura aponta a principal razão na qual a relação arquivo-memória é polêmica e também o ponto crucial da argumentação de Hedstrom (2016): a responsabilidade sobre o que

é avaliado como memória. Para Gonçalves Neto (2008, p. 4), “falar de memória é falar de como se constitui a própria realidade, é falar do modo de ser de uma cultura”.

Nesta direção, necessita-se pensar na associação documento-memória. Para Siqueira (2016), a memória é uma característica inerente ao documento. Iacovino (2016) corrobora neste posicionamento ao levantar dois aspectos:

O arquivo abrange documentos sob a forma de provas e de memória, dentro ou fora de um arquivo constitucional. (IACOVINO, 2016, p. 262)

A memória é moldada por comunidades que sustentam suas crenças por meio de formas culturais como os documentos. (IACOVINO, 2016, p. 267)

Ambos os aspectos procuram enfatizar que documento pode ser visto como uma forma cultural de manutenção da memória. Para a autora, a “dimensão memorial” reside na capacidade do documento de ser testemunho sobre fatos sociais e de fornecer memória organizacional e pessoal do criador e de outros indivíduos. A inclusão do documento na dimensão memorial reside no conceito de governança jurídica: “como a comunidade governa a si própria” (IACOVINO, 2016, p. 266). Nesta direção, comportamentos, costumes, leis e religião podem constar em documentos como forma cultural da manutenção da memória de uma etnia ou grupo social.

Para entender a relação entre arquivo e memória de maneira mais aprofundada, salienta-se a existência de um componente vital no arquivo: a responsabilidade. Nas palavras de Iacovino (2016, p. 274), esta é compreendida como “obrigação moral e legal”. Na concepção da autora, há três tipos de responsabilidades envolvidas no arquivo: arquivística, coletiva e histórica. A responsabilidade arquivística refere-se à gestão de riscos. A responsabilidade coletiva incide na preservação de documentos a fim de estabelecer direitos. A responsabilidade histórica compreende a memória como maneira de reparar injustiças por meio do sistema jurídico. Na concepção de Iacovino (2016), a retratação de injustiças por meio do sistema jurídico representa um ato político no papel dos arquivos e arquivistas.

A partir da responsabilidade histórica, pode-se vislumbrar um desdobramento das responsabilidades do arquivo no tocante à memória. Segundo Iacovino (2016), levantam-se essas responsabilidades:

- a) constituir a memória empresarial, a nacional e a social;
- b) construir a identidade individual, a comunitária e a nacional.

Há outras responsabilidades em jogo, particularmente as atribuídas aos arquivistas. Elas serão tratadas a seguir.

#### 4.2 ÉTICA PROFISSIONAL APLICADA AO ARQUIVO E À MEMÓRIA

Como apontado anteriormente, a principal razão na qual a relação arquivo-memória é polêmica incide na responsabilidade sobre o que é avaliado como memória. Por isso, pode-se questionar por este viés, como Hedstrom (2016) fez: se fontes arquivísticas podem atuar na construção da memória social, a necessidade de um grupo ou indivíduo ter interpretações sobre o passado é identificada por quem? Além de quem a identificou? As práticas envolvidas nela estão fundamentadas no quê?

Para responder aos questionamentos acima, o itinerário percorre aspectos sensíveis cuja discussão necessita ser estabelecida: ética profissional, ética da informação, o arquivista na perspectiva desta e deveres e responsabilidades particulares à profissão e à memória.

No entendimento de Danuello e Guimarães (2008, p. 27), ética profissional é apresentada como o “conjunto de valores morais que uma determinada classe profissional deve se orientar e seguir para alcançar um agir profissional e correto para com a sociedade em que se insere”. A determinada classe profissional referida aqui é o arquivista. Para ICA (1996), o arquivista é aquele responsável por controlar, vigiar, tratar, guardar, conservar e administrar os arquivos. Neste sentido, infere-se que a atuação do arquivista insinua a tomada de decisões éticas. Conforme o posicionamento de Danuello e Guimarães (2008), a atitude profissional está ligada à postura moral e ao grau de responsabilidade.

Entrelaçada à ética profissional, percorre-se uma ética da informação. Na perspectiva de Freire (2010, p. 7),

Uma ética da informação diz respeito aos dilemas deontológicos ou conflitos morais que surgem na interação entre os seres humanos e as tecnologias e sistemas de comunicação e de informação a fim de refletir e [...] disciplinar a criação, a organização e o uso das informações.

Como pode ser observado, o argumento de Freire (2010) aponta a amplitude da atuação desta ética para além do produtor e do gestor. Para Garcia (2010, p. 144), o usuário deve ser incluído nesta esfera de ação. Ao considerar que o paradigma pós-custodial alterou a noção de acesso à informação, adotar uma postura humana suscetível de ser qualificada como ética ocorre quando se prima por regras de conduta impregnadas de respeito.

No tocante aos deveres e às responsabilidades, diversos autores fornecem um leque significativo de argumentos. Gonçalves Neto (2008, p. 10) examina a responsabilidade ao

argumentar que “a postura do profissional deve ser conduzida pelo caráter científico”. Para o autor, a natureza deste caráter é traduzida por três classificações de postura: ética, política e reflexiva. A postura ética pauta-se no dever profissional da responsabilidade sobre o que está sob custódia. A postura política regula-se na atuação por valores coletivos maiores. A postura reflexiva é o domínio da teoria. Em qualquer fazer visto como científico, é dito que a prática é o “espelho” da teoria. Entretanto, observa-se uma grande distância entre teoria e prática no fazer arquivístico.

As posturas podem ser relacionadas à responsabilidade do arquivista na avaliação. Afinal, as decisões tomadas neste processo são vitais. Pode-se entender que, inerente à postura ética, há fatores que interferem diretamente na tomada de decisões. Dentre os apontados por Danuello e Guimarães (2008), destacam-se a confiabilidade do profissional, a responsabilidade e a utilidade sociais. A confiabilidade reflete o respeito por outras instituições, outros indivíduos e por si no entrelaçamento dos padrões culturais e legais de comunidades, bem como na sobrevivência organizacional da instituição na qual o arquivista está inserido.

A responsabilidade social diz respeito ao compromisso de disponibilizar o acesso aos acervos de maneira mais completa e possível ao usuário. A utilidade social é reforçada pelo compromisso com a comunidade usuária. Na concepção de Danuello e Guimarães (2008), os fatores comentados embasam a natureza social da atividade do profissional cuja ferramenta é a informação.

No tocante à avaliação, esta é definida por Arquivo Nacional (2005: 41) como “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhe são atribuídos”. Conforme ICA (1996), um dos deveres do arquivista concerne a manutenção, o tratamento e a seleção dos arquivos em seu contexto administrativo, histórico e jurídico. No quesito avaliação, ICA (1996) recomenda a efetivação da triagem com imparcialidade, enfatizando o profundo conhecimento das exigências administrativas e políticas das instituições. Nesta direção, Gonçalves Neto (2008) ressalta a importância do que denominou “parâmetro de correção ético-política”: a responsabilidade do arquivista com ênfase na preservação do patrimônio documental como um patrimônio pertencente à humanidade.

Corroborando com o conceito de parâmetro de correção ético-política de Neto (2008), Isa Maria Freire proferiu uma palestra em uma das plenárias do Congresso Nacional de Arquivologia 2018 sobre a competência ética do arquivista. Pelo viés da responsabilidade social, a autora percorre o saber fazer ético do arquivista em competências e virtudes. De um

lado, destaca-se a competência coletiva como o reconhecimento das exigências e necessidades humanas, do outro. Nesta direção, isto assemelha-se ao conceito de alteridade. Complementar a isto, entende-se a competência ética como a consciência do saber fazer adquirido ao longo da história. De uma experiência realizada com uma turma do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba sobre virtudes do arquivista em forma de mandala, a autora apresentou o consenso das principais virtudes: coragem, fidelidade, justiça, prudência e tolerância.

Se há o entendimento de arquivo como lugar de memória, a avaliação exerce um papel fundamental nesta. A partir da avaliação, decide-se “entre o essencial e o inútil, o necessário e o supérfluo” (FARGE, 2009, p. 71). Através da “destruição controlada” promovida por ela, cria-se o seu oposto necessário: o esquecimento. Para Iacovino (2016), a responsabilidade do arquivista, no tocante à memória, pode ser de duas maneiras:

- a) Contribuição para a identidade coletiva e a continuidade cultural através da manutenção de documentos no espaço-tempo;
- b) Manutenção da memória corporativa de instituições e pessoas.

Cunningham (2003, p. 63) adverte que a responsabilização do arquivista pela memória é parcial ao argumentar que

o aspecto essencial reside na necessidade de os arquivistas terem consciência dos papéis que desempenham e na atenção e sensibilidade que devem disponibilizar às dinâmicas sociais e políticas em que a operam.

Complementar ao ponto de vista de Cunningham (2003), Hedstrom (2016) retrata o papel do arquivista da seguinte maneira: este atua na preservação e na transferência de memória para a compreensão dos efeitos culturais e sociais dos dispositivos de memória. De maneira semelhante, Ieda Pimenta Bernardes encapsula as observações acima na expressão “direito à memória” em uma palestra ministrada durante a segunda plenária do Congresso Nacional de Arquivologia 2018. A expressão pode ser revestida de sentido através de dois fatores cujo envolvimento na preservação é elementar: o agente e os valores. O saber fazer arquivístico deve ser norteado por um agente cujo cerne das ações está pautado nos valores éticos.

## 5 CONCLUSÃO

Percebe-se que tratar a relação entre arquivo, ética e memória é um tópico sensível na Arquivologia. A sensibilidade reside em duas direções: a apropriação da memória como



matéria inerente ao arquivo e o profissional deste ser imbuído de deveres e responsabilidades éticas na sua essência.

Nas suas obras, a literatura arquivística oferece inúmeras páginas cujo argumento é a relação intrínseca entre arquivo e memória. Muitas vezes, ela parece incorrer na ausência de reflexão ética na transposição da memória para o campo arquivístico. A reflexão ética é necessária para compreender que os fatores determinantes na tomada de decisão pelo arquivista remetem à harmonia social e à justiça. Nesta direção, Danuello e Guimarães (2008, p. 26) ponderam que

[...] quando os princípios éticos são ignorados, as atividades, a liberdade e até mesmo a vida humana são colocadas em risco; por outro lado, quando eles prevalecem, são capazes de neutralizar aspectos negativos como a intolerância e a violência.

As advertências de Cunningham (2003) e o posicionamento crítico de Hedstrom (2016) apontam para a consideração de aspectos específicos sobre o arquivo. Se não há exposição adequada dos motivos para enquadrar o arquivo como “armazém de memória”, Hedstrom (2016) o qualifica como fonte para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas ou negadas.

Salienta-se que a temática exposta no artigo é complexa e de discussões intermináveis e polêmicas. Por isso, entende-se que o artigo procurou tratar da relação entre arquivo, ética profissional e memória da maneira mais didática possível. Também se entende na temática o caráter científico da Arquivologia. Afinal, cristalizar o conhecimento sem considerar o fluxo contínuo e o impacto do tempo na prática e na teoria arquivísticas incorre na direção do dogma.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/dicionrio\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf). Acesso em: 21 de abril de 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CUNNINGHAM, Adrian. A alma e a consciência do arquivista: reflexões sobre o poder, a paixão e o positivismo de uma profissão missionária. In: **Cadernos BAD**, n.2, 2003. Tradução de Francisco Barbedo. p. 55-67.

DANUELLO, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos na atuação do profissional da informação. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; FERNANDEZ MOLINA, Juan Carlos (Orgs.) **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. Belo Horizonte: Fundep, 2008. p. 21-38.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?**. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: iFHC, 2010.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Ética da informação**: conceitos, abordagens e aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. Disponível em:

<http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/1328/teaching%20information%20ethics.pdf;jsessionid=57DA465ED12DF8164507626D04FC148A?sequence=1>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

GARCIA, J. C. R. Por uma ética da informação. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação**: conceitos, abordagens e aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. Disponível em:

<http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/1328/teaching%20information%20ethics.pdf;jsessionid=57DA465ED12DF8164507626D04FC148A?sequence=1>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

GONÇALVES NETO, João da Cruz. Aspectos políticos e éticos da profissão do arquivista. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15. **Anais...** Goiânia, 2008.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry, MACNEIL, Heather. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução de Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 237-259.

HERMANN, N. Ética, Estética e Alteridade. In: TREVISAN, A. L., TOMAZETTI, E. M. (Orgs.). **Cultura e alteridade**: confluências. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 63-77.

IACOVINO, L. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry, MACNEIL, Heather. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução de Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016. p. 261-302.

ICA. **Código de Ética dos Arquivistas**. 1996. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Proj. História**, v. 10. Tradução de Yara Aun Houry. São Paulo: 1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 31 de março de 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10. Tradução de Monique Augras. Rio de Janeiro: 1992. p. 200-215.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Allan François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Disponível em: <https://mega.nz/#F!Jxl3iT6S!Uq2rP8RZTOOnPceP89LdwA>. Acesso em: 19 de outubro de 2018.

SIQUEIRA, M. N. A fotografia como fonte histórica e documento arquivístico: evidência e registro. In: BRITO, Luciana Souza de (Org.). **Ensaio teórico-práticos em Arquivologia**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016. p. 75-96.

Recebido/ Received: 24/10/2018 Aceito/ Accepted: 31/10/2018 Publicado/ Published: 15/11/2018
--

---

**CONFIGURAÇÃO, USO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COM  
 APLICAÇÃO DE UMA TABELA DE CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A  
 PORTARIA 1.224/2013**

INFORMATION SETTING, USE AND REPRESENTATION WITH THE APPLICATION OF A  
 CLASSIFICATION TABLE ACCORDING TO THE ORDINANCE 1.224/2013

---

**Marilucy da Silva Ferreira**

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora de Educação a Distância pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Email: [maluzhubiblio@gmail.com](mailto:maluzhubiblio@gmail.com); Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4916-2081>

**RESUMO**

Apresenta uma modelagem e sua respectiva aplicação em um arquivo acadêmico de uma faculdade de ensino superior do Recife. O modelo possui estrutura de tabela e tomou por base a Classificação da Portaria 1.224/ 2013, proposta especificamente Instituições de Ensino Superior Federais O trabalho traz também alguns conceitos referentes arquivo e documento, com autores das áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Modelização. Classificação Arquivística. Representação da Informação.

**ABSTRACT**

It presents a modeling and its respective application in an academic archive of a higher education college in Recife. The model has a table structure and was based on the Classification of the Ordinance 1.224/2013, specifically proposed to Federal Higher Education Institutions. The work also brings some concepts related to archive and document, with authors from the areas of Archivology and Information Science.

**Keywords:** Modeling. Archival Classification. Representation of Information.

**1 INTRODUÇÃO**

A forma como um documento é criado, utilizado e depois destinado à guarda permanente, ou eliminação, precipita-se a uma decisão complexa, visto que, ainda que seu valor probatório prescreva à linha do tempo, nem sempre perecerá na história social. Dessa forma, a organização, a classificação e o arquivamento depõem como vias para o acesso e reuso da herança humana no que concerne à produção técnica, tecnológica, científica, cultural e artística.

Assim, a classificação de documentos, alinhada às normas e leis para manutenção e guarda de acervos acadêmicos, como a Portaria 1.224/2013 do Ministério da Educação

- MEC, perfila-se como uma ferramenta para gestão, guarda e recuperação documental que visa promover mais celeridade ao fluxo, controle e uso de informações nas instituições. A adoção da classificação da referida Portaria, portanto, busca um resultado de maior dinâmica e eficácia para atender às demandas das atividades de rotina da instituição, cujo objeto principal de comprovação e troca de informações é o documento.

Neste trabalho, será mostrado como a classificação foi estruturada, utilizando-se um modelo de tabela, tendo como objetivo apresentar uma classificação padronizada de documentos acadêmicos baseado na Portaria 1.224/2013 do MEC, aplicada em um arquivo acadêmico privado. Assim, este trabalho justifica-se como mais uma fonte para pesquisadores e profissionais que atuam com arquivos acadêmicos em instituições particulares.

Faz-se ainda importante pontuarmos alguns conceitos do que vem a ser documento e também o que é um arquivo, visto que a classificação foi elaborada para um cenário de documentação Arquivística.

## **2 DOCUMENTO E ARQUIVO**

Uma sociedade complexa produz acontecimentos, fatos, histórias, enredos e objetos, notadamente complexos. Tal complexidade é “pensada não da forma como é usada no cotidiano, mas sim da forma onde se produz” (MORIN, 1996, p. 274). Este “onde” é um lugar de relações sociais, espaços de conflitos, reflexões, escolhas e decisões. Pode-se descrevê-lo como uma aldeia global (MACLUHAN, 1998), na qual os espaços não possuem divisões físicas, visto que a tecnologia reconfigura as formas de comunicação e relacionamentos sociais, comerciais, políticos etc. Nesse contexto, as relações são estabelecidas virtualmente, estando, pois, toda sociedade conectada em rede (CASTTELLS, 1999).

É perceptível que a informação é produzida, consumida, filtrada, disseminada e armazenada por, para, com e através de pessoas com domínio em tecnologias e sistemas que conectam pessoas em tempo real em meio virtual, o que, de forma alguma, pode ser tido como uma ação simples, mas sim como uma ação interligada a contextos e demandas que envolvem pessoas e aparatos tecnológicos.

No entanto, o cenário de informações produzidas diariamente e geridas por sistemas para reuso, compartilhamento, vendas, backup etc. ainda ocorre também no meio analógico, no qual as informações estão em meio físico e precisam de tratamento, guarda e uso. Espaços como arquivos, promovem a guarda e disseminação documental de forma sistemática, seguindo uma lógica arquivística, cujos instrumentos e metodologias garantem a preservação, a recuperação e a guarda dos documentos.

Em nossa época de múltiplas e aceleradas comunicações, pequenos acontecimentos científicos ou políticos, quando levados a público, adquirem uma “roupagem documentária” (Bayer, 1947[?], *apud* BRIET, 2016, p.2)<sup>1</sup>. Isso significa dizer que o documento pode ser de várias formas:

o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia) (OTLET, 1937).

É notório que Otlet situa o documento para além do registro gráfico, o qual:

se funda no início do século XX, com a construção de uma nova maneira de fazer História, e, nesse cenário, os documentos passam a ser compreendidos como tudo aquilo que “[...] pertence ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 1994, p. 450, *apud* TANUS, RENAU, ARAÚJO, 2012, p. 169).

Toda presença humana registrada sobre a técnica, a tecnologia, a arte, a política, deve ser guardada, preservada e disseminada para que novas presenças e reflexões do fazer e do ser humano possam tomar referências e redizê-las ou recontá-las como fatos, provas, exemplos ou modelos a serem adotados (se prósperos, obviamente, para o bem-estar comum). Nesse sentido, lugares como os arquivos são como matrizes tutoras do acúmulo dos feitos das sociedades.

O arquivo pode ser descrito como a acumulação ordenada dos documentos, cuja maioria é textual, criado por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e

---

<sup>1</sup> A autora Suzanne Briet, seguidora do pensamento de Paul Otlet, publicou o título “O que é a documentação” originalmente em francês, no ano de 1951, ainda assim, suas colocações são apropriadas à configuração atual, na qual a comunicação está cada vez sob faces múltiplas e aceleradas.

preservado para consecução de seus objetivos, visando à utilidade que podem oferecer no futuro (PAES, 1997).

No que se refere ao documento, Bellotto (2004) discute as três idades do documento e coloca que, de acordo com a legislação corrente no Brasil, o arquivo deve ficar aproximadamente 20 anos como intermediário e, entre 25 a 30 anos, ele é considerado permanente. Também há documentos que são eliminados, logo após seu uso, sem necessidade de serem arquivados.

O descarte, ou eliminação de documentos, segundo Bellotto (2004), em virtude das mudanças tecnológicas e a complexidade das instituições burocráticas, tornou-se uma necessidade. “Seu armazenamento cumulativo integral torna-se impossível. Por isso, a eliminação é necessária e obrigatória”. Contudo, devemos sempre considerar que, no âmbito de uma organização, isso deve ser feito formalmente, sob uma política e especificação das razões do descarte.

O Termo de Eliminação é o instrumento no qual consta o registro de informações sobre documentos eliminados após terem cumprido o prazo de guarda. Comprova e especifica que um determinado conjunto de documentos foi eliminado. Os documentos devem ser descritos por grupos ou unidades, em relação às funções, atividades, ou assuntos a que se referem; ao tipo físico de que consistem, datas abrangentes, quantidades. Deve ser datado e assinado pelo responsável pela operação (UFFS, 2010).

Há instrumentos que são utilizados para nortear o processo de eliminação documental como, por exemplo, a tabela de temporalidade que é um “instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos”. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 72). Ou seja, nem todo documento ficará por tempo permanente no arquivo.

O Dicionário de Terminologia Arquivística define arquivo como “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5). No caso do presente documento, as diretrizes para classificação direcionam-se a um arquivo acadêmico, de uma instituição de ensino superior do Recife, no estado de Pernambuco.

### 3 TIPOS E DIVISÃO DA IDADE DOS ARQUIVOS

Em relação aos tipos de arquivo, conforme citamos, há três principais na literatura arquivística, os quais ajudam no processo de sistematização e guarda dos documentos.

Quadro 1 – As Três Idades dos arquivos. Adaptado de TJRJ, 2006

ARQUIVO CORRENTE	1-Unidade administrativa ou serviço responsável pelo arquivo corrente. 2-Conjunto de documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.
ARQUIVO INTERMEDIÁRIO	1 – Conjunto de documentos que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. 2 - Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação.
ARQUIVO PERMANENTE	1 – Conjunto de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. 2 – Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. 3 - Arquivo responsável pelo arquivo permanente. Também chamado de arquivo histórico.

Fonte: TJRJ (2006)

A existência do arquivo surge muitas vezes sem o devido planejamento prévio. Então, com o crescente acúmulo documental, separa-se um espaço, estocam-se os documentos, não havendo profissionais e instrumentos adequados para tratar as informações.

Por uma coerência lógica, não podemos qualificar o arquivo enquanto setor, visto que sua estrutura ainda está em edição, ou seja, enquanto for apenas depósito de papel. Em outras palavras, como podemos qualificar o objeto sem o vislumbrar em sua inteireza? Isso é impossível. Qualificar o que ainda não tem essência, substância não faz sentido. Por uma lógica aristotélica, a qualidade não antecede à substância. No máximo, podemos apontar que há uma estrutura, o que ocorre em muitas instituições que possuem um lugar de guarda de documentos, o qual chamam de arquivo.

Contudo, se definido o espaço, alocados os documentos de forma cronológica e tipológica, então, poderemos dizer que o arquivo existe e é funcional ou não, seguro ou inseguro, adequado ou inadequado para a guarda dos documentos. Se o espaço de



guarda apenas retém documentos, recebe-os e os comporta, mas sem um ciclo vital de arquivamento, recuperação, uso, seleção e rearquivamento, não é um arquivo.

Assim, entende-se que, sem uma sistemática e formalização deste ciclo vital, não há, em essência, um arquivo, enquanto um setor da instituição. Ele está nela, mas, ao mesmo tempo, ainda não se definiu. O que não está definido, não existe (é desconhecido, confuso, nebuloso), porque a linguagem limita, a partir dos conceitos, os espaços, as pessoas, as ações. Contudo, ocorre que, esta limitação é, exatamente, a definição do objeto em sua vida-funcional.

É preciso repensar o arquivo como um espaço que preservará a documentação institucional, uma vez que, toda instituição apresenta uma história pautada em sua missão, cultura e objetivos. Os documentos que nela são produzidos carecem de especial cuidado, não apenas no que tange à guarda e preservação, como o fluxo de documentos e sua recuperação. Se o documento está sob a guarda da instituição significa que há neste contexto um valor, seja legal, histórico, consultivo, para fins de pesquisa ou comprobatório.

Nesse sentido, faz-se necessário lançar mão de cuidados quanto ao manuseio, fluxo e arquivamento da documentação produzida pela instituição. Assim, a estrutura física, bem como o acondicionamento, a iluminação são fatores que influenciam na longevidade dos documentos. Outro ponto importante são os atores responsáveis pelo tratamento documental, os quais devem compreender a finalidade da documentação presente na instituição.

O documento é criado com um objetivo e seu valor está diretamente ligado ao seu ciclo vital. O ciclo vital de documento refere-se à “sucessão de fases por que passam os documentos, desde o momento em que são criados até a sua destinação final” (TJRJ, 2006, p. 2).

A ordenação pode ser alfabética, cronológica, temática, geográfica, pessoal/nominal, numérica etc. Ela é muito importante para o processo de guarda documental, pois, otimiza tanto o arquivamento, como também o desarquivamento, quando necessário. Para iniciar o processo de ordenação e guarda, antes, são necessárias as seguintes ações, ou etapas:

## Quadro 2 – Ações/ etapas para ordenação documental

Ação/etapa	Justificativa
Conferência	consiste na verificação de cada documento quanto ao seu destino (arquivamento, informação, etc.)
Leitura	cada documento deve ser lido cuidadosamente a fim de verificar o seu conteúdo e sob que classificação deverá ser arquivado. (se já existe pasta ou se há necessidade de abrir nova)
Seleção	selecionar o material que será realmente arquivado, daquele que poderá ser descartado imediatamente, sem prejuízo para a instituição (como cópias, comunicados passageiros)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Martins (2011)

Conforme o quadro acima, os documentos da instituição de ensino privado eram conferidos, lidos e selecionados em coerência com o tipo de documento, tempo cronológico e classificado, segundo a tabela elaborada com base na portaria 1.224/2013.

## 4 CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL

No universo da Documentação, o arquivo precisa de um contexto externo que o valide como parte de uma história, ou um conjunto de eventos. Tais eventos podem, de simples ações administrativas, transformarem-se em peças de um enredo jurídico, histórico, ou mesmo dar vazão à composição de uma nova face social, política e econômica de um lugar, ou empresa.

No espaço do arquivo, qual a importância de se ter informações organizadas? É apenas para um fim de recuperação, reuso ou segurança das informações geradas internamente? Em que sentido um arquivo pode contribuir com a empresa?

A primeira resposta dá-se pela economia de tempo de recuperação de informações. Um segundo argumento personifica-se na economia real de gastos, com material de reprodução, por exemplo. O postulado da memória, embora não pareça mais relevante no âmbito privado, é imprescindível para compor a história institucional, seu perfil e legado.

Uma das formas de fazer da memória uma ferramenta de validação patrimonial e legitimação institucional é organizando e classificando os registros de atores sociais

internos ou externos a instituição não apenas pela cronologia dos eventos, mas pelas nuances, ou seja, suas peculiaridades, contextos, formas.

Nesse quadro, é pertinente assentir que as classificações nos permitem ter uma orientação, a qual favorece o estabelecimento de hábitos, semelhanças e diferenças, o reconhecimento de lugares, espaços, seres, acontecimentos; ordenando-os, agrupando-os, aproximando-os uns dos outros, para mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente. (POMBO, 2000).

A classificação de documentos é uma ferramenta importante para a organização e desempenho racional de atividades, processos e procedimentos em que os documentos protagonizam como objetos comunicativos, probatórios, informativos, testemunhais, pedagógicos e metodológicos. Isso conduz eficazmente a identificação do que é importante, relevante, prioritário, regular, instável, típico e temporário nas tarefas da instituição, possibilitando controle e fortalecendo o poder decisório das gestões.

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chaves); estas operações, que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios “supralógicos” de organização do pensamento ou paradigmas, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso (MORIN, 2006, p.10).

A seleção é uma parte significativa para a organização documental porque promove melhor diagnóstico do que é imprescindível e o que já não é. E, sendo a memória institucional algo a ser considerado para consubstanciar e afirmar sua finalidade social e econômica, bem como manter um relacionamento histórico da instituição com seus clientes e colaboradores ou, no caso de arquivos acadêmicos das instituições de ensino, alunos, professores.

As universidades possuem em sua estrutura, órgãos e setores importantes, que contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento. No setor administrativo, dentre outros departamentos, destaca-se o arquivo acadêmico, como fonte de memória da própria instituição. Ele é composto por documentos que servem como subsídios para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a vida acadêmica do aluno. (SANTOS NETO; SANTOS, 2015, p. 85).

É no arquivo acadêmico que são guardados os documentos, tanto pessoais, como acadêmicos dos alunos. Para organização e classificação é possível aplicar instrumentos previstos na legislação, como a classificação da Portaria 1.224/2013, a qual “institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino” (Brasil, 2013). Trata-se de uma Portaria que apresenta várias classes, sendo 4 principais: Ensino superior, Pesquisa, Extensão e Educação básica.

### Quadro 3 – Classes e subclasses da Portaria 1.224/2013

<b>Classes da Portaria 1.224/2013</b>			
<b>CLASSE 100 - ENSINO SUPERIOR</b>	<b>CLASSE 200 – PESQUISA</b>	<b>CLASSE 300 – EXTENSÃO</b>	<b>CLASSE 400 - EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL</b>
110- Normatização. Regulamentação 120 - Cursos de graduação (inclusive na modalidade a distância) 130 - Cursos de pós-graduação stricto sensu (inclusive na modalidade a distância) 140 - Cursos de pós-graduação lato sensu (inclusive na modalidade a distância) 150 - (vaga); 160 - (vaga); 170- (vaga); 180 - (vaga) 190 - Outros assuntos referentes ao ensino superior	210- Normatização. Regulamentação; 220 - Programas de pesquisa; 230 - Projetos de pesquisa; 240- Iniciação científica; 250 - Transferência e inovação tecnológica; 260 - Ética em pesquisa; 270 - (vaga) 280 - (vaga) 290 - Outros assuntos referentes à pesquisa	310- Normatização. Regulamentação; 320 - Programas de extensão; 330 - Projetos de extensão; 340 - Cursos de extensão; 350 - Eventos de extensão; 360 - Prestação de serviço; 370 - Difusão e divulgação da produção acadêmica; 380 - Programa institucional de bolsas de extensão; 390 - Outros assuntos referentes à extensão	410 - Normatização. Regulamentação; 420 - Educação infantil: creches e pré-escolar.

Fonte: Elaborado com base nas classes da Portaria 1.224/2013

As classes utilizadas para o modelo aqui apresentado aludem à classe “100” e suas respectivas subclasses já citadas na Portaria. Embora seja direcionada às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a Portaria pode ser utilizada por “qualquer organização que necessite agir em conformidade com os dispositivos legais que se referem ao seu campo de atividade” (SANTOS NETO, SANTOS, 2015, p.94) sendo, pois, coerente aplicá-la também no meio acadêmico privado.

## 5 METODOLOGIA E CONFIGURAÇÃO E APLICAÇÃO DE TABELA DE CLASSIFICAÇÃO

A metodologia para o processo de aplicação da classificação passou por três etapas. Os documentos foram analisados, listados e, então, foi possível se ter um panorama de quais classes seriam utilizadas. O quadro abaixo apresenta detalhamento do que foi realizado para a classificação:

**Quadro 4: Detalhamento das ações para classificação do arquivo acadêmico**

<b>1. Retirar documentos das pastas de papel.</b>	<b>2. Organizar os Documentos e classificar com tabela padrão.</b>	<b>3. Imprimir tabela de classificação e anexar à pasta do aluno para arquivar na caixa respectiva ao curso.</b>
<p>Por curso e ano as pastas de papel são substituídas por envelopes plásticos, facilitando, assim, a guarda dos documentos nas caixas-arquivo.</p> <p>Os envelopes são arquivados nas caixas-arquivo seguindo uma ordem alfabética.</p>	<p>A organização deve seguir a ordem: <b>1.</b>tabela de classificação, <b>2.</b> contratos <b>3.</b> solicitações, <b>4.</b> documentos alusivos ao TCC, <b>5.</b> contratos, <b>6.</b> demais documentação acadêmica (históricos, declarações de matrícula, abono de falta, provas, estágios, diplomas e declarações de cursos, etc.), <b>7.</b> Documentos pessoais (RG, CPF, Registro de nascimento, etc.)</p>	<p>A tabela é o documento que deve ficar na frente dos demais, pois, sinaliza um padrão dentro da caixa, a qual também deve estar com etiqueta padronizada (ver apêndice B), colaborando com o formato de organização e homogeneidade.</p>

Fonte: a autora (2018)

Baseada na classificação proposta pela Portaria do MEC nº 1.224/2013, o modelo da tabela de classificação compôs-se de dois momentos de layoutização, ou “modelização”. Contudo, em ambos, respeitaram-se as classes identificadas na referida Portaria para inserir na tabela de classificação. No primeiro momento, havia, além das classes, um espaço descritivo para detalhamento das informações classificadas e observações.

Entretanto, viu-se que, além de necessitar de duas ou mais páginas do Word, se perdia muito tempo detalhando as informações, o que gerava acúmulo de trabalho e, conseqüentemente, desregularia o cronograma em proposição. Assim, configurou-se

uma tabela notacional, com as principais classes referentes a documentos acadêmicos de graduação, em que os itens identificados eram marcados apenas com um “X”. Com isso ganhou-se também economia de papel, visto que a tabela cabia em uma única folha de ofício.

**Tabela 1 – Primeiro modelo da tabela de classificação adaptado para a IES privada**

<b>NOME DO ALUNO</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>CURSO</b>	<b>ANO</b>
Classificação	Documentos	Documentos do Aluno	Detalhamento
Não se aplica às classes da Portaria	Correspondência de cobrança / inadimplência		
Não se aplica às classes da Portaria	Contrato de Prestação de serviços educacionais		
Não se aplica às classes da Portaria	Contrato de Abertura de Crédito		
Não se aplica às classes da Portaria	Imposto de renda		
122.1	Grade Curricular		
125.112	ENEM		
125.114	Provas		
125.115	Recursos		
125.21	Matrícula (declaração de que o aluno está matriculado e afins)		
125.22	Matrícula (classe para requerimentos de isenção de matrícula, boleto de pagamento de matrícula, etc.)		
125.24	Trancamento (documento formal)		
125.3	Avaliação acadêmica		
125.31	Provas. Exames. Trabalhos		
	2ª Chamada		
	Correção de provas		
125.32	Trabalho de Conclusão de Curso		
125.4	Documentação acadêmica		
125.43	Atestados		

	Atestado de óbito		
	Foto 3x4		
	Histórico Escolar		
	Solicitação / Requerimentos		
	Documentos pessoais (RG, CPF, CNH, Comprovante de Residência, etc.)		
	Declaração / Certificados		
125.43	Certificados Declarações de Outras Instituições		
125.61	Monitorias		
125.62	Estágios		

Fonte: a autora (2018), com base na Portaria 1.224/2013

**Tabela 2 – Modelo definitivo da tabela de classificação adaptado para a IES privada**

Não se aplicam às classes da Portaria								
Correspondência de cobrança / inadimplência		Contrato de Abertura de Crédito		Contrato de Prestação de serviços educacionais	Anos 2008 - 2012	Imposto de Renda		
Assentamentos individuais dos alunos (Dossiês dos alunos)								
Classe Geral								
125.43				X				
Classes Específicas								
122.1	125.112	125.113	125.114	125.115	125.21	125.22	125.23	125.24
						X		
125.31	125.32	125.4	125.41	125.61	125.62			
			X		X			

Fonte: A autora (2018), com base na Portaria 1.224/2013

Verifica-se que, em ambos os modelos, foram mantidos alguns itens que são específicos de contratação, cobrança e renda, que são procedimentos comuns às IES

privadas. O modelo da segunda é logístico e econômico para o profissional aplicar, mesmo quando a documentação do aluno ainda não está completa, pois, pode ser preenchida conforme as necessidades surjam.

A classificação, após diagnóstico dos documentos mais correntes encontrados nas pastas dos alunos, foi elaborada com as classes conforme a Portaria citada sugere, no caso de graduação. Os documentos passaram por uma minuciosa triagem para posterior listagem tipológica, além de serem apresentados à gestão para saber se estava conforme o desejado.

Por curso, ano e ordem alfabética, os documentos foram organizados em caixas-arquivo, nas quais constava, em cada envelope pessoal do aluno, a respectiva folha de classificação dos documentos nela contidos.

Como não havia nenhuma metodologia, nem ferramenta para tratar os documentos no âmbito de uma classificação, o esperado era fazer do modelo criado uma referência para todas as pastas dos alunos que estavam arquivadas apenas por curso e ano, nominalmente em ordem alfabética.

## **6 CONSIDERAÇÕES**

Organizar e classificar informações documentais requer sistemática, análise, diagnóstico, preparo e instrumentos adequados, além de uma metodologia que atenda ao contexto organizacional. No caso aqui esboçado, tratava-se de uma documentação acadêmica com dossiês de alunos do ensino superior privado.

Este trabalho teve por objetivo apresentar um modelo de tabela de classificação de documentos acadêmicos baseado na Portaria 1.224/2013 aplicada em um arquivo acadêmico privado. O objetivo foi alcançado, pois, verificou-se ser possível utilizar a tabela tanto no arquivo das secretarias, como no arquivo permanente, visto que a tabela possui uma dinâmica estrutural de atualização. Ou seja, se há uma nova documentação incorporada, é possível atualizar na tabela, por exemplo, uma prova do aluno que o professor encontrou em seus arquivos.

Esperamos que o modelo sirva de fonte para novos documentos, ou mesmo de referência para quem está em instituição de ensino superior privada e não sabe a melhor forma de aplicar a classificação pedida pela Portaria do MEC 1.224/2013.

Acreditamos nessa possibilidade, visto que, trata-se de um modelo simples, o qual contempla uma classificação que alude a documentos comuns a instituições de



ensino superior como, por exemplo, documentos pessoais (comprovantes de residência, RG, CPF, certidão de nascimento etc.) ou acadêmicos (currículos, certificados e declarações de participação em eventos, documentos de trabalho de conclusão de curso etc.).

Um dos principais ganhos de se ter essa classificação foi que, ao abrir a pasta do aluno, não era preciso mais olhar documento por documento, visto que a tabela já sinaliza o que tem e o que não tem na pasta. Outro ponto é que, sempre que um documento novo for incorporado à pasta, é possível atualizar a tabela, apenas marcando um “x” na classe correspondente ao novo documento incluído na pasta.

Assim, duas vantagens podem ser sinalizadas, a de economia de tempo para recuperar a informação e a capacidade de manter a documentação organizada.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos Permanentes: tratamento Documental**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: FGV, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Portaria MEC nº 1.224** de 18 de dezembro de 2013, Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística** São Paulo: AAB/Núcleo Regional de São Paulo/Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, Neire do Rossio. **Manual técnico de organização de arquivos correntes e intermediários**. Campinas: Unicamp, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/220/234>>. Acesso em: 12 out., 2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, n. 2, Primavera, pp. 19-33. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>>. Acesso em: 10 Out. 2018.

SANTOS NETO, João Arlindo; SANTOS, Rosana Pereira. A GESTÃO DE DOCUMENTOS NOS ARQUIVOS ACADÊMICOS E A PORTARIA MEC N°. 1.224/2013. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 82 – 103, jan./jun. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/APLJ/Downloads/23398-104906-1-PB%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/APLJ/Downloads/23398-104906-1-PB%20(8).pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

TANUS, Gabrielle Francinne; RENAU, Leonardo Vasconcelos, ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.8, n.2, p. 158-174, jul./dez. 2012 Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/220/234>>. Acesso em 12 Out. 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Dicionário Arquivístico**. Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgcon/degea/dicionario-arquivistico#f>>. Acesso em: 27 de fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA DO SUL (UFFS). **Noções básicas de organização de arquivos**. 2010. Disponível em: <<http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/1.-No%C3%A7%C3%B5es-B%C3%A1sicas-de-Gest%C3%A3o-de-Arquivos-para-a-UFFS1.pdf>>. Acesso em: 27 de mar. 2018.

Recebido/ Received: 31/08/2018 Aceito/ Accepted: 03/09/2018 Publicado/ Published: 15/11/2018
--

---

**A ESCASSEZ DE FONTES PRIMÁRIAS DE FEMINISTAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO RIO DE JANEIRO**

THE SHORTAGE OF PRIMARY SOURCES OF FEMINISTS FROM THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY IN RIO DE JANEIRO

---

**Bárbara Moreira Silva de Barros**

Mestranda em Memória e Acervos pela Fundação Casa de Rui Barbosa - RJ.

E-mail: [barbaramorsilva@gmail.com](mailto:barbaramorsilva@gmail.com), Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0966-3025>

**RESUMO**

O artigo apresentado consiste no mapeamento dos arquivos pessoais das militantes da chamada “primeira onda” feminista que atuaram no Rio de Janeiro no período de 1900 a 1950, com o objetivo de comparar quantos são em relação a outros tipos de arquivos pessoais e ressaltar como estes conjuntos documentais são importantes para a história e memória dessas mulheres inseridas na luta pela equidade de gêneros. Como metodologia, realizaram-se pesquisas via internet nos acervos de instituições arquivísticas do Rio de Janeiro para identificar quais possuem documentos de feministas; além de pesquisas bibliográficas visando entender a relação entre os arquivos pessoais, o feminismo e os arquivos de mulheres

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais; feminismo; arquivos de mulheres.

**ABSTRACT**

The presented article consists in the mapping of the personal archives of the so called “first wave” feminist militants who worked in Rio de Janeiro from 1900 to 1950, in order to compare how many archives there are in relation to other types of personal archives and to emphasize how these documentary sets are important for the history and memory of these women inserted in the struggle for gender equality. As methodology, we carried out internet researches in the collections of archival institutions in Rio de Janeiro, in order to identify those that have feminist documents; in addition to bibliographical researches aimed at understanding the relationship between personal archives, feminism and women's archives.

**Keywords:** Personal archives; feminism; women's archives

## 1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente artigo apresenta a pesquisa realizada em diversas instituições de memória do estado do Rio de Janeiro que possuem, em seus acervos, fundos arquivísticos, a fim de localizar arquivos pessoais de feministas brasileiras da primeira metade do século XX, no intuito de notabilizar essas fontes primárias como opções de preservação da história e trajetória dessas mulheres.

O ápice do interesse por esse tipo de pesquisa ocorreu, quando na tentativa de consultar aos arquivos da escritora, jornalista e feminista Patrícia Galvão - a Pagu, algumas dificuldades, por conta de fragmentação e de descaso, foram percebidas. Isso porque, apesar de cerca de três mil arquivos originais da militante encontrarem-se digitalizados e disponíveis no *Centro de Estudos Pagu* pertencentes à Universidade Santa Cecília, em Santos, outra parte da documentação pessoal da escritora foi encontrada em sacos destinados à coleta pública de lixo, em uma das ruas do bairro Butantã, na cidade de São Paulo, pela catadora de papéis Selma M. Sarti. Tendo sido entregue, em seguida, à UNICAMP e, posteriormente, incorporado ao Arquivo Edgard Leuenroth, como coleção Pagu e Geraldo Ferraz (escritor, jornalista, crítico literário brasileiro e segundo esposo de Pagu). Entretanto quantas outras continuam desconhecidas pelo público com seus arquivos em detritos?

Por isso, a escolha por atrelar a pesquisa a alguns fundos arquivísticos produzidos por mulheres está diretamente ligada a dois anseios. O primeiro é localizar fontes primárias produzidas pelo gênero feminino no Brasil, que são classificados como escassas e fragmentadas, produtos de descasos de décadas e que dificultam a recuperação das histórias dessas mulheres na sociedade; já o segundo é evidenciar esses arquivos, indicando suas existências ou ausências com o intuito de contribuir para futuras pesquisas sobre a temática.

Observa-se que, apesar de não ser uma característica isolada do Brasil, há processos do esquecimento e do silenciamento de determinados grupos sociais ou de personagens individuais. São atividades recorrentes que vão na contramão de um discurso de construção de uma sociedade democrática que busca a ampliação da prática da cidadania.

A investigação aqui realizada possui uma dimensão exploratória, produzida com a revisão de literatura acerca do feminismo. Baseamo-nos nas proposições de Alvez; Pintanguy (1981) e Schumacher; Brazil (2000), no âmbito dos arquivos pessoais Camargo

(2009; 2010); Oliveira (2012); Campos (2015) e Millar (2006); e relacionado aos arquivos de mulheres Perrot (1989); Dias (1984), Lerner (1986;1993), para que suas especificidades e as relações entre si sejam extraídas. E também quantitativa referente à tentativa de identificar quais as instituições no estado do Rio de Janeiro que possuem arquivos de feministas com atuação entre 1900 a 1950.

O artigo divide-se em quatro segmentos: Identificar e contextualizar a atuação das feministas no seu tempo e seu espaço, e inserindo ainda neste primeiro momento da discussão a questão da preservação das fontes primárias destas militantes; em seguida são comentadas considerações sobre os arquivos pessoais e seu lugar na Arquivologia, acompanhado num terceiro momento pela exposição da pesquisa empírica nas instituições do estado do Rio de Janeiro. E, por fim, conclui-se com o relato das observações realizadas ao longo da pesquisa e efetuando novos apontamentos.

## **2 A MULHER CONQUISTA O BRASIL NO SÉCULO XX**

Apesar da dificuldade em precisar uma data de seu surgimento, foi durante a Revolução Francesa que o feminismo adquiriu características de uma prática política organizada e foi neste mesmo período que publicaram-se brochuras que abordavam temas como desigualdade legal, participação na política e prostituição. (ALVES; PITHANGUY, 1981, p. 33,34).

As ideias feministas entoadas pelas europeias desembarcaram por aqui nas primeiras décadas do século XIX, tendo como principais defensoras as escritoras da época. Neste contexto, surgiram os primeiros jornais feitos por mulheres e para mulheres, o caso de “O sexo feminino” (1873 - 1896), jornal de muito sucesso, de propriedade de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. De certa forma, estas publicações femininas pavimentaram caminho para o engajamento de tantas mulheres no século XX.

Apesar de ser um conceito amplo com diversas possibilidades de olhares, considera-se que:

o feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" ou

"masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade (ALVES e PITANGUY, 1981, p.9).

E continuam:

o feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Na busca de superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas (ALVES e PITANGUY, 1981, p.74).

A primeira metade do século XX foi avaliada como primeira onda feminista e momento de ápice para o feminismo brasileiro, seja pela conquista de direitos ou pelo ganho considerável de visibilidade.

O século XX encontrou a nova geração de feministas com algumas conquistas na bagagem e, sobretudo, o justo desejo de serem cidadãs por inteiro. Influenciadas pelo avanço das mulheres em alguns cenários internacionais, elas tentavam popularizar suas reivindicações. Nas primeiras décadas do século, conviveram com os movimentos de esquerda emergentes e com as primeiras greves operárias. À luta pelo direito ao voto somaram-se novas causas. As mulheres enfrentavam os preconceitos da vida social e política brasileira (SCHUMAHER, 2000, p.125).

Sediados na cidade do Rio de Janeiro, até então a capital do país, no começo do século XX, os movimentos de equidade feminina, como, por exemplo, o Partido Republicano Feminino – PRF; Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF e União Feminina do Brasil – UFB, que não conseguiram alcançar êxito em todas as suas propostas, mas, conseguiram modificar o cenário feminino da época, possuem poucos registros nas instituições de memória.

Entretanto, a discussão do papel da mulher na sociedade e a tentativa de introduzir experiências femininas nos relatos históricos corroboram para a afirmação de que “se a maior parte dos arquivos públicos, olhares de homens sobre homens, calam quantitativamente as mulheres, o olhar perscrutador, curioso e consciente de pesquisadores faz emergir qualitativamente sua presença” (WADI, 1997, p. 50).

Com base em pesquisas que atestam que este problema não é uma questão exclusiva da realidade brasileira, apuraram-se contribuições que também abordam o tema e são relevantes a esse trabalho. A historiadora Michelle Perrot - uma das pioneiras nos estudos das mulheres na Europa -, que busca inseri-las nos relatos e nos acontecimentos históricos, costuma afirmar que pesquisas sobre o século XIX evidenciam que aqueles que dominavam a escritura da história deixaram pouquíssimos registros a respeito das mulheres, vistas como categoria destinada ao silêncio.

Para Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), historiadora brasileira, a memória da vida das mulheres vai se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de documentos. Ao abordar a mesma questão, Jean-Claude Schmitt questiona como podem-se ouvir as vozes margeadas do passado se “quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar?” (1990, p.284). Tais afirmações nos levam à compreensão de que, na História tradicional, os personagens são integrantes dos grupos dominantes, restringindo as mulheres ao “privado”.

Gerda Lerner, em seu livro *The creation of feminist consciousness: from the Middle Ages to eighteen-seventy* (1993), detalha a exclusão sistemática das mulheres nos arquivos e na história, e as tentativas para corrigir essa situação através da criação de arquivos de mulheres.

No final do século XX, Perrot, em sua obra *Práticas da memória feminina*, apontou os arquivos de pessoas como novas possibilidades de fontes de estudos sobre as mulheres. Para a historiadora, “são os arquivos privados, outro sótão da história” (1989, p.11), acreditando que cartas, diários, anotações, entre outros documentos, exprimem de forma abundante esse cotidiano, os quais tornaram-se fontes privilegiadas.

Para Constância Lima Duarte, doutora em Literatura Brasileira e pesquisadora do tema, pensar no movimento feminista é também analisar a literatura de autoria feminina, uma vez que para ela há pelo menos em nossa história quatro momentos em comum entre esses dois grupos. Duarte, que participou de um grupo de pesquisa que se reuniu com o intuito de resgatar escritoras do passado e as reacender na memória, observa que “para começar, os acervos estavam dispersos em antigas bibliotecas, fragmentados em jornais carcomidos por traças e pelo descaso oficial” (2007, p.65).

Estes questionamentos são atuais e relevantes, pois, no ano de 2017, ocorreu no estado de São Paulo o *I Seminário Internacional Arquivos, Mulheres e Memórias*, no qual o ponto principal foi debater o lugar da mulher na história e nas instituições de preservação da memória, ou seja, a questão da preservação sendo vista e reconhecida em sua importância. Ainda assim, há um longo caminho a ser traçado.

A questão é que homens e mulheres foram excluídos e discriminados por causa da sua classe. Porém nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, entretanto, todas as mulheres foram. (LERNER, 1986, p.5)<sup>1</sup>

As falas supracitadas proporcionam uma reflexão sobre a exclusão das mulheres de uma forma geral dos registros que são definidos como históricos, sendo que a afirmativa de Michelle Perrot autentica a ideia de utilizar os arquivos pessoais de feministas para preencher as lacunas deixadas pelos poucos registros oficiais e também em face de poder analisar os fatos por um outro viés.

### **3 ARQUIVOS PESSOAIS NA ARQUIVOLOGIA**

Sendo assim, buscaram-se apresentar, nesta segunda etapa do texto, os alicerces teóricos a fim de demonstrar que os conceitos, as teorias e os princípios que subsidiam os arquivos públicos e os arquivos de pessoas são os mesmos.

Os arquivos pessoais ou privados, apesar de fazerem parte do universo da Arquivologia, por muito tempo não foram aceitos por teóricos como arquivos de fato, sob a alegação de não possuírem as características de documentos arquivísticos. Mesmo sendo esta uma realidade que já se modificou, ainda assim, acredita-se que há necessidade de se estabelecerem parâmetros mais solidificados sobre o assunto.

O uso da palavra “privado” remete àquilo que não é público, parecendo não exprimir em sua totalidade o significado desses conjuntos, pois ele pode possuir um caráter privado

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “The point is that men and women have suffered exclusion and discrimination because of their class. No man has been excluded from the historical record because of his sex, yet all women were.”



em sua fase de formação e, posteriormente, ganhar um caráter público. Silva (2013) esclarece que este caráter privado atribuído a estes arquivos pessoais se refere às atividades que o titular desempenha ao longo da sua vida na esfera privada. Dessa forma, para que o acervo se torne público, dependerá do valor que lhe poderá ser concedido no futuro em decorrência das atividades ou da posição social do titular.

Ao buscar-se a definição de arquivos pessoais, percebe-se que:

Os arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência. Estando ou não ligados diretamente à figura de seu titular, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular. (SILVEIRA, 2013, p. 140).

Segundo Oliveira (2012), na metade do século XX, com o avanço nas ciências históricas, amplificou-se a valorização dos arquivos de indivíduos como fonte para pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da micro-história e da história cultural. A partir dessa valorização, segundo Artiéres (1998), houve um aumento de doação de manuscritos e dos escritos pessoais para bibliotecas.

Os arquivos pessoais oferecem a viabilidade de um outro olhar para fatos e acontecimentos, já que a conservação de inúmeros registros da vida de uma pessoa ou de uma população auxilia o entendimento sobre o seu modo de vida e pensamentos.

Entretanto, se faz necessário ratificar o papel do valor primário destes conjuntos documentais, que está diretamente condicionado a sua elaboração e aos interesses do produtor do arquivo, ou seja, acredita-se que os arquivos pessoais, assim como os públicos não são produzidos para a posteridade (Jenkinson, 1922, p.11). Sendo assim, as pessoas costumam acumular aquilo que testemunham em momentos de sua vida, sejam eles relacionados a assuntos pessoais, profissionais ou de seus interesses particulares. E estes, quando reunidos em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores de quem os guardou, constituindo o seu arquivo pessoal

(CAMARGO, 2009). Foi esta característica que concedeu a inserção, a relevância e a fixação dos acervos pessoais na Arquivologia, como salienta Oliveira:

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade, mas são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade. (OLIVEIRA, 2012, p. 39).

Cook, no texto *Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno*, resultado de uma palestra apresentada no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais (1997), alinha-se à vertente de que arquivos pessoais caracterizam-se como arquivo. Isso também pode ser observado no documento-proposta do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais (1997), o qual defende o reconhecimento de similaridades entre os arquivos:

Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. (COOK, 1997, p. 131).

Para Casanova, em 1928, no manual *Archivistica*, há um caráter orgânico na produção dos documentos de pessoas, pois são referentes à memória da finalidade de sua produção, comprovando o vínculo entre documento e produtor. Lopez (2003) afirma que, ainda que possuam uma característica informal e testem os limites dos princípios arquivísticos, são esses mesmos princípios que salvaguardam a unicidade e a coesão arquivística dos arquivos de pessoas.

Oliveira ratifica o discurso de Casanova e Lopez, ao afirmar que os documentos dos arquivos de pessoas apresentam as cinco características dos documentos arquivísticos:

imparcialidade, autenticidade, unicidade, naturalidade e organicidade (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

### 3.1 ARQUIVOS PESSOAIS DE FEMINISTAS

Através desse impulso, iniciou-se uma pesquisa rápida em treze instituições que são consideradas de maior relevância no estado do Rio de Janeiro e que detêm em seus acervos a guarda de arquivos de pessoas. Não se faz distinção nesta pesquisa entre fundos e coleções com o propósito de abarcar um maior número de dados possíveis.

Através de suas *homepages* e instrumentos de pesquisas *online*, realizou-se uma comparação quantitativa entre fundos/coleções pessoais de homens e mulheres no estado do Rio de Janeiro. E, sobretudo, arquivos pessoais de mulheres que se declaravam feministas ou participaram ativamente de algum movimento do gênero.

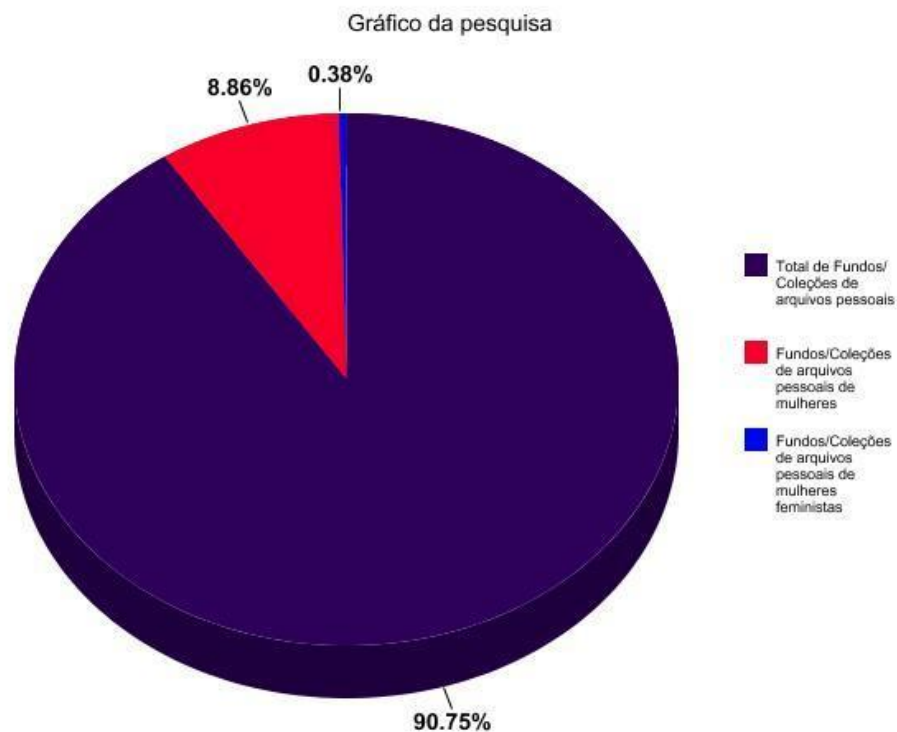
Seguem o nome das instituições e o nome dos acervos, fundos ou coleções pesquisados: Arquivo Nacional *Acervos Privados*; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro *Coleção*; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *Coleções Particulares*; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas) *Arquivos Pessoais*; Centro de Documentação e Informação (Fundação Nacional de Arte) *Coleções*; Instituto Moreira Salles *Acervos do Departamento de Literatura*; Academia Brasileira de Letras *Acervos Arquivísticos*; Biblioteca Nacional *Acervo de Manuscritos*; Arquivo - Museu de Literatura Brasileira (Fundação Casa de Rui Barbosa) *Fundo e Coleções*; e Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro *Coleções Particulares*; Museu Nacional – *Acervo Histórico*; Museu de Astronomia e Ciências Afins- *Arquivos Pessoais e Casa de Oswaldo Cruz – Arquivo Histórico*.

**Quadro 1 - Comparativo do número de fundos masculinos e femininos**

Instituição	Total de fundos privados ou coleções de homens	Total de fundos privados ou coleções de mulheres	Total de fundos privados ou coleções de feministas
Arquivo Nacional	305	27	0
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	9	2	0

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	22	1	0
CPDOC	172	8	1
Funarte	77	15	0
Instituto Moreira Salles	24	8	0
ABL	261	7	1
MAST	43	7	0
Biblioteca Nacional	168	18	2
AMBL	148	20	1
COC	90	7	0
MUSEU	54	14	1
AMORJ	36	5	0

Em um universo de 1423 (mil quatrocentos e vinte e três) fundos/coleções - nos quais 1185 (mil cento e oitenta e cinco) são de homens, 139 (cento e trinta e nove) de mulheres, 93 (noventa e três) de famílias/instituições/empresas e outros e apenas 06 (seis) fundos/coleções são de feministas atuantes no Rio de Janeiro no período pesquisado. Ou seja, apenas aproximadamente 9% (nove por cento) são de mulheres e menos de 1% (um por cento) são feministas. Vejamos no gráfico a seguir:



Os acervos das feministas foram localizados no Fundo Bertha Lutz (Museu Nacional); Fundo Júlia Lopes de Almeida (Academia Brasileira de Letras) e Arquivo Almerinda Faria Gama (FGV – CPDOC), todas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Além dos: Arquivo Eugênia Álvaro Moreyra (Arquivo-Museu de Literatura Brasileira); Coleção Maria Werneck de Castro (Biblioteca Nacional); Coleção Nise da Silveira (Biblioteca Nacional), que fizeram parte da União Feminina Brasileira, e inclusive ficaram detidas juntas na Sala 4 da Casa de Detenção do Conjunto da Rua Frei Caneca em dezembro de 1935 (WERNECK, 1988).

Não poder-se-iam deixar de considerar três questões. Primeiro acentuar dois fundos que não são pessoais, porém podem conter documentos pessoais de feministas dentro do seu conjunto. São: Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF do Arquivo Nacional e o Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

A segunda questão a ser considerada, é a existência de outros acervos de feministas que também foram encontrados e, não foram citados no trabalho, pois não estão inseridos nas datas-limite desta pesquisa.

Por conseguinte, os dados apresentados corroboram com as observações dos autores estudados e evidenciam uma exclusão das mulheres dos arquivos oficiais. Ainda na atualidade, o número de conjuntos documentais de mulheres preservados e disponíveis para consultas independente da área de atuação (letras, ciências, política) ou engajamento em causas sociais ainda são, em todas as instituições pesquisadas, menores se comparado ao de homens.

E, por último, cabe ressaltar a afirmativa de Perrot (1989), de que buscar fontes pessoais produzidas por mulheres são alternativas de conhecer e entender a história das mulheres, em nosso caso, das feministas, pois, ao pesquisarmos os acervos *in loco*, obtivermos a confirmação que é possível compreender as trajetórias dessas mulheres e de suas militâncias em movimentos feministas, mesmo que de forma indireta, através de fotografias, anotações, recortes de jornais e principalmente de correspondências.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para valorização das conquistas alcançadas até aqui por grupos sociais excluídos e oprimidos é preciso perceber, através das histórias e registros de vida e/ou conquistas de militantes do movimento feminista, que pode-se preservar e divulgar a memória desses grupos sociais.

A realidade atual parece-nos justamente o caminho inverso, onde não há a preocupação de preservar o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado com a finalidade de modificar a memória histórica (RAMPINELLI, 2013).

Seriam significativas ações e/ou atividades desenvolvidas pelo Estado que visassem reconhecer a memória de uma sociedade com o intuito de colaborar para o processo de identificação dos grupos. Pois deveras, com essas ações, as histórias dessas mulheres seriam preservadas e não terminariam na galeria dos esquecimentos como muitos outros grupos.

Destacamos que, por mais que tenhamos evitado verticalizar esta associação, a relação existente entre os arquivos e a memória é eminente, uma vez que os acervos quando custodiados por instituições e disponibilizados são representações de memória, servindo de amparo para a memória, ou melhor dizendo, funcionando como “gatilhos de memória” (MILLAR, 2006, p. 122, tradução nossa). Entretanto, a forma qual cada indivíduo fará sua associação dependerá do seu interesse pessoal e a quais grupos sociais se insere (HALBWACHS, 2006) ou tenha sentimento de pertencimento (ASSMANN, 2011).

Constatada a importância da recuperação dessa informação, não se pretende finalizar as referidas investigações, tendo em vista, inclusive, já se ter iniciado em outros estados, a fim de que, dessa forma, haja uma quantidade plausível de documentos com o intuito de aumentar o número de fontes e, conseqüentemente, resultarem na elaboração de um de pesquisa *online* sobre o gênero e auxiliar para a perpetuação da memória das lutas das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, v.11, n.21, Rio de Janeiro, p. 9-34, 1998.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. 2º semestre, 2009 p. 26-39.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, v.1, n.21, Rio de Janeiro, p. 129-149, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Constância. Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S.l.], n. 30, p. 63-70, jan. 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archives making. Oxford: Oxford University Press, 1922.

LERNER, Gerda. **Definitions. The Creation of Patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. **The Creation of Feminist Consciousness**: from the Middle Ages to Eighteen-Seventy. Oxford: Oxford University Press 1993.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 154, p. 69-82, 2003.

MACHADO, Cassiano Elek. Catadora encontra na rua fotos e documentos de Pagu. **Jornal Folha de São Paulo**, 30 jun., 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45471.shtml>. Acesso em 28 de janeiro 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina, **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p.9-18, 1989. Artigo originalmente no n. 40, p.18-27, da Revista Traverses.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 30, p. 139-142, jul. 2013.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, p.261-290, 1990.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**: biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Maria Celina. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

SILVEIRA, João. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. **Revista Ágora**. Florianópolis. v. 23, n. 47, p. 140-161, 2013.

WADI, Yonissa Marmitt. Histórias de mulheres: a problemática das fontes. **História & Ensino**, Londrina, v.3, p-47-56, abr. 1997.

WERNECK, Maria. **Sala 4 - Primeira prisão política feminina**. Editora CESAC. 1988.

#### **Sites consultados**

Academia Brasileira de Letras. Disponível em [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br). Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em [www0.rio.rj.gov.br/arquivo/](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/). Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Disponível em [www.amorj.ifcs.ufrj.br](http://www.amorj.ifcs.ufrj.br). Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo Nacional. Disponível em <http://arquivonacional.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em [www.aperj.rj.gov.br](http://www.aperj.rj.gov.br). Acesso em 14 fev. 2018.

Biblioteca Nacional. Disponível em <https://www.bn.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Disponível em <http://www.casarui barbosa.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 14 fev. 2018.



Fundação Nacional de Artes. Disponível em [www.funarte.gov.br](http://www.funarte.gov.br). Acesso em 14 fev. 2018.

Instituto Moreira Salles. Disponível em <https://ims.com.br>. Acesso em 14 fev. 2018.

Recebido/ Received: 31/08/2018  
Aceito/ Accepted: 03/09/2018  
Publicado/ Published: 15/11/2018

---

**HISTÓRIA, MEMÓRIA, RESPEITO E VALORIZAÇÃO:  
um olhar sobre a Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes de Porto Velho – RO**

HISTORY, MEMORY, RESPECT AND APPRECIATION:  
a look at the State Public Library Dr. José Pontes de Porto Velho, Brazil

---

**Miriã Santana Veiga**

Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bibliotecária do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). E-mail: miria.veiga@ifro.edu.br

**Jussara Santos Pimenta**

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Universidade de Lisboa. Docente do Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGE-UNIR). E-mail: jussara.pimenta@unir.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5283-2509>

**RESUMO**

Este trabalho apresenta apontamentos biblioteconômicos fundamentado em estudos e análises exploratórias do acervo da Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto, localizada na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. A pesquisa teve como objetivo conhecer a real situação do acervo e propor soluções da área da Biblioteconomia para as futuras intervenções que deverão ser feitas no acervo da Unidade de Informação. O acervo deverá passar por um processo de tratamento, ser protegido e tratado, pois esse processo na prática irá estimular mudanças, que deverão interferir no futuro dessa unidade de informação para que a mesma possa, em breve, reabrir as suas portas e desenvolver serviços de qualidade ao estado de Rondônia.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública. Preservação. Memória. Biblioteca Doutor José Pontes Pinto.

**ABSTRACT**

This work presents bibliographic notes based on studies and exploratory analyzes of the collection of the State Public Library Dr. José Pontes Pinto, located in the city of Porto Velho, State of Rondônia, Brazil. The research had as an objective knowing the real situation of the collection and to present Library Science solutions for future interventions in the Information Unit collection. The collection must undergo a process of treatment and protection. This process will stimulate changes, which should interfere in the future of the Information Unit so that it can, soon, reopen its doors and perform quality services in the state of Rondônia.

**Keywords:** Public Library. Preservation. Memory. Public Library Dr. José Pontes Pinto.

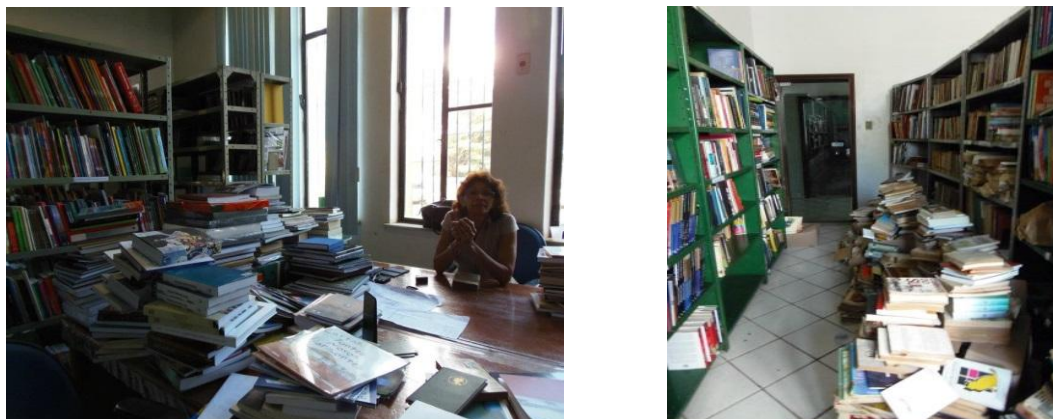
## 1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto (BDJPP) foi criada pelo Decreto Lei 748 de 30 de abril de 1975, no Governo do Coronel João Carlos Marques Henrique. Está registrada no Instituto Nacional do Livro - INL sob o nº 18.063, de 21 de maio de 1976 e junto à Biblioteca Nacional com o nº 01265. De acordo com Ivo Feitosa (2007), “[...] no ano de 1976 a Biblioteca José Pontes Pinto foi registrada no Instituto Nacional do Livro, que era vinculado à Fundação Nacional do Livro Pró-Memória do Ministério da Educação e Cultura [...]”. Já no ano seguinte, em 1977, a bibliotecária Anita Julien foi designada, por meio de Portaria, a ser representante do Instituto Nacional do Livro em Rondônia. Em 1982, a Biblioteca Dr. José Pontes Pinto teve Vera Olívia Borborema de Souza, bibliotecária, como primeira diretora, dedicando esforço e cuidado no desempenho das suas atividades. De acordo com o turismólogo Ivo Feitosa:

Com a criação da Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo em 1982, a Biblioteca Pública José Pontes Pinto integrou-se ao Departamento de Cultura, através da Divisão de Desenvolvimento Cultural - Programa de Bibliotecas. Já se notado o grande crescimento do trabalho, tanto que se fez necessária a contratação de novos técnicos especializados na área para que pudesse atender a grande demanda já existente a procura dos instrumentos de difusão das ideias: os livros, revistas, jornais, mapas, etc. com orientação sobre os modos de utilizá-los (FEITOSA, 2007, 1 p.).

Entretanto, no ano de 2002, por problemas relacionados à administração da Secretaria de Cultural do Estado de Rondônia (SECEL), a Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto foi fechada. No mesmo ano o seu acervo foi “jogado” nas dependências do Prédio da Administração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), onde passou a funcionar precariamente, além de que teve parte do seu acervo roubado ou destruído por pragas e pela chuva.

**Figura 1 - Acervo improvisado no Prédio do Relógio - Administração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)**



Fonte: Arquivo Pessoal.

No ano de 2013, depois de muitas reclamações e da dedicação da senhora Nazaré Silva, a biblioteca retornou a seu prédio original, na Avenida Farquhar e seu acervo passou por separação, limpeza e tratamento por alunos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que estiveram sob a supervisão da bibliotecária Miriã Veiga.

**Figura 2 - Acervo passando por separação e limpeza.**



Fonte: Arquivo pessoal.

Atualmente, a biblioteca está subordinada à Superintendência Estadual, Esporte, Cultura e Lazer (SECEL). Seu acervo foi organizado a partir de obras doadas e possui uma grande relevância para a região. Recebeu o seu nome em homenagem ao Dr. José Pontes Pinto, paraense e bacharel em Direito, cidadão de destaque e apreço na sociedade local e que, por isso, recebeu essa homenagem. A Biblioteca tornou-se, então,

a guardiã da memória histórico-geográfica e cultural do Estado de Rondônia. O acervo é composto por 65.000 (sessenta e cinco mil) obras entre periódicos, multimídia e livros. Possui também materiais que datam do ano 1907. A biblioteca possui um Centro de Documentação Histórico e Geográfico que está guardado no prédio da Administração da EFMM.

No ano de 2014, a bibliotecária Miriã S. Veiga fez a proposta para que o acervo fosse separado por alunos do Curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A realização do Projeto de Reestruturação do Acervo da Biblioteca Dr. José Pontes Pinto foi coordenado pela bibliotecária, juntamente com a Sr<sup>a</sup> Nazaré Silva, contando com a colaboração dos estagiários da Universidade Federal de Rondônia UNIR do 7º período do curso de Biblioteconomia, da Professora Mestre Maria Rosa P. F. Miranda (UNIR) e com o apoio da Superintendência de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL).

Deu-se início à nova fase, pela qual a Biblioteca está passando atualmente, que é a organização do seu acervo, que tem por principal meta suprir a demanda de informações de seus usuários e da comunidade em geral. Neste cenário, a meta a ser alcançada é a de atender as reivindicações constantes da comunidade, que necessita realizar suas pesquisas, principalmente sobre o estado de Rondônia. Muitas informações solicitadas pelos usuários podem ser encontradas no acervo da Biblioteca, em especial no Centro de Documentação, criado na década de 1980 e que possui hoje mais de 100.000 (cem mil) itens entre mapas, jornais, fotografias, objetos e livros, que remontam à formação do estado de Rondônia e do município de Porto Velho.

Este estudo apresenta o acervo da BDJPP que é formado por livros, periódicos, folhetos, fotografias, discos, mapas, filmes, fitas cassete etc. Todo material contém importantes informações e podem ser incluídos no acervo desta Biblioteca Pública. Tem como objetivo geral dessa pesquisa conhecer a real situação do acervo e propor soluções da área da Biblioteconomia para as futuras intervenções que poderão ser feitas no acervo da Unidade de Informação.

## **2 O ACERVO DA BIBLIOTECA DOUTOR JOSÉ PONTES PINTO**

A palavra “acervo” é utilizada para fazer referência a uma coleção de obras ou bens que fazem parte de um patrimônio, seja de propriedade privada ou pública. Esse patrimônio pode ser de âmbito artístico, bibliográfico, científico, documental, genético, iconográfico, histórico etc. (SIGNIFICADOS, 2015). Concordando com o conceito que

se refere a acervo e sua finalidade num espaço informacional, definimos os seus objetivos que estão voltados principalmente para cativar e estimular, nos usuários, o interesse pela sua utilização. Por esse motivo, é necessária a sua diversificação, respeitando a faixa etária e o interesse do usuário, tanto em relação aos variados suportes físicos quanto a diferentes temas e abordagens.

Numa biblioteca pública ou em outras bibliotecas, o acervo bibliográfico poderá ser especializado ou geral, existindo muitas atividades exercidas pelo profissional da informação, entre eles o bibliotecário. Como exemplos destas atividades destacam-se: consulta ao acervo bibliográfico, empréstimo domiciliar de livros, consulta local de livros e periódicos e outros materiais bibliográficos e atendimento ao usuário nos setores da biblioteca, entre outros.

O suporte que em maior quantidade faz parte do acervo da BDJPP são os livros impressos. Por essa razão, ressaltamos a importância desses exemplares, por seu formato e sua natureza, pois são o veículo mais difundido para a informação e o material mais comum nas bibliotecas, complementado por outros materiais gráficos e audiovisuais.

A composição de um acervo está voltada principalmente para o atendimento à comunidade onde essa unidade de informação está inserida. A biblioteca pública é uma instituição voltada para atender diferentes modalidades de usuários. Nesse sentido, esta pesquisa apresenta os critérios necessários à formação do acervo.

Segundo a Biblioteca Nacional (2010, p. 63). “ [...] tendo em vista o perfil bastante heterogêneo do público-alvo de uma biblioteca pública, torna-se difícil estabelecer critérios gerais que possam servir de orientação na formação do acervo [...]” Sendo assim, esta pesquisa está baseada nessas diretrizes e busca apresentar elementos necessários para o tratamento do acervo e a sua formação, como por exemplo a criação de um plano de desenvolvimento de coleções”. Portanto, os critérios para desenvolver o acervo devem estar direcionados ao atendimento populacional de segmentos mais comuns encontrados dentro de uma comunidade, como jovens, adultos, idosos, pesquisadores, população heterogênea, público segmentado, população de média e baixa renda.

Os segmentos apresentados apontam a população a ser atendida pela biblioteca pública dentro de uma comunidade de usuários. São eles os indicadores que informam o público-alvo que a unidade de informação está atendendo. Para que esse atendimento seja feito a contento, a Biblioteca Nacional propõe as seguintes coleções básicas para a

composição de acervo como estão aqui referenciados, dentre os quais destacamos as que se baseiam este estudo: Obras de Referência (dicionários de língua nacional, estrangeiras e bilíngues; atlas geográfico e histórico); obras gerais (consulta, leitura para fins de informação geral, estudos, pesquisas e trabalhos escolares, nas diversas áreas do conhecimento e biografia em geral) e histórico documental (materiais relativos à memória sócio cultural e histórico-documental-local). Esse último item é muito importante e será sempre ressaltado no texto, pois a BDJPP possui o único centro de documentação e memória localizado no estado e que é aberto ao público.

### **3 RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO ACERVO REGIONAL DA BIBLIOTECA**

O acervo da unidade de informação é composto por documentos de valor histórico e cultural e contém aproximadamente 65.000 (sessenta e cinco mil) obras, dentre as quais se encontram as consideradas “raras”, isto é, são edições únicas, de autores regionais. O acervo existe há mais de 40 anos e tem obras que datam do ano de 1907. A biblioteca dispõe também outros materiais como, por exemplo, fitas cassete, DVDs, periódicos, dicionários, manuais e fotografias. Contém também arquivos deslizantes e mapotecas. É importante ressaltar que todo esse material (documentos) está em processo de organização, separação e conferência.

A importância de ter sua memória histórica armazenada e preservada e posteriormente divulgada para a comunidade é a base para qual esta pesquisa está voltada. É importante que as informações contidas no referido acervo estejam cuidadas, ou seja, necessitam de uma política de preservação para um tratamento adequado. De acordo com Castro (2006):

A construção, preservação e valorização dos lugares de memória contribuem para que, no futuro, não se estabeleça, como contraponto à sociedade do conhecimento, a sociedade do esquecimento, cujo presente será descontínuo e ausente de sentido. Mas são palavras, expressões, riscos e rabiscos das materialidades textuais do passado que corporificam e dão sentido ao presente, a partir dos enunciados, das práticas discursivas que emanam das séries documentais depositadas em caixas, armários e estantes de arquivos e bibliotecas (CASTRO, 2006, p. 10).

Dessa forma, devem-se preservar os suportes onde estão armazenadas estas informações, o que não será uma tarefa fácil, haja vista que continuarão a ocorrer os

processos de deterioração, como por exemplo, aqueles decorrentes das condições climáticas da região amazônica e a falta de recursos humanos, materiais e financeiros das instituições que mantêm a biblioteca, além do já tradicional abandono dessas instituições.

Voltado para esse contexto, consideramos a biblioteca Doutor José Pontes Pinto como uma guardiã da memória histórica local, pois contribui para o desenvolvimento sócio-cultural da população. Nesse espaço é onde se mantêm vivos os diferentes fatos históricos que precisam ser conservados, para que sua memória não desapareça com o passar dos anos. Isso é mais evidenciado ainda pelo Centro de Documentação criado na década de 1980 e que possui documentos importantes para a memória da região.

As diferentes bibliotecas públicas estaduais existentes no Brasil são locais onde estão guardadas grande parte da história local e informações em distintas áreas do conhecimento. Esse espaço informacional é o local onde se guardam referências para o desenvolvimento sócio-cultural e econômico da sociedade em geral. Nesse sentido, percebemos a importância das bibliotecas que remontam a era medieval:

Nesse contexto de efervescência intelectual, as bibliotecas desempenhavam um papel privilegiado na formação das mentalidades, rivalizando com as salas de aula, quer as instaladas no interior das instituições, quer as públicas e as privadas. Assim, elas se constituíam em “centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e idéias, além de serem lugares de leitura (CASTRO, 2005, p. 05).

Mas ressaltamos que as bibliotecas medievais eram apenas para a utilização de uma pequena elite que tinha o privilégio de saber ler ou para os sábios da Igreja Católica e seus monges. Na atualidade, a biblioteca é um patrimônio de toda a sociedade que deve ter acesso aos bens culturais que ela preserva.

Dessa forma, para que essa unidade informacional continue a ser uma das guardiãs da memória local, afirmamos que se faz necessária uma intervenção criteriosa, agregando a preservação e a conservação preventiva no acervo e, por fim, realizar a restauração dos documentos.

Costa (2003) define a preservação como um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a proteção do patrimônio. Já a conservação seria o levantamento, estudo e controle das causas de degradação, permitindo a adoção de medidas de prevenção, e isto seria um procedimento prático aplicado na preservação e, por fim, na conservação preventiva



que seriam as intervenções diretas, feitas com a finalidade de resguardar o objeto, prevenindo possíveis malefícios, por exemplo, a realização da higienização, pequenos reparos, acondicionamento etc.

A preservação e a conservação de papéis como repositórios de memória têm sido objeto da ação de homens e mulheres desde a sua mais remota existência. Todavia, na mesma proporção – como anteriormente tratado – o poder de destruição dos lugares de memória (arquivos, bibliotecas e museus) tem ocupado espaço em todas as sociedades por motivos políticos, ideológicos ou religiosos (CASTRO, 2005). Esse fato não é produto da ignorância ou da falta de consciência, mas sim de homens que, “sob pressão de mitos apocalípticos (CASTRO, 2006, p. 11).

Para concluir, o autor afirma que a restauração seria um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico.

As obras que compõem o acervo da Biblioteca Dr. José Pontes Pinto (BDJPP) já passaram por mudanças de espaço físico, ocasionando em muitos documentos um estado de deterioração irreversível, devido a diversos fatores climáticos e agentes biológicos, principalmente por estar acondicionado em lugares impróprios. Por esse motivo, todo o acervo, ao ser separado, foi higienizado. De acordo com a Fundação Biblioteca Nacional (2010, p. 117),

A preservação caracteriza-se por sua ação documental preventiva, ou seja, visa ações que possam impedir ou minimizar a possível deterioração do acervo. No entanto, os acervos das bibliotecas, constituídos na sua maior parte por documentos em suporte de papel, estão sujeitos a agentes agressores, alguns de difícil controle. A conservação “visa reduzir, na medida do possível, o ritmo deste processo.

O material encontrado em péssimas condições de uso e sem nenhum tratamento adequado precisou de cuidados por parte da equipe envolvida. Foi necessário o uso de EPI (equipamento de proteção individual) para a limpeza, pois havia agentes biológicos como traças, cupins e fungos que podem afetar a saúde humana.

Atualmente o acervo da biblioteca Doutor José Pontes Pinto precisa ser quantificado e separado, pois já foi higienizado. Sendo assim, é necessária uma distribuição percentual do acervo por área do conhecimento, realizar a análise das

estatísticas de uso do material mais utilizadas e que requerem mais cuidado com o manuseio, empreender um estudo buscando as sugestões dos pesquisadores que utilizam o acervo (pois a sugestão de pesquisadores é um parâmetro seguro para se avaliar as coleções), pois, somente dessa forma, poder-se-á verificar se a coleção satisfaz os usuários e, a partir daí determinar os tipos e níveis de necessidade em relação às coleções e coletar sugestões e indicações para futuras aquisições.

Portanto, sugerimos que seja criada uma Política de Desenvolvimento de Coleções, necessidade que se fez presente ao longo da história do livro e das bibliotecas, pois como afirma Weitzel (2012, p.61), desde a biblioteca de Alexandria às bibliotecas digitais, “[...] não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem colecionar [...]”.

Para o desenvolvimento de coleções, o bibliotecário deve respeitar a hierarquia entre os termos desenvolvimento de coleções, seleção e aquisição, atentando para os três níveis hierárquicos para o desenvolvimento de coleções:

No primeiro nível o desenvolvimento de coleções é compreendido como função ativa de planejamento, voltada para os objetivos a curto e longo prazo da Biblioteca para suas coleções. No segundo nível o autor relata que a função direta do desenvolvimento de coleções estaria todo voltado para a seleção, envolvendo o processo de tomada de decisões relacionados com a implementação dos objetivos anteriormente estabelecidos, observando os critérios e metodológicos para a identificação da seleção que deveriam ser vistos separadamente da política para o desenvolvimento de coleções. O terceiro nível desta hierarquia apresenta como processo de tomada de decisões onde a aquisição é entendida como implementação das decisões de seleção. Neste contexto o autor apesar de hierarquizar os itens componentes do desenvolvimento de coleções, reconhece que os mesmos estão em constante interação e sobreposição (VERGUEIROS, 2006, p. 07).

Vale ressaltar que a atividade de desenvolvimento de coleções ainda é um processo que deve ter critérios, para assim proceder em relação à expansão e atualização do acervo para atender a demanda da comunidade.

#### **4 CRITÉRIOS NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES**

##### **4.1 SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DO ACERVO**

A seleção é um momento de decisão para a Biblioteca, é o momento em que o bibliotecário decide o universo de informações a que os seus usuários irão ter acesso. Sendo assim, cabe ao bibliotecário o poder de formar a coleção. Para fazer a seleção do acervo da Biblioteca Doutor José Pontes Pinto, será necessário que o bibliotecário tenha informação suficiente que possa determinar ou mesmo fazer o levantamento de quantidade, qualidade e tipologia dos documentos. Para que o procedimento de avaliação possa ser realizado, deverão ser utilizados todos os dados disponíveis ou consultar outros profissionais.

Os critérios para a seleção e aquisição são realizados por meio da revisão de literatura, através da qual pode se constatar as normas que muitas vezes se repetem, ou se contradizem quanto à avaliação de materiais a serem selecionados ou adquiridos. Porém, são de grande valia para guiar o bibliotecário no trabalho contínuo de seleção, garantindo a harmonia do acervo no decorrer do tempo.

Neste contexto, foi considerado como metas desse trabalho o agrupamento de distintos critérios usados na seleção de materiais em Bibliotecas, em itens gerais de forma sucinta e objetiva.

Forma de aquisição: compra, doação e permuta.

**Compra:** A aquisição por compra da biblioteca Doutor José Pontes Pinto ficou há muito tempo abandonada. Quase todas as obras também são doações realizadas por empresas e pelo Governo Federal, através do Ministério da Cultura. A compra por aquisição deverá seguir a seguinte rotina:

- Seleção de material a ser adquirido;
- Análise dos materiais de informação selecionados (interesse, autoridade, precisão, imparcialidade, atualidade, cobertura, idioma, relevância);
- Levantamento de preço no mercado livreiro, catálogos de editora, bibliografias, resenhas, ou nas editoras de periódicos;
- Apresentação da listagem final, junto à comissão para a aprovação;
- Verificação dos recursos financeiros necessários;
- Efetivação da aquisição.

**Doação:** A aquisição por doação obedecerá à seguinte rotina:

- Verificação da relevância dos materiais de informação para o acervo;
- Análise do estado físico;

- Atualização temática da obra;
- Investigação da existência de equipamentos necessários para a exibição de multimeios;
- Em caso de não pertinência dos materiais no acervo, encaminhá-los a outras instituições similares.

**Permuta:** Consiste em trocar as obras duplicatas com outras Bibliotecas congêneres, com o objetivo de enriquecer o seu acervo. Este tipo de aquisição obedecerá à seguinte rotina:

- Verificação de obras e periódicos em duplicatas;
- Confecção de listagem;
- Troca de listagem com outras Bibliotecas;
- Análise das listagens recebidas
- Permuta das duplicatas nas Bibliotecas pré-selecionadas.

#### 4.2 SUBSTITUIÇÃO E DESCARTE DE MATERIAIS DE INFORMAÇÃO

Grande parte dos livros que compõem o acervo da biblioteca é oriunda de doações e há muitos anos a biblioteca não realiza nenhuma compra. Dessa forma, é importante que se realize o processo de descarte, dentro dos critérios previstos para substituição e descarte de materiais de informação, pois as biblioteca deverão sempre substituir ou mesmo descartar materiais de informação quando estes se encontrarem nas seguintes condições:

- Materiais desatualizados;
- Materiais não utilizados;
- Materiais não relevantes aos objetivos da Biblioteca;
- Condições físicas precárias.

#### 4.3 PROCESSAMENTO TÉCNICO

O setor de Processamento Técnico é responsável pela análise temática e descritiva dos materiais constantes no seu acervo da biblioteca pública, assim que uma nova obra chega à biblioteca ela passa por uma seleção prévia feita pelos funcionários do próprio setor. Depois disso, os títulos são separados de acordo com o assunto e os bibliotecários decidem se o material é pertinente ou não. Uma vez aproveitados, os materiais passam

pelo processo de catalogação, classificação e indexação, esta etapa consiste em determinar o assunto da obra. Por fim, realiza-se o cadastro no sistema gestor de acervo adotado pela biblioteca. Neste caso, o Sistema Biblivre foi adotado pela bibliotecária para administrar o acervo, assim como o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD) a fim de organizá-lo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as observações e entrevistas com as bibliotecárias responsáveis pelo acervo, bem como com os estagiários que participaram de todo o processo de separação e higienização das obras, foi constatado que a biblioteca nunca fez um diagnóstico de sua coleção, não conhece suas principais características e muito menos a quantidade e a qualidade dos materiais que compõem o acervo. A sugestão de processos biblioteconômicos de organização do acervo teve como intuito estabelecer diretrizes para facilitar o trabalho dos bibliotecários, dos auxiliares e dos estagiários que viriam trabalhar na BPDJPP.

Há muitos anos não é realizada uma avaliação do acervo e na etapa de aquisição constatou-se que o desenvolvimento de coleções da biblioteca inicia-se apenas com doações feitas pelo governo federal e pela comunidade externa. A Unidade de Informação não têm critérios para remanejar e descartar livros do acervo, sendo assim, deve ser criada uma política específica para essa atividade. Durante a pesquisa, observou-se que a biblioteca não possui uma equipe de profissionais, como por exemplo, auxiliares de biblioteca.

Alguns dos livros apresentam muitos danos físicos e devem passar por restauração, por isso recomenda-se que a Biblioteca Doutor José Pontes Pinto desenvolva uma política de desenvolvimento de coleções formalizada em algum documento, que aborde todos os critérios da formação do acervo e políticas específicas. Como resultado direto, isso facilitará a organização e administração da biblioteca no futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, César Augusto. **Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”**. Rev. Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 4, n. esp. 2006. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/362>>. Acesso em 23 jul. 2015.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. Fiocruz, setembro. 2003. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas\\_conservacao\\_fio\\_cruz\\_1358966008.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966008.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2015.

FEITOSA, Ivo. **Você sabia que? Biblioteca Pontes Pinto**. Gente de Opinião. Disponível em: <<http://www.gentedeopinio.com.br/lerConteudo.php?news=21529>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia** – 2ª Ed. – Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2010. 173 p. (Documentos Técnicos, 6).

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 1ª Ed. – Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

VEIGA, Miriã. **Reestruturação do acervo da Biblioteca Estadual “Dr. José Pontes Pinto”**. Porto Velho, 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Revista IBICT**, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/%EE%80%80ciinf%EE%80%81/article/viewFile/1208/849>>. Acesso em 23 jul. 2015.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v.24, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>>. Acesso em 23 jul. 2015.

Recebido/ Received: 31/08/2018 Aceito/ Accepted: 03/09/2018 Publicado/ Published: 19/11/2018
--

---

## POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL PARA PERIÓDICO ELETRÔNICO NO NORDESTE: UM ESTUDO DA REDE CARINIANA

DIGITAL PRESERVATION POLITICAL FOR ELECTRONIC JOURNAL IN THE NORTHEAST: A STUDY OF CARINIANA NETWORK

---

### Barbara Coelho Neves

Professora Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutora em Ciência da Informação (UNB), Doutora em Educação (FACED-UFBA) e Mestre em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA). Coordenadora do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital). Contato: [ltidigital@ufba.br](mailto:ltidigital@ufba.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3429-7522>

### Gleice Santos Santana

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

### RESUMO

Aborda definições e conceitos ligados à política de preservação digital da Rede CARINIANA para o periódico eletrônico. O objetivo geral visa descrever quais soluções a Rede CARINIANA disponibiliza com enfoque nas políticas de informação para a preservação do periódico digital. Quanto à metodologia utilizou-se da análise bibliográfica e documental sobre a preservação digital e dos periódicos eletrônicos no âmbito da Ciência da Informação. Como método, optou-se pela observação sistemática das revistas científicas das universidades federais da região nordeste e entrevista com o coordenador da Rede. Como resultado apresenta aspectos sobre soluções que a Rede disponibiliza aos seus participantes e a quem deseja fazer um serviço de preservação digital, como a relevância do planejamento de política de preservação antes mesmo da edição de uma revista eletrônica. A criação e a disponibilização de uma política de preservação das informações em ambiente digital, direcionada a partir dos critérios elaborados pela Rede e dos elementos que compõem uma rede de preservação digital são considerados de importância capital, a fim de garantir a disseminação e o acesso à informação a longo prazo.

**Palavras-chave:** Política de preservação digital. Periódico eletrônico. Comunicação Científica. Rede CARINIANA.

### ABSTRACT

To show definitions and concepts related to digital preservation policy of CARINIANA network for the electronic journal. The overall objective aims to describe what solutions the CARINIANA network offers focusing on information policy for the preservation of digital journal. The methodology used is the bibliographical and documentary analysis of digital preservation and electronic journals within the Information Science. As a method, we opted for the systematic observation of scientific journals of federal universities in the Northeast and interview with the network coordinator. As a result presents aspects of solutions that network available to its participants and those who want to make a digital preservation service, such as the importance of the preservation policy planning even before the edition of an electronic journal. The creation and provision of a policy of preservation of information in the digital environment, directed from the criteria developed by CARINIANA network and the elements that make up a digital preservation network are considered of key importance in order to ensure the dissemination and access the long-term information.

**Keyword:** Digital preservation policy. Electronic journal. Scientific paper. CARINIANA network.

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se preservar a informação gerada por pensadores e pesquisadores não surgiu há poucos anos, desde que mundo é mundo a humanidade sentiu essa necessidade e a fizeram mesmo sem ter a consciência científica de que estavam preservando algo relevante para futuros estudos. Ou seja, a preservação era uma questão de identidade cultural e sobrevivência histórica.

No decorrer do tempo, o homem percebeu a importância da preservação do conhecimento gerado em tempos anteriores, então, ao decorrer dos séculos e evoluções tecnológicas de cada época, novos mecanismos, recursos e processos foram desenvolvidos e aperfeiçoados, visando à preservação da informação. Os princípios da salvaguarda têm proporcionado a criação de política de preservação, que visam apresentar passos seguros para preservação da informação. A necessidade de se criar mecanismos para preservar a informação iniciou cientificamente, a partir da elaboração de estudos nessa área no final do século XX e se intensificou no início do século XXI.

O acesso à informação que antes era realizada de forma local, agora é facilitada pela internet, proporcionando o alcance a documentos em grandes patamares. Os documentos que armazenado e disponíveis apenas em suportes físicos foram digitalizados para o ambiente digital.

Na contemporaneidade, existem muitos periódicos eletrônicos editados nas universidades federais e estaduais, além de outras instituições educacionais privadas. Devido ao crescente número de trabalhos científicos produzidos por essas instituições, se faz necessário estabelecer formas confiáveis que proporcionem a disseminação dessas comunicações. Conforme essa demanda de publicação e divulgação tem aumentado, os periódicos eletrônicos foram surgindo. Vale salientar, que além dos periódicos acadêmico-científicos, também tem sido significativa a criação de revistas elaboradas por instituições que não são, necessariamente, de caráter educacional, pois a informação tem se multiplicado nas diferentes organizações que lidam com o conhecimento.

Esse crescimento tem contribuído para o aumento do número de portais, bases de dados, bancos de dados e, os mais recentes, repositórios digitais. Desse modo, percebe-se a relevância de políticas previamente estruturadas para guiar os desenvolvedores, os profissionais da informação e os usuários com relação à preservação do contingente informacional. A crescente produção desse tipo de documento leva a necessidade de



preservação, garantindo a recuperação. Entretanto, tem se iniciado um debate em torno dessas questões que apontam o desenho de políticas seguras para a realização desse tipo de tarefa. É sabido que não é algo muito simples de se realizar.

Formenton (2015), relata que:

A definição dos parâmetros e diretrizes para implantação de um plano de preservação e de manutenção do acesso às informações digitais a longo prazo, através de iniciativas nacionais e internacionais<sup>1</sup>, são fatores cruciais para tomada de decisões racionais com uso sustentável de recursos e com garantias de perdas não permanentes de registros digitais. Devido ao caráter recente e pouco difuso das investigações e das práticas em prol da preservação digital no país, torna-se de suma importância a identificação e a discussão de algumas metodologias que tem sido recomendadas para a criação, a implementação e a manutenção de políticas e de programas de preservação digital, os quais reflitam a realidade social, política e econômica nacional. (FORMENTON, 2015, p. 48-49)

Pensando nessa problemática, a presente pesquisa faz uma breve análise de quais soluções a Rede CARINIANA disponibiliza, com enfoque nas políticas de informação, para a preservação e a recuperação do periódico digital. Vale considerar que, a Rede CARINIANA surgiu da necessidade de se criar um serviço de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros com o objetivo de garantir o acesso continuado a longo prazo dos conteúdos armazenados digitalmente.

Seguindo os critérios de amostragem, o presente trabalho trata, especificamente, dos periódicos eletrônicos criados pelas universidades federais do Nordeste, com o intuito de realizar uma breve análise desses periódicos, identificando se neles são aplicadas as políticas para preservação de acordo com a perspectiva da Rede CARINIANA.

Este trabalho se respalda na importância dos periódicos eletrônicos como disseminadores do conteúdo acadêmico-científico na contemporaneidade. Como também dos estudos acadêmicos, apontando a relevância dos periódicos como uma rica fonte de informação. São diversos os temas publicados e inseridos na plataforma de Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER).

Como problemática identifica-se a crescente produção de documento digital e dos periódicos em formato eletrônico, conduzindo à necessidade de preservação. Entretanto, para

---

<sup>1</sup> Podem-se citar, como exemplo, *Digital Preservation Policy: Preserving Archival Digital Records Transferred from Commonwealth Agencies (National Archives of Australia)*, 2011; *Digital preservation and digitisation policy (National Museum of Australia)*, 2012; *Digital Preservation Policy (National Library of Australia)*, 2013; *Digital Preservation Policies: Guidance for archives (The National Archives, United Kingdom)*, 2011; *Building a preservation policy (British Library/Preservation Advisory Centre, England)*, 2013; *Digital Archiving Policy (Swiss Federal Archives, Switzerland)*, 2009; Recomendações para a produção de planos de preservação digital (DGLAB, Portugal), 2011; Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital: Política de Preservação Digital (Arquivo Nacional, Brasil), 2012; dentre outros.

que este ciclo aconteça é necessário o desenho de políticas seguras para a realização desse tipo de tarefa. É sabido que não é algo muito simples de se realizar, pois, se tratando de preservação digital, é mais complexa com relação a execução, a disponibilização e a análise. Nesse contexto demandam o registro de mecanismos e direcionamentos seguros para garantir a preservação. Diante deste contexto, surge a seguinte indagação: quais soluções a Rede CARINIANA disponibiliza com enfoque nas políticas de informação para a preservação e a recuperação do periódico digital?

Desse modo, o objetivo geral procurou descrever quais soluções a Rede CARINIANA disponibiliza com enfoque nas políticas de informação para a preservação do periódico digital, especificamente:

a) Mapear se os procedimentos adotados na criação da revista eletrônica, editada no SEER, estão de acordo com as informações de relevância para a preservação segundo a Rede CARINIANA;

b) Observar nos periódicos nordestinos os elementos essenciais que a Rede CARINIANA consideram importantes para política de informação voltada para preservação da revista eletrônica.

A classificação da pesquisa segundo os objetivos foi descritiva, pois descrevemos as políticas utilizadas nas universidades federais do Nordeste, para a preservação da revista eletrônica, com base nas políticas usadas pela Rede CARINIANA. A abordagem desta pesquisa foi quali-quantitativa (DEMO, 1995, 2002). De acordo com os procedimentos, a pesquisa é do tipo documental e bibliográfica (GIL, 2008). Também foi utilizado neste estudo, alguns aspectos da pesquisa exploratória, visando apoiar na elaboração da pergunta de partida e dos objetivos. Desse modo, foi realizada entrevista com o coordenador da Rede CARINIANA. Os instrumentos de pesquisa que usamos foram a entrevista e a observação sistemática, pois os dois instrumentos foram necessários para responder com precisão as questões que foram levantadas (MARCONI; LAKATOS, 2010). As questões formuladas para pesquisa foram respondidas pelo sujeito do estudo, colaborando com o desenvolvimento do formulário de observação do universo estabelecido.

## **2 REDE CARINIANA E AS POLÍTICAS PARA PRESERVAÇÃO DIGITAL**

A implantação da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – CARINIANA foi fundamentada em uma infraestrutura descentralizada, utilizando recursos de computação

distribuída. Ou seja, a forma de preservação distribuída requer participação também dos colaboradores. Segundo Arellano (2012, p.84) “[...] a perspectiva DDP (*Distributed Digital Preservation*) propõe a criação de cópias distribuídas em arquivos digitais em servidores geograficamente dispersos para garantir sua sobrevivência”. A Rede CARINIANA aderiu ao modelo OAIS - *Open Archival Information System*, que consiste numa proposta de padronização de um sistema de arquivamento destinado à preservação e ao acesso dos recursos informacionais digitais em longo prazo.

Com a necessidade de se criar um serviço de preservação digital seguro, surgiu a Rede. O objetivo dos serviços feito pela Rede é o de garantir o acesso continuado a longo prazo dos conteúdos armazenados digitalmente. Os trabalhos de preservação dos periódicos digitais estão sendo desenvolvidos em parceria com seis instituições/universidades brasileiras com o apoio de seus respectivos centros de informação e de informática. Nesta primeira etapa, a Rede se responsabiliza pelo armazenamento dos periódicos eletrônicos na plataforma OJS/SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revista eletrônica) dos participantes do projeto e da autorização para que seus títulos também sejam armazenados pelos mesmos (BRASIL, 2016)<sup>2</sup>.

A primeira etapa da rede disponibilizará serviços de preservação digital para instituições com publicações de acesso livre, além de mecanismos que facilitem a automatização dos processos de identificação, de armazenamento, de validação e de conversão para novos formatos digitais. A segunda etapa tratará do desenvolvimento de uma rede de serviços que permita a livre adesão e a integração de conteúdos da memória institucional digital de forma consorciada e federada. (BRASIL, 2016).

Os principais métodos recomendados para a preservação dos objetos digitais, segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (BRASIL, 2016), são:

**Quadro 1- Passos para a preservação digital segundo a Rede CARINIANA.**

a) Atividades estruturais: tratam dos investimentos iniciais por parte das instituições que estão se preparando para implementar algum processo de preservação;
b) Adoção de padrões
c) Metadados de preservação digital
d) Montagem de infraestrutura
e) Formação de consórcios
f) Atividades operacionais: são as medidas concretas aplicadas aos objetos digitais.
g) Conservação de software/ hardware

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a Rede, veja o *site*. Disponível em: <<http://cariniana.ibict.br/index.php/inicio>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

h) Migração de suporte
i) Conversão de formatos
j) Emulação
k) Preservação do conteúdo

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Rede tem a preocupação de como os conteúdos digitais precisam passar por atividades que possa garantir o acesso e o armazenamento por um longo período de tempo. Por isso, ela recomenda os métodos citados conforme o quadro 1, que são umas das preocupações para a preservação digital. Para Mardero Arellano (2012, p.84) “[...] os conteúdos preservados precisam passar por atividades que garantam a acessibilidade, armazenamento em longo prazo e interpretação de conteúdos, quando necessário”. Ou seja, as atividades para preservação digital devem seguir uma política, um padrão seguro, que também no decorrer do tempo passam por ajustes, como já mencionamos. Além de ter estratégias e políticas para a preservação do periódico eletrônico, os editores devem ter a consciência de que a preservação deve ser uma responsabilidade compartilhada e pensada antes da implementação do periódico.

A responsabilidade de que a informação científica, tecnológica e cultural seja preservada para benefício das futuras gerações está nas mãos dos criadores desses materiais. Continua sendo um consenso que o planejamento do gerenciamento da informação digital é precário, que existem vários repositórios e coleções digitais redundantes, com uma identificação insuficiente dos registros essencial para a sua permanência em casos de desastre e que é escassa a integração dos serviços de informação que armazenam documentos digitais em vários tipos de formatos (SHELDON, 2013, p 5).

A Rede tem exposto em seu *site*, que a preservação deve ser uma tarefa compartilhada, considerando o volume significativo de informações que são produzidas no decorrer dos anos. Se não houver por parte das instituições interesse em resguardar as informações publicadas, em caso de catástrofe, como diz Sheldon (2013), tudo pode ser perdido. O serviço da Rede é governamental, portanto, gratuito, sendo um trabalho bem divulgado com uma política segura para resguardar as informações contidas em ambientes digitais por muitos anos.

## 2.1 Políticas da Rede CARINIANA

As ações e as políticas devem ser apresentadas para serem entendidas e implementadas. Dessa forma, a Rede CARINIANA tem uma política de convergência, com característica genérica nos procedimentos e voltada para dialogar com outras redes espalhadas pelo mundo.

As políticas de preservação digital da Rede CARINIANA, segundo Brasil (2016) versam:

**Art. 1º.** Entende-se por Política da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital o conjunto de fundamentos, princípios e regras formalmente declarados a respeito de que a informação científica, tecnológica, histórica e cultural seja preservada para benefício das futuras gerações.

**Parágrafo Único.** A política da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital deverá:

- I. Permitir direcionar as ações e estratégias para a preservação digital de modo que seja possível preservar e acessar ao longo do tempo a informação digital produzida por instituições de ensino e pesquisa;
- II. Traduzir em normas as práticas das questões relativas à preservação digital;
- III. Expressar um conjunto de diretrizes que orientem práticas efetivas para a preservação digital;
- IV. Consolidar a partir de um conjunto de diretrizes estabelecidas, modelos de atuação para que possa alcançar soluções para a preservação da informação em formato digital;
- V. Definir o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS) como ferramenta de planejamento para facilitar a implementação dos serviços oferecidos<sup>3</sup>.

A política da Rede CARINIANA busca a criação de práticas que tornem possível realizar a preservação de maneira segura, garantindo o acesso no decorrer dos anos. Para tanto, o modelo de referência que a Rede CARINIANA busca definir é o *Open Archival Information System* (OAIS). Dentre os objetivos desta política, citamos alguns a seguir:

- I. Especificar os elementos dos objetos digitais a serem preservados;
- II. Preservar o conteúdo independente de fontes e características de layout;
- III. Buscar parcerias ou consórcios de forma colaborativa (financeira e pesquisa);
- IV. Manter a autenticidade da informação preservada;
- V. Conscientizar os produtores da informação digital da importância da preservação;
- VI. Analisar soluções tecnológicas para a preservação digital, considerando os custos que elas envolvem;
- VII. Garantir a perenidade, integridade, acessibilidade e usabilidade dos conteúdos digitais.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://cariniana.ibict.br/index.php/pre-dig/8-assuntos/72-politica-da-rede-cariniana>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

A Rede tem vários parceiros na busca de atingir os objetivos de sua política. Uma de suas principais parcerias vem sendo implementadas por meio do sistema LOCKSS - *Lots of Copies Keeps Stuff Save* com a plataforma SEER.

## 2.2 A Rede CARINIANA e a aliança LOCKSS

A Rede Cariniana já preservou muitos títulos de 91 portais brasileiros no SEER e espera incluir mais títulos com aliança *software Lots of Copies Keeps Stuff Save*<sup>4</sup> (LOCKSS). “A Aliança tem como objetivo preservar o acesso aos periódicos publicados na Internet de acesso livre ou comerciais”. (ARELLANO, 2012, p. 86). O sistema LOCKSS, que igualmente faz o arquivamento digital de forma distribuída junto à Rede, tem recuperado e preservado muitos títulos de periódicos no país sem muita complexidade e alto custo. Se em uma revista eletrônica for aplicada a política de arquivamento do LOCKSS, pode-se concluir que tal revista eletrônica está inclusa como título preservado na Rede.

Estabelecida em 2004, a Aliança LOCKSS provê uma infraestrutura coordenada de desenvolvimento de software gerenciamento de coleções digitais. A Aliança mantém dois tipos de rede: a Rede Global e as Redes Privadas. A primeira se encarrega de preservar livros e periódicos de mais de 510 editoras comerciais e, o segundo tipo, formado por mais de 12 redes locais, regionais ou temáticas, preserva o conteúdo de repositórios institucionais, documentação oficial do governo, bases de dados, conteúdo de acesso livre, entre outros. (MARDERO ARELLANO, 2012, p.86).

A aliança LOCKSS tem contribuído com os avanços na preservação de periódicos eletrônicos, sendo que, no início do ano de 2016, a Rede constava 720 títulos do SEER preservados, do qual o objetivo é alcançar um número maior de títulos, pois existem ultimamente trabalhos em andamento.

O Programa LOCKSS é a única abordagem que mitiga contra o amplo conjunto de ameaças técnicas, econômicas e sociais para a segurança e a preservação a longo prazo. O resultado é um sistema de preservação cooperativo, acessível e descentralizado através de uma rede de biblioteca compartilhada que depende de muitas cópias para manter os documentos seguros.

O programa LOCKSS é uma iniciativa associada a bibliotecas, iniciada no ano de 1998 com as bibliotecas da Universidade de Stanford nos Estados Unidos, com o objetivo de prover suporte à comunidade universitária com uma tecnologia de baixo custo e robusta para proteger e controlar os seus respectivos ativos digitais (DIAS; SOUZA; PAIVA, 2012, p. 93).

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://cariniana.ibict.br/index.php/47-rede-cariniana/alianca-lockss>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

O programa LOCKSS, criado no final do século passado, teve, no decorrer do tempo, seu objetivo alcançado, pois sendo uma tecnologia de baixo custo e confiável quanto à integridade e à autenticidade dos documentos, garante segurança. Grande parte dos editores brasileiros já optaram para o uso do programa com relação ao arquivamento de periódicos eletrônicos produzidos em universidades federais.

O LOCKSS foi o primeiro e tem sido considerado o único sistema a fazer a aplicação do antigo modelo de cópia das bibliotecas. Tal princípio considerado tradicional, tem sido um dos principais suportes eletrônicos de forma distribuída e descentralizada. O LOCKSS segue alguns princípios únicos considerados importantes para a preservação com sucesso a longo prazo. Sua abordagem o diferencia de outros sistemas de preservação, e foi desenvolvido após extensa investigação sobre as melhores práticas e maiores riscos de preservação a longo prazo.

O sistema LOCKSS assume uma tarefa importante para seus participantes e parceiros que aderem ao seu uso. O sistema garante o arquivamento perpetuo, mesmo que um título deixe de editar, ou se desligue do sistema, suas informações que um dia foram arquivadas no LOCKSS sempre permanecerão intactos. Os periódicos eletrônicos que estão na plataforma SEER estão arquivados no sistema LOCKSS.

No caso das revistas no OJS/SEER, os editores são motivados a permitir o arquivamento digital, declarando na configuração da instalação da revista um “manifesto” que é reconhecido pelo *crawler* como uma licença para coletar e preservar o conteúdo da publicação (MARDERO ARELLANO, 2012, p.87).

A permissão que trata a citação acima é a autorização ao acesso das instituições que fazem parte da Rede. Como a Rede CARINIANA faz um trabalho distribuído e descentralizado, a aliança LOCKSS tem sido uma parceria importante que procura os mesmos objetivos e também realiza um serviço distribuído e descentralizado.

### **3 ELEMENTOS ESSENCIAIS QUE A REDE CARINIANA CONSIDERA IMPORTANTES PARA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA: CASOS NORDESTINOS**

Para Silva (2008), a representação e a preservação do conhecimento humano são um hábito e uma preocupação que permeia toda a história da humanidade, como inscrição nas cavernas, papiro, pergaminho, papel etc., ou seja, em cada época é pensada uma forma que

melhor garanta o processo, em detrimento da necessidade organizacional. A maior necessidade do presente século é a busca por mecanismos para a preservação digital.

Uma política de preservação digital “[...] deve ser planejada de acordo com a missão de uma empresa ou de acordo com a política administrativa de uma instituição” (SILVA; MOTA, 2014, p. 53).

O uso de políticas para a preservação de periódicos eletrônicos de instituições acadêmicas deve ser uma preocupação recorrente por parte dos editores, pois um plano para o uso de políticas nessa área é algo que está começando no Brasil. Apenas com os mecanismos corretos para a preservação digital, as informações acadêmicas, culturais, históricas e científicas estarão a salvo para o acesso das gerações futuras. Para Souza (2014) o periódico eletrônico é considerado como principal veículo de informação, pois suas próprias características asseguram a credibilidade, a qualidade e o reconhecimento pelos pares dos títulos neles publicados.

O periódico científico eletrônico é o principal veículo formal de disseminação da informação na comunidade acadêmica científica, e o meio mais importante utilizado para o registro e a transmissão do conhecimento. (RIBEIRO; PINHEIRO; OLIVEIRA, 2007 apud SOUZA, 2014). Sendo o principal meio para a publicação científica, o periódico digital vem sendo mais utilizado no meio acadêmico e com isso, o número de títulos cresce satisfatoriamente em muitas instituições do país e do mundo, porém, há regras para que uma revista venha ser categoricamente considerada científica.

O periódico eletrônico favorece a divulgação e a memória de uma pesquisa publicada no meio acadêmico científico, esse veículo é o principal meio de comunicação atualmente, e também será de grande valia no futuro. Dessa forma, precisa-se de componentes-chave que intervenham na preservação digital desse tipo de documento. Segundo Araújo (2015, p.7), os elementos-chave são:

As metodologias que estabelecem a política de preservação digital, proteção à propriedade intelectual, o uso de normas internacionais, bem como a utilização de padrões e formatos, preferencialmente abertos, além das estratégias que serão utilizadas para assegurar a armazenamento adequado, o acesso contínuo e a usabilidade do que se vislumbra ser preservado; a Conscientização que significa ter ciência que a preservação das informações deve ser considerada em primeiro plano; a Solução Tecnológica que se refere à adoção da tecnologia para preservação digital a ser utilizada (principalmente se haverá participação em alguma iniciativa coletiva para preservação digital); os Custos Envolvidos que tratam dos investimentos contínuos dos atores informacionais para a implantação e permanência da atividade de preservação digital; o Compromisso a Longo Prazo que destina-se ao comprometimento dos atores informacionais para que a preservação dos objetos digitais seja de forma contínua, independente de quaisquer



problemas que possam surgir; e, os Atores Informacionais que configuram-se como a base para a consolidação dos demais elementos-chave, pois são eles que direta ou indiretamente permitem que as ações de preservação digital sejam efetivadas.

No Brasil existem vários grupos estudando e sugerindo possibilidades para uma preservação digital bem sucedida. Porém, em meio a tantas pesquisas a respeito do assunto, para alguns autores já se passou tempo suficiente para ter a certeza de que o uso de políticas de preservação bem elaboradas precisa ser estabelecido com prioridade desde já. Semestralmente cresce o número de títulos de artigos publicados em periódico digital, não obstante, se as estratégias de preservação não forem colocadas em práticas, na revista eletrônica é possível que daqui há cinco anos muita informação publicada hoje possa fazer no esquecimento, não podendo contribuir no futuro na formação do conhecimento. “Temos muitas soluções, mas não um corpo de conhecimento plenamente consolidado” (SAYÃO, 2006, p.118, apud CORRÊIA, 2010, p. 25).

Segundo Corrêia (2010, p. 26), “talvez ainda não tenha decorrido tempo suficiente para ser possível comprovar eficiência das estratégias adotadas”. No Brasil, mesmo com vários estudos e uma rede sem fins lucrativos como a Rede CARINIANA, a prática do uso das políticas está apenas no começo, é um assunto recorrente agora, apesar de na última década ter sido bem discutido. “Para que a prática de preservação digital seja algo rotineiro para os guardiões é importante adotar padrões internacionalmente aceitos e verificar como outras instituições estão trabalhando” (CORRÊIA, 2010, p. 26). Porém, o que acontece é que a maioria das instituições estão interessadas em apenas, publicar e divulgar, mas não tem a mesma preocupação em preservar. Uma vez que as formas de como preservar um periódico eletrônico são disponíveis em muitos *sites* de organizações que realizam a tarefa no mundo.

O quadro 3, apresenta os nomes das universidades federais da região Nordeste e a respectiva quantidade de periódicos eletrônicos registrados na plataforma SEER. O critério utilizado para escolha dos periódicos eletrônicos nestas Instituições, se deu pelo quantitativo crescente de revistas científicas em formato eletrônico nesta região.

**Quadro 3 - Nome da Instituição e número dos periódicos na plataforma SEER.**

<b>NOME DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE</b>	<b>NÚMERO DE PERIÓDICOS NA PLATAFORMA SEER</b>
UFAL	14 periódicos eletrônicos
UFBA	48 periódicos eletrônicos
UFC	8 periódicos eletrônicos

UFERSA	5 periódicos eletrônicos
UFMA	6 periódicos eletrônicos
UFPB	61 periódicos eletrônicos (em breve todos estarão preservados na Rede CARINIANA)
UFPE	9 periódicos eletrônicos
UFPI	33 periódicos eletrônicos
UFRN	25 periódicos eletrônicos
UFRPE	8 periódicos eletrônicos
UFS	34 periódicos eletrônicos
UNIVASF	1 periódico eletrônico
TOTAL= 252 periódicos eletrônicos.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para fins de execução deste estudo, foi atribuído o uso de critério de seleção da amostra, pois, mesmo com o universo empírico que visa apenas os periódicos das Universidades Federais do Nordeste, ainda ficou extenso o número de periódicos eletrônicos. Então, foi atribuído um segundo critério, que visou escolher títulos de revistas eletrônicas que fossem da área das Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 4 - Nome das instituições e número dos periódicos na área de Ciências Sociais Aplicadas.

<b>NOME DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE</b>	<b>NÚMERO DE PERIÓDICOS NA PLATAFORMA SEER NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>
UFAL	5 periódicos eletrônicos
UFBA	19 periódicos eletrônicos
UFC	1 periódico
UFERSA	2 periódicos eletrônicos
UFMA	6 periódicos eletrônicos
UFPB	17 periódicos eletrônicos
UFPE	0 periódico eletrônico
UFPI	1 periódico eletrônico
UFRN	5 periódicos eletrônicos
UFRPE	2 periódicos eletrônicos
UFS	5 periódicos eletrônicos
UNIVASF	1 periódico eletrônico
TOTAL=64 periódicos eletrônicos	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mesmo com a aplicação do segundo critério, o número de periódicos eletrônicos continuou extenso, então foi preciso determinar um terceiro critério, visando escolher, dentro deste volume, os títulos de revistas eletrônicas que fossem na área da Ciência da Informação.

**Quadro 5** - Nomes das instituições e número dos periódicos na Ciência da Informação.

<b>NOME DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE</b>	<b>NÚMERO DE PERIÓDICOS NA PLATAFORMA SEER NA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>
UFAL	1 periódico eletrônico
UFBA	1 periódico eletrônico
UFC	0 periódico
UFERSA	0 periódico eletrônico
UFMA	1 periódico eletrônico
UFPB	4 periódicos eletrônicos
UFPE	0 periódico eletrônico
UFPI	0 periódico eletrônico
UFRN	1 periódico eletrônico
UFRPE	0 periódico eletrônico
UFS	1 periódico eletrônico
UNIVASF	0 periódico eletrônico
TOTAL=9 periódicos eletrônicos.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Desse modo, a amostra final das Universidades compreenderam:

- UFAL - Universidade Federal de Alagoas
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- UFC - Universidade Federal do Ceará
- UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
- UFMA - Universidade Federal do Maranhão
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba
- UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
- UFPI - Universidade Federal do Piauí
- UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
- UFS - Universidade Federal de Sergipe
- UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

Depois de selecionadas as universidades federais do Nordeste, realizou-se a contagem de seus títulos. E assim, seguido os três critérios que já foram apresentados, os resultados foram esses títulos.

- Ciência da Informação em Revista - UFAL
- Ponto de Acesso-UFBA
- Bliomar - UFMA
- IES, BIBLIOLINE, PBCIB e Revista Conhecimento em Ação-UFPB
- Bibliocanto - UFRN
- Conci - UFS

O estudo verificou que os periódicos não expõem no *site* do repositório a existência de políticas. Com relação a este aspecto, este estudo não pode ser entendido como conclusivo, pois o critério de observação utilizado para a coleta de dados nesta pesquisa se manteve direcionado às informações fornecidas no *site* das revistas selecionadas. Ou seja, não se questionou diretamente aos editores desses periódicos sobre a existência de tais políticas.

Observamos que as revistas, da amostra selecionada para este estudo, usam o sistema LOCKSS para seu arquivamento. Na entrevista, o gestor da Rede mencionou que, se a revista do SEER está no LOCKSS, provavelmente, está preservada na rede CARINIANA. Porém, ao pesquisar os títulos que estão preservados na Rede, a revista da UFS (ConCI) não está inclusa, mesmo estando arquivada no LOCKSS. Uma hipótese é que talvez a revista não esteja inclusa por ser um título novo.

Como o sistema LOCKSS é distribuído e descentralizado, assim como a Rede CARINIANA, cada instituição tem sua cooperação e contribuições para a tarefa de preservar, por isso cada instituição citada tem o caixa LOCKSS local.

Nesse contexto, a entrevista realizada com um dos gestores da Rede CARINIANA, Miguel Ángel Márdero Arellano, identificou os seguintes aspectos relatados.

- **As soluções que a Rede CARINIANA disponibiliza com enfoque nas políticas de informação para preservação do periódico digital.**

A política de preservação da Rede CARINIANA é de rede, onde se preserva periódicos de várias instituições. Segundo Mardero Arellano<sup>5</sup> (2016, informação verbal), a política deve estar voltada para o viés no planejamento. A Rede sugere que as instituições, ao criarem a revista eletrônica, já tenha um plano, um projeto. Ou seja, um serviço para a preservação dos periódicos digitais. Atualmente, no Brasil se está preservando o conteúdo, e não a ferramenta.

---

<sup>5</sup> Dados fornecidos por meio de entrevista realizada em maio de 2016.

O principal aspecto que a Rede CARINIANA defende é para que os editores das revistas digitais especifiquem onde e quais são os elementos que estão no plano de desenvolvimento da revista.

Exemplos dos elementos que precisam constar na política: toda parte de segurança, elementos relacionados com a migração de dados, elementos relacionados ao acesso, a parte do direito autoral, entre outros elementos que as instituições enviam para a preservação do periódico digital.

Na entrevista, Mardero Arellano (2016) ressaltou que o ideal é que no início da criação da revista já estabeleçam esses critérios de submissão. Quais os tamanhos das submissões, qual o formato, em que ferramenta, onde vai ser arquivado, quem terá acesso etc. Na parte de publicação, também saber em qual formato vai ser publicada, e já ter a estratégia de preservação, se vai ser distribuída ou local. Tudo isso são elementos de políticas para a preservação da revista eletrônica.

Vale ressaltar que a política apenas mostra ou diz o que tem que ser feito, mas não como vai ser feito. O que tem que ser feito está no plano de trabalho, primeiro se faz as políticas e depois o plano. Porém essa é a maior preocupação da Rede CARINIANA, pois ninguém no país tem um plano de preservação baseada em uma política de preservação estruturada, estando os casos mais interessantes, ainda no início.

- **As políticas digitais de hoje garantem a recuperação destes documentos eletrônicos daqui a dez anos, considerando as mudanças tecnológicas.**

De acordo com o gestor, a resposta é sim. As políticas são para mais de dez anos, a longo prazo. Se fosse em tão curto prazo seria apenas “*backup*”, cópia de segurança. Para sucesso da política de preservação é relevante se pensar um sistema que dure por mais de dez anos.

- **Os periódicos eletrônicos que estão na plataforma SEER estão sob a responsabilidade da Rede CARINIANA.**

De acordo com Mardero Arellano (2016), nem todos os periódicos que estão no portal SEER estão na Rede, pois mesmo sendo o serviço gratuito e mantido pelo governo federal, muitos optam por não o utilizar. O gestor ressaltou que o serviço está disponível a todos que desejarem preservar suas revistas eletrônicas, mas que não são forçados a isso. Para saber se o periódico que está na plataforma SEER está preservado com os serviços da Rede CARINIANA, tem um botão indicando “pode estar preservado no LOOKSS”; se tem essa indicação, então a revista está preservada. Se não tiver nenhuma indicação então não está. Pode estar em outra Rede, por exemplo, uma rede internacional, mas para isso é necessário

pagar. A única rede de preservação digital no Brasil é a Rede CARINIANA. Vale salientar que as revistas que estão no IBICT estão todas preservadas.

- **A proposta da rede para atrair todos os periódicos para a preservação**

O gestor informou que todos já sabem da existência do LOOKSS. Existe comunicação implementada no sistema e o projeto é bem divulgado em todo o país.

Por fim perguntamos se os gestores da Rede CARINIANA oferecem curso de treinamento para a preservação do periódico eletrônico. Ele nos informou que sim, que no *site* da *rede* tem vídeos instrutivos para esse fim, mas o objetivo da rede não é educativo, ressaltou Mardero Arellano (2016).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos resultados obtidos através da entrevista e de fontes bibliográficas tivemos o nosso objetivo geral alcançado, quando descrevemos quais soluções a Rede CARINIANA disponibiliza com enfoque na política de informação para a preservação do periódico eletrônico.

Foi possível observar, que a política da CARINIANA é de rede, onde faz o serviço de preservação de periódicos eletrônicos de várias instituições brasileiras. Esse serviço é feito de forma distribuída e descentralizada, onde cada instituição tem um caixa local com o conteúdo original dos periódicos preservados. As soluções que a rede disponibiliza aos seus participantes e a quem desejar fazer um serviço de preservação digital é o de fazer um planejamento de política de preservação antes mesmo da edição de uma revista eletrônica.

A política mostra o que fazer, mas não como fazer. Esperava-se com os objetivos específicos falar sobre as políticas de preservação dos periódicos locais de cada instituição selecionada, mas não foi possível, pois com a aplicação da observação, percebemos que não há política local para esse serviço; todos estão arquivados no LOCKSS e o máximo que fazem nestas instituições é possuir um caixa local para a preservação digital. Entretanto, com o uso de um serviço externo como LOCKSS junto à Rede CARINIANA.

Um dos principais destaques da pesquisa foi à entrevista diretamente com o gestor da Rede CARINIANA. Sendo também considerada, a sua disponibilidade de responder as questões levantadas da pesquisa, a boa vontade de mandar material sobre preservação digital. Outro destaque foi a observação dos periódicos do Nordeste em que podemos conhecer seus objetivos de pesquisa na área da Ciência da Informação.

A maior dificuldade para fazer o trabalho de pesquisa foi encontrar artigos do país com modelo de política para preservação digital. Muitos dos trabalhos foram de pesquisadores da Rede. No Brasil, política para preservação digital é algo que está ainda no começo, porém em outros países é um assunto bem discutido em pesquisa científica. Outra dificuldade foi em relação à observação sistemática, devido ao volume de periódico digitais na plataforma SEER.

Diante da pesquisa realizada percebemos o surgimento de novos questionamentos que podem ser apontados para futuros estudos neste campo, a exemplo de: O que poderia ser feito para que as instituições brasileiras tenham uma política de preservação local? É possível a criação de uma rede, com fins didáticos, para a preservação digital? Com as atuais demandas de preservação digital, como poderia ser criado um programa que apresentasse um roteiro com todas as políticas, que possam servir de modelo para a preservação digital?

Sendo assim, podemos descrever, à luz na literatura científica e da entrevista, que os procedimentos que devem ser considerados para a preservação do periódico eletrônico é um plano, um projeto de política antes mesmo da criação da revista eletrônica. Os editores devem ter essa preocupação antes de editar a revista, até mesmo se os títulos não forem preservados em sua própria instituição local e fazer uso dos serviços da Rede CARINIANA, que é a única rede no Brasil a fazer esse serviço gratuito. A política que a Rede CARINIANA solicita aos participantes é que especifiquem onde e quais são os elementos que estão no plano de desenvolvimento da revista eletrônica. Como vimos, para ter acesso, a longo prazo, as informações criadas em nossos dias, deve haver um plano de política para a preservação digital.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Priscilla Mara Bermudes. **Preservação digital e os periódicos científicos eletrônicos brasileiros em Ciência da Informação**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Ibict, Rio de Janeiro, 2015.

BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Documentos digitais: preservação e estratégias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2013.

BRASIL. Ibict. Ministério da Ciência e Tecnologia (Ed.). **Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital - CARINIANA: Sobre a Rede**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/rede-brasileira-de-servicos-de-preservacao-digital>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CORRÊA, Amarílis Montagnolli Gomes. **Preservação digital: autenticidade e integridade de documentos em bibliotecas digitais de teses e dissertações**. 2010. 96 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-05112010-105831/pt-br.php>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. São Paulo: Fiocruz, 2003.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, G. A.; SOUZA, R.P.M; PAIVA, M.J.R. Direitos autorais e preservação digital: considerações pertinentes a periódico científicos eletrônicos mantidos no sistema LOCKSS. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.92-102, jan./abr., 2012.

FORMENTON, Danilo. **Identificação de padrões de metadados para a preservação digital**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MÁRDEIRO ARRELLANO, Miguel Ángel. Preservação de documentos digitais. **Ci. Inf.** vol.33 no.2 Brasília May/Aug. 2004.

\_\_\_\_\_. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. **Ci. Inf.** vol.41 no.1 Brasília. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. Acervos digitais e preservação de fontes para a história da educação rural no Brasil. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.12, n.2, p. 192-208, jul/dez. 2014.

SANTOS. H. M.; FLORES, Daniel. preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos reflexões e perspectivas. **Acervo**, rio de janeiro, v. 28, n. 1, p. 241-253, jan./jun. 2015.

SHELDON, Madeline. **Analysis of current digital preservation policies**. Junior Fellow: DC, 2013.

SILVA JÚNIOR, Laerte Pereira da; MOTA, Valéria Gameleira da. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.51-64, jan./abr., 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2123>>. Acesso em: 07 de jul 2016.

SILVA, T.E. Repositórios institucionais em modelo Open. In: TOMAÉL, Maria Inês. **Fontes de Informação na internet**. Londrina: Eduel, 2008.



Fontes consultadas:

<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/rede-brasileira-de-servicos-de-preservacao-digital>

[https://bc.ufg.br/up/88/o/Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_CARINIANA\\_IBICT.pdf](https://bc.ufg.br/up/88/o/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_CARINIANA_IBICT.pdf)

Recebido/ Received: 31/08/2018

Aceito/ Accepted: 03/09/2018

Publicado/ Published: 15/11/2018

---

**REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR SERGIPANO**

INSTITUTIONAL REPOSITORY AS A TOOL FOR MEMORY PRESERVATION AND KNOWLEDGE DISSEMINATION IN THE HIGHER PUBLIC EDUCATION TEACHING IN SERGIPE

---

**Salim Silva Souza**

Mestrando em Educação (UFS). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (ICI/UFBA); Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Coordenador do Repositório Institucional do IFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES. E-mail: salmilas@gmail.com; Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9968-9925>

**Josefa Eliana Souza**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Licenciada e Bacharela em História (UFS), Professora da Pós-graduação em Educação da UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior - GREPHES. E-mail: [elianasergipe@uol.com.br](mailto:elianasergipe@uol.com.br)

**RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo entender o papel dos Repositórios Institucionais – RI na preservação da memória digital e disseminação do conhecimento científico-acadêmico, trazendo os relatos das experiências dos RI das instituições de ensino público superior no estado de Sergipe, o Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI-UFS e o Repositório Institucional do Instituto Federal de Sergipe - RIFS. Foram utilizados como fundamento teórico pesquisas produzidas por Marcondes; Sayão (2009), Dodebei (2009), Bittencourt (2004), Le Goff (1990). Essa pesquisa é de caráter descritiva, tendo como métodos aplicados o levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e nos RI das instituições pesquisadas; e as entrevistas realizadas com os bibliotecários que participaram do processo de criação do RI-UFS. Por meio desse estudo constatou-se que esses repositórios digitais têm integrado importantes redes de intercâmbio de pesquisas no cenário nacional e vêm contribuindo para uma maior visibilidade das instituições que as representam.

**Palavras-Chave:** Repositório Institucional. Memória digital. Tecnologia da informação. Educação.

**ABSTRACT**

This research aims to understand the role of the Institutional Repository - IR in the preservation of the digital memory and dissemination of scientific and academic knowledge, bringing the reports of the experiences of the IR of the institutions of public higher education in the state of Sergipe, Institutional Repository of the Federal University of Sergipe - RI-UFS and the Institutional Repository of the Federal Institute of Sergipe - RIFS. Researches produced by Marcondes; Sayão (2009), Dodebei (2009), Bittencourt (2004), Le Goff (1990) were used as theoretical basis. This research is descriptive, having as methods applied the bibliographic survey in the Digital Library of Theses and Dissertations and in the IR of the researched institutions; and interviews performed with the librarians who participated in the RI-UFS creation process. Through this study it was verified that these digital repositories have integrated important networks of exchange of research in the national scenario and have been contributing to a greater visibility of the institutions that represent them.

**Keywords:** Institutional Repository. Digital memory. Information Technology. Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A criação e implantação de repositórios digitais em instituições de ensino superior tem crescido, inclusive no cenário sergipano. Considerando que a pesquisa é relevante na formação dos discentes de ensino superior e que, em meio a tantas fontes de informações, faz-se necessário uma ferramenta precisa, rápida e confiável, que ampare esse pesquisador em seus resultados.

Esse estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a importância dos Repositórios Institucionais (RI) na preservação da memória digital e na disseminação do conhecimento científico acadêmico, tendo como objetos da pesquisa os repositórios institucionais públicos e federais de ensino superior no estado de Sergipe, ou seja, a Universidade Federal de Sergipe - UFS e o Instituto Federal de Sergipe - IFS. Esses repositórios têm integrado importantes redes de intercâmbio de pesquisas no cenário nacional e vêm contribuindo para uma maior visibilidade dos trabalhos desenvolvidos, do corpo acadêmico e da própria Instituição que representam.

A metodologia aplicada nesse trabalho é a pesquisa descritiva, com o objetivo de reunir documentos, dados, informações acerca do tema proposto, segundo Perovano (2014), o processo descritivo é realizado para identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Nesse sentido realizou-se um levantamento bibliográfico nas áreas da Ciência da Informação e História da Educação no Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e consultas aos documentos eletrônicos disponibilizados nas páginas eletrônicas dos RI destas Instituições, tais como: política institucional, normas e instruções normativas, entre outros.

A fim de obter uma melhor compreensão sobre os históricos dos objetos pesquisados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os bibliotecários que participaram do processo de criação do RI-UFS, a ex-diretora da Biblioteca Central da UFS, Rosa Gomes Vieira<sup>1</sup> e o atual coordenador do RI-UFS, Fábio Farias Botelho<sup>2</sup>. Para obter informações sobre o RIFS, amparamos nas informações advindas do artigo “Implantação do Repositório Institucional do Instituto Federal de Sergipe – RIFS: experiência com o livre acesso”<sup>3</sup> de autoria da Comissão organizadora do referido repositório.

Para facilitar o entendimento, o artigo foi dividido em quatro partes, assim distribuídas: um

---

<sup>1</sup> A bibliotecária aposentada Rosa Gomes Vieira atuou como diretora da Biblioteca Central da UFS - BICEN entre os anos 2001 a 2013, sendo que foi na sua gestão a implantação do RI-UFS.

<sup>2</sup> O bibliotecário Fábio Farias Botelho é coordenador do RI-UFS desde 2012.

<sup>3</sup> Trabalho apresentado no Encontro de Usuários de Sistemas de Publicação – SIS PUB organizado pelo IBICT.

breve histórico do RI e sua relação na preservação da memória institucional; o papel dos RI na disseminação da informação; as experiências dos RI públicos de ensino superior, RI-UFS e RIFS; e análise do resultado.

## 2 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL – BREVE HISTÓRICO

O surgimento de redes de comunicação eletrônica, em meados do século XX, revolucionou os fluxos de informação, contribuindo para maior disseminação do conhecimento, havendo um novo modelo de produção acadêmico-científica e de aprendizagem em um contexto de espaço-tempo dinâmico. Entretanto, há uma preocupação (por parte dos pesquisadores desse assunto) com acúmulo de informações digitais, e de como e o que preservar de toda essa memória digital.

Todavia, foi a partir dos anos 80, com o acesso à Internet e o [www](#)<sup>4</sup>, que possibilitaram um aumento no número de pesquisas acadêmico-científicas e uma melhor e ampla divulgação dos seus resultados, provocando uma tentativa da parte de governos, instituições, comunidades acadêmicas, bibliotecas especializadas e acadêmicas na busca de alternativas para identificar, mapear, disponibilizar gratuitamente esses diferentes fluxos informacionais.

Era possível publicar na Internet, a um custo mínimo, com um alcance mundial e com uma rapidez entre a submissão do artigo e sua publicação consideravelmente maior. A lógica das cobranças de assinaturas, começa a ser confrontada por vários setores da comunidade acadêmica, a lógica do livre acesso (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 14).

Uma alternativa para garantir a guarda e a preservação a longo prazo e, principalmente, o livre acesso à produção científica de uma instituição, criou-se repositórios digitais, sendo o primeiro chamado **arXiv.org**<sup>5</sup> criado em 1991, no laboratório de física de Los Alamos, Novo México, EUA, coordenado pelo físico Paul Ginsparg<sup>6</sup>.

As transformações impactadas por essas novas tecnologias vinham sendo implantadas diretamente as outras instituições, sobretudo as que cuidavam de memória, como arquivos, centros de documentação e bibliotecas, apontando para um futuro inovador no que tange a realização de pesquisas nesses acervos e as novas formas de armazenamento destes, conforme descreve Figueiredo:

Outra tendência... refere-se à possibilidade de constituição de arquivos

<sup>4</sup> [www](#) é a sigla para World Wide Web que é um sistema em hipermídia, que é a reunião de várias mídias interligadas por sistemas eletrônicos de comunicação e executadas na Internet, onde é possível acessar qualquer site. Fonte: <<https://www.significados.com.br/>>

<sup>5</sup> Para maiores informações consulte <<https://arxiv.org/>>

<sup>6</sup> O físico Paul Ginsparg, nasceu em 1956 e atualmente é professor de Física e Computação e Ciência da Informação na Universidade Cornell. O arquivo de preprints arxiv.org foi desenvolvido enquanto ele era membro da equipe do Los Alamos National Laboratory, 1990–2001 e inicialmente abrangia a área de física, depois começou a ser aplicada nas áreas de matemática, ciência da computação, biologia quantitativa e estatística. Fonte: Weed (2002)

informatizados de banco de dados, a partir da formação de inúmeras bases de dados por Universidades, pesquisadores, instituições. O futuro parece apontar nessa direção (FIGUEIREDO, 1997, p. 605).

Antes mesmo de Figueiredo (1997), Le Goff (1990) já comentava sobre a importância da base de dados para o armazenamento da memória.

O novo documento é armazenado e manejado nos bancos de dados. Ele exige uma nova erudição que balbucia ainda e que deve responder simultaneamente às exigências do computador e à crítica da sua sempre crescente influência sobre a memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.468).

Os repositórios digitais surgiram com o propósito de preservação da memória digital e visibilidade institucional, sendo propagado em diversos países abrangendo diferentes áreas de conhecimento, e seguindo a política de livre acesso<sup>7</sup>, contudo iniciou-se uma mudança tornando-se cada vez mais parte de uma política pública, nos níveis institucional, nacional e internacional. Conforme Marcondes; Sayão (2009, p. 17) “os repositórios institucionais assumem um papel-chave... se inserem como um instrumento dentro de uma política institucional, de determinada área de conhecimento ou comunidade acadêmica e, mesmo, nacional.”

Figueiredo (1997), que viveu essa transição tecnológica, ao tratar das perspectivas dos arquivos informatizados, descreveu bem as características dos repositórios em formação

tratam seu acervo por meios informatizados, produzindo banco de dados de acesso à documentação textual, iconografia e sonora, digitalizando imagens de seu acervo, disseminando informações para pesquisadores por meio das redes de comunicação atendendo inclusive a um público mais amplo (FIGUEIREDO, 1997, p. 606).

Essa realidade relatada por Figueiredo (1997) não se restringiu apenas aos arquivos, mas as bibliotecas, centros de pesquisas e centros de documentações de instituições públicas e privadas.

Segundo Dodebei (2009, p. 93) pode-se definir um repositório institucional como uma base de dados digital e virtual, de caráter coletivo e cumulativo (memória da instituição), de acesso aberto, que se comunica com outros sistemas (softwares) que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição. Pode-se dizer que os repositórios são espécies combinadas de arquivo e de biblioteca digitais.

Ainda tratando da importância do RI, Marcondes; Sayão (2009, p. 19) acrescentam que “os repositórios institucionais trazem para universidades e instituições de pesquisa a oportunidade de se

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre a política de livre acesso consulte Marcondes; Sayão (2009) e o portal do IBICT <<http://www.ibicit.br>>

fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada” e disponível por meio de padrões metodológicos de recuperação de informação trazidas das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação.

Esses novos meios de memória eletrônica, como repositórios digitais e revistas eletrônicas, convidam a pensar a memória no século XXI, suas configurações e desafios. Dodebei (2009) traz esse olhar para o passado que conduz à uma época anterior cuja a transmissão dos saberes era passada oralmente, em uma memória individual. Esses dois meios de memória (a oralidade e a escrita) coexistem nos dias atuais e entram em disputa com novas mídias digitais no espaço virtual.

Segundo Le Goff (1990) a memória é como um elemento essencial do que costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. As instituições produtoras de memória têm o papel de democratizar a memória social contribuindo para o reconhecimento de grupos, acontecimentos, costumes e tradições ainda pouco documentadas, como é o caso do objeto dessa pesquisa.

Ao falar sobre os tempos da memória, Le Goff, comenta que o último seguimento retrata a memória no último século em que a chamou de “memória em expansão”. Apontando que os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória, e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida, o mais espetacular (LE GOFF, 1990).

Os repositórios institucionais são utilizados por muitas instituições para variadas aplicações como exemplifica Sayão; Marcondes (2009), gestão de atividades de pesquisa, veiculação de publicações eletrônicas, armazenamento de materiais de aprendizagem, gestão de dados de pesquisa, curadoria de materiais digitais, gestão de conhecimento, exposição virtual.

### **3 R.I. COMO FERRAMENTA DE PESQUISA E ENSINO**

O Repositório Institucional tem se tornado uma constante ferramenta utilizada por professores e estudantes de ensino superior para auxiliar no levantamento bibliográfico de títulos, assuntos e autores, trazendo a opção de refinamento nas buscas por período, instituições, além de realizar pesquisas correlatas envolvendo mais de um termo de busca. Soma-se a isso sua precisão e rapidez na entrega dos resultados pesquisados, e na disponibilização do conteúdo desejado sem custos e sem restrição de tempo e limite de acesso.

Segundo Bittencurt (2014), estudos apontam que as novas formas de compreensão do conhecimento ocorrem tanto pela alternância entre a oralidade, os sons e o visual, os quais, por vezes, põem a informação escrita em plano secundário, quanto pela fragmentação das informações provenientes de diferentes espaços e de maneira simultânea.

Todavia a comunidade acadêmica deve está capacitada a utilizar-se do RI e de outros recursos tecnológicos de apoio a pesquisa como comenta Xerfan.

As novas tecnologias de informação e comunicação são ferramentas que auxiliam o processo educacional e, conseqüentemente, exige dos educadores uma adaptação às possibilidades oferecidas por seus recursos, no sentido de estabelecer uma eficaz relação entre escolas, alunos e família no cenário dominado pela rede mundial (XERFAN, 2013, p.01).

Reforçando esse pensamento Bittencurt (2014, p. 18) acredita que “para ensinar, o professor necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade.” O educador deve estar pronto a aprender a como utilizar esses meios digitais de forma a aproveitar desses recursos no processo educacional, deve se atentar a não fazer interpretações permeadas de preconceitos de modo a não possibilitar um entendimento das configurações culturais emergentes dificultando com isso o diálogo com o aluno. (BITTENCURT, 2014).

Cabe ao educador compreender a forma pelo qual as novas gerações adquirem conhecimento, pois conforme Xerfan afirma, elas

vivenciam universo cognitivo diferenciado, em que conceitos de espaço, tempo, real e virtual constituem uma hiper-realidade muito dinâmica. Essa nova dimensão do conhecimento caracteriza-se pela relativização das noções e da realidade, com a eliminação das fronteiras com diversos saberes. (XERFAN, 2013, p.01).

É necessário também que o aluno se interesse e esteja preparado a incorporar essas tecnologias educacionais no seu dia a dia acadêmico, principalmente o de ensino superior, sobretudo o de pós-graduação, pois este se envolve continuamente com pesquisa em bibliotecas, centros de documentação e arquivos que tanto estão em ambientes virtuais como em físicos, estes por sua vez contendo seu acervo informatizado em bases de dados e em diferentes suportes como vídeos, áudios, impressos e eletrônicos.

Segundo site do IBICT<sup>8</sup>, no Brasil, o crescimento dos RI foi acelerado pelo projeto IBICT-FINEP/PCAL/XBDB<sup>9</sup> que teve seu primeiro edital em 2009. Mediante essa parceria da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos com o IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia foram contemplados 27 instituições públicas (federais, estaduais e municipais) de ensino e pesquisa com programas de pós-graduação reconhecidos pelo Ministério da

---

<sup>8</sup> O endereço eletrônico do IBICT é <<http://www.ibict.br/>>

<sup>9</sup> O projeto consiste na distribuição de kits tecnológicos, no treinamento dos recursos humanos da instituição e no suporte informacional e técnico para o bom desenvolvimento destes repositórios. Dentre esses itens vale destacar os softwares Dspace (bastante utilizado em RI) e SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas). Fonte: <http://www.ibict.br>

Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC/CAPES).

Segundo Gomes (2015) para que o repositório amplie a sua divulgação e visibilidade dos documentos armazenados é primordial o seu registro em diretórios internacional e nacional especializados em repositórios digitais de acesso aberto, cuja finalidade é fornecer aos pesquisadores informações sobre em quais repositórios eles podem depositar seus resultados de pesquisas, além de buscar e encontrar informações que possam ajudar na sua investigação.

No âmbito internacional, os diretórios mais utilizados e que têm o objetivo de organizar iniciativas de acesso aberto são: o Diretório de Repositórios de Acesso Aberto (Registry of Open Access Repositories – ROAR) e o Diretório de Repositórios de Acesso Aberto (Directory of Open Access Repositories – OpenDOAR), já em plano nacional, o Diretório Luso-Brasileiro de Repositórios e Revistas de Acesso Aberto se destaca por se uma importante fonte de informação.

Quanto ao cenário sergipano os repositórios institucionais ainda estão em fase de amadurecimento. Além do Repositório Institucional da UFS – RI-UFS, pioneiro entre as instituições de ensino superior no estado, encontram-se também disponíveis e de acesso livre os Repositórios do Instituto Federal de Sergipe - RIFS, Universidade Tiradentes e da Faculdade São Luís de França. Nessa pesquisa serão observados apenas os repositórios institucionais de ensino público superior, no caso o RI-UFS e o RIFS.

## **4 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL EM SERGIPE**

### **4.1 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFS - RI-UFS**

A criação do repositório da UFS – RI-UFS ocorreu em 2009 por meio do edital de chamada FINEP/PCAL/XBDB nº 003/2009 firmando-se um convênio como o IBICT para o fornecimento de servidor web e treinamento. Segundo Santos (2016, p. 90) desde a implantação do repositório foi criado o Comitê Gestor, composto por bibliotecários, técnicos em informática e docentes, inclusive discutindo a política institucional de informação da universidade.

Segundo a Resolução nº 40/201051, do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão a implantação do RI-UFS foi aprovada através da Resolução nº 40/2010/CONEPE, de 18 de junho de 2010, com o objetivo de armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual e os resultados de pesquisas desenvolvidas pelos diversos setores da UFS, utilizando-se para tanto de um software específico como forma de Acesso Livre às informações produzidas. O RI-UFS encontra-se disponível para consulta, até o momento desse estudo, pelo portal da UFS no endereço eletrônico: <<https://ri.ufs.br/>>, conforme ilustra Figura 1.



Figura 1 – Página principal do RI-UFS

Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RIUFS

Busca no repositório

O **Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS)** é uma iniciativa que visa reunir, disseminar e preservar toda a produção acadêmica e científica desenvolvida pelos diversos setores da **UFS**. Os conteúdos são organizados e disponibilizados em acesso livre, de forma a aumentar a visibilidade e o impacto da produção institucional, bem como contribuir com a democratização do conhecimento. Para saber como publicar, **CLIQUE AQUI**. Em caso de dúvidas, entre em contato conosco: [repositorio@ufs.br](mailto:repositorio@ufs.br) ou pelo telefone +55 79 3194-6528.

- ACERVOS
- EVENTOS - UFS
- PRODUÇÃO CIENTÍFICA
- RECURSOS EDUCACIONAIS
- TESES E DISSERTAÇÕES
- TRABALHOS ACADÊMICOS

Busca facetada

Autor	Assunto	Data de Publicação
Blank, Arie Fitzgerald (114)	CIENCIAS HUMANAS (344)	2010 - 2018 (314)
Pereira, Carlos Umberto (102)	OUTROS (474)	2000 - 2009 (958)
Arrigoni-Blank, Maria de Fátima (71)	CIENCIAS DA SAUDE (441)	1990 - 1999 (37)
Faro, André (42)	CIENCIAS EXATAS E DA TERRA (228)	1981 - 1989 (3)
Thianna, Bianca de Sá (27)	CIENCIAS DE BIOLÓGICAS (27)	

(Fonte: Portal RI-UFS <<https://ri.ufs.br/>>. Acesso em 20 abr., 2018)

O RI-UFS é gerenciado pela Biblioteca Central (BICEN) da universidade, lotada na Divisão de Apoio ao Leitor – DIALE, cuja função é auxiliar os usuários na busca e localização dos materiais informacionais nos acervos da BICEN. Na fase de implantação do repositório, destacou-se a bibliotecária Leticia Castro Silva, a primeira coordenadora do Repositório, ficando até a metade de 2012, quando solicitou sua transferência da UFS.

Segundo Vieira (2017), Leticia Silva já tinha trabalhado na Universidade de Brasília – UNB, com a professora que implantou o Repositório na UNB. Então foi providenciado, junto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a viagem da bibliotecária e de um membro do CPD (Coordenação de Processamento de Dados), a fim de que eles fizessem um treinamento que durou uma semana no IBICT. Ao retornarem, iniciou-se o processo de implantação do Dspace e consequentemente do Repositório.

No mesmo ano, o bibliotecário Fábio Farias Botelho, assumiu a coordenação do repositório e acumulativamente a da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD da UFS, exercendo as atividades de organização de dados, comunidades e coleções, realizar treinamentos e apresentações do repositório aos departamentos, além de fazer pesquisa e inserir dados no RI-UFS.

Ainda sobre esse período, o bibliotecário Fábio Botelho comenta:

O Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RI-UFS) foi criado em 2009 com o intuito de reunir disseminar e preservar a produção científica e acadêmica de docentes e técnicos da UFS. Inicialmente foi pensado

exclusivamente para esta produção mais dispersa, como artigos, capítulos de livros, trabalhos em eventos, já que existia outro portal (BDTD) que reunia a produção dos programas de pós-graduação da Universidade (BOTELHO, 2017).

No desenvolvimento das atividades de gestão do RI-UFS, a biblioteca conta com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa na disponibilização de mecanismos para estimular e garantir a plena alimentação do Repositório, além do Centro de Processamento de Dados, encarregado da manutenção do sistema operacional do RI. Porém os demais órgãos da UFS devem contribuir com o envio de informações e material necessário para à adequada alimentação da base de dados.

Em seu acervo digital, o RI-UFS reúne a produção científica, técnica, artística e administrativa da instituição, tais como, artigos científicos; comunicação e conferências; monografias; dissertações e teses dos servidores da UFS; livros e capítulos de livros; materiais cartográficos e visuais; música; publicações seriadas; relatórios administrativos, técnicos e de pesquisa; trabalhos publicados em canais de eventos, dentre outros, produzidos na universidade ou em outras instituições por seu corpo docente e técnico-administrativo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2010)

Conforme o bibliotecário Fábio Botelho (2017) os professores foram informados sobre o repositório e já foram estimulados a colocarem as suas produções científicas em CD-Rom para serem entregues ao RI-UFS, havendo no portal um manual de orientação para auxiliá-los e um modelo de autorização a ser preenchido pelo autor para que o documento seja disponibilizado.<sup>10</sup> No entanto a maior parte do acervo cadastrado é realizado pela equipe do RI, composto de um bibliotecário e um técnico administrativo.

A pesquisa do usuário no portal do RI-UFS foi organizada de modo a priorizar a pesquisa, portanto as comunidades se configuram de acordo com as diferentes formas de produção institucional (tese e dissertação, eventos, trabalhos acadêmicos, entre outros), estando vinculadas a elas as unidades da UFS (centros, departamentos, coordenações) e suas respectivas coleções.

Em 19 de outubro de 2017, por meio da Resolução n. 50/2017/CONEPE, foi estabelecido as diretrizes para a política de acesso à informação na Universidade Federal de Sergipe, na modalidade Acesso Aberto, através da integração do Repositório Institucional da UFS com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, ampliando de 1.570 (mil quinhentos e setenta) publicações, em setembro de 2017, para mais de seis mil, sendo distribuídos conforme Tabela 1.

---

<sup>10</sup> Por tratar-se de iniciativa de acesso livre, alguns trabalhos depositados no repositório institucional são de propriedade dos autores, assim, cabe aos autores a responsabilidade sobre o que é submetido e a decisão sobre quais conteúdos poderão ser acessados ou não, garantindo assim sua propriedade intelectual.

Tabela 1 – **Distribuição do Acervo digital do RI-UFS (2009-2018)**

<b>Coleções</b>	<b>Quantidade</b>
Artigos	1378
Livro	4
Capítulo de livro	12
Dissertação	3510
Tese	555
Trabalhos em eventos	602
Caderno Pedagógico	32
Monografia	663
Outros	680
<b>Total</b>	<b>7.436</b>

(Fonte: Portal RI-UFS <<https://ri.ufs.br/>> Acesso 31 ago., 2018)

Ainda sobre a integração, Botelho comenta:

De toda forma estamos trabalhando agora para ampliar o repositório, reunindo a produção docente e técnica a toda a produção acadêmica, científica, artística e intelectual da universidade, visando uma maior amplitude dos serviços prestados à comunidade interna e externa, bem como o aproveitamento da plataforma para melhorar a visibilidade da UFS e reunir, preservar e disponibilizar ainda mais a produção institucional (BOTELHO, 2017).

O RI-UFS é referência em repositório digital em Sergipe, tendo vínculo com os mais importantes diretórios de repositórios de acesso aberto em âmbito internacional OpenDOAR e ROAR, inspirou outras instituições de ensino superior locais a investirem no projeto de implantação do seu RI, como foi o caso do Instituto Federal de Sergipe – IFS que recentemente se lançou nesse empreendimento.

#### 4.2 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IFS - RIFS

O projeto de implantação do Repositório Institucional do Instituto Federal de Sergipe - RIFS surgiu da necessidade de sistematizar uma política de disseminação e disponibilizar à sociedade o resultado das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFS. Começou oficialmente por meio da Portaria nº 818 de 30 de março de 2016, onde foi constituída uma Comissão de profissionais das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Tecnologia da Informação, presidida pela Diretora Geral de Bibliotecas do IFS, Kelly Cristina Barbosa.

Segundo Souza; Barbosa; Silva (2017) o RIFS utiliza o software Dspace customizado pela interface JSPUI, conforme Figura 2

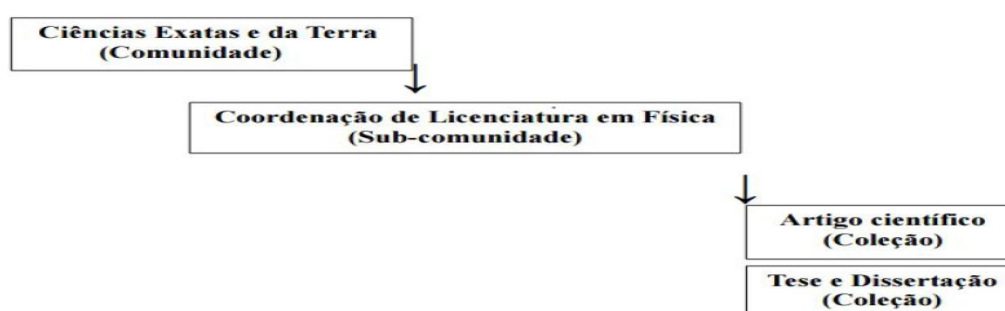


**Figura 2 – Página principal do RIFS**

(Fonte: <repositorio.ifs.edu.br/biblioteca>. Acesso em 21 abr, 2018)

A estrutura organizacional do RIFS é dividida em comunidades, segundo as Áreas do Conhecimento definidas pelo CNPq, estas subdividem-se em sub-comunidades que representam as Coordenações de cursos existentes no Instituto Federal de Sergipe – IFS, e dentro de cada sub-comunidade há coleções para os diferentes tipos de documentos de autoria dos docentes e/ou discentes associados aos respectivos cursos, conforme Figura 3.

**Figura 3 – Estrutura organizacional do RIFS**



(Fonte: SOUZA; BARBOSA; SILVA, 2017, p. 4)

Por meio da Portaria 2997/2016, de 21 de outubro de 2016 foi criada a Coordenadoria do Repositório Institucional do IFS - CRIFS subordinada a Diretoria Geral de Bibliotecas para gerir o processo de submissões na base de dados, interagindo com os coordenadores de curso, professores e

editoras, contribuindo para democratização do conhecimento e disseminação da informação. Entretanto a Instrução Normativa estabelecendo o regulamento do RIFS se deu por meio da Portaria n. 704 de 23 de março de 2017 ratificando em fim a importância do RIFS na Instituição.

A alimentação do RIFS é realizada por uma equipe composta por um bibliotecário e uma bolsista, que para isso adotam os seguintes procedimentos: no caso dos artigos publicados em periódicos, comunicações e banners em canais é realizado a pesquisa e seleção das publicações, verificando em seguida se tem autorização de livre acesso da revista, editora ou do organizador do evento e por fim efetuar o depósito na base de dados. Em se tratando dos Trabalhos de Conclusão de Curso (artigos, relatórios finais, monografias, dissertações, teses), patentes, marcas e os softwares é necessário a assinatura do Termo de Autorização do Autor disponibilizada no site do RIFS.

O repositório deixa a opção de autoarquivamento para os professores e técnicos administrativos disponibilizando um manual de instruções de como depositar no RIFS por meio do portal <repositorio.ifs.edu.br/biblioteca>. Entretanto até o momento dessa pesquisa, segundo o bibliotecário responsável pelo repositório foi de apenas dois servidores que utilizaram desse mecanismo, acredita-se que terá aumento significativo após treinamentos realizados com os docentes ainda em fase de agendamento.

Em virtude do RIFS ter começado o processo de alimentação a pouco tempo e ter uma equipe reduzida, até o momento desta pesquisa seu acervo tem um total de 409 (quatrocentos e nove) documentos depositados, sendo distribuídos conforme Tabela 2.

**Tabela 2 – Distribuição do Acervo digital do RIFS - 2018**

<b>Tipo de Coleções</b>	<b>Quantidade</b>
Artigos	263
Capítulo de livro	4
Livro	14
Dissertação	15
Tese	7
TCC	73
Resumo expandido	33
<b>Total</b>	<b>409</b>

(Fonte: Portal RIFS <repositorio.ifs.edu.br/biblioteca> Acesso em 31 ago., 2018)

Segundo Souza; Barbosa; Silva (2017) o Repositório Institucional do IFS tem contado com o incentivo das Pró-Reitorias do Instituto no que tange a facilitação do contato e perfis dos servidores do IFS, no comprometimento em fornecer artigos e banners produzidos nos eventos organizados

pelo Instituto e com a elaboração de políticas de autorização para acesso livre no que tange aos trabalhos de conclusões de cursos de graduação e técnicos da instituição.

A experiência do IFS com a criação e implantação do RIFS, foi apresentada nos eventos simultâneos promovidos pelo IBICT, a saber III Seminário Internacional de Preservação Digital, V Encontro da Rede Cariniana<sup>11</sup> e no Encontro de Usuários de Publicação 2017. Atualmente o Repositório Institucional do IFS está vinculado ao diretório de repositórios da Conif<sup>12</sup> e já tem uma proposta para integrar no diretório OpenDoar.

## 5 ANÁLISE DE RESULTADOS

As experiências com os Repositórios Institucionais do ensino superior público em Sergipe se mostrou promissor e para uma análise comparativa entre os RI da UFS e do IFS foi elaborado a Tabela 3 contendo semelhanças e diferenças técnicas na execução dos dois RI.

**Tabela 3 - Análise dos Repositórios Institucionais Federais de Ensino Superior em Sergipe**

<b>QUESTÕES</b>	<b>Universidade Federal de Sergipe - UFS</b>	<b>Instituto Federal de Sergipe - IFS</b>
<b>Nome do Repositório</b>	<b>Repositório Institucional da UFS - RI-UFS</b>	<b>Repositório Institucional do IFS - RIFS</b>
<b>Cadastro em Diretórios</b>	OpenDOAR e ROAR	Conif
<b>Software</b>	Dspace	Dspace
<b>Interface</b>	JAVA	JSPUI
<b>Política de Funcionamento</b>	Sim	Sim
<b>Regimento Interno</b>	Não	Sim
<b>Política de preservação ambiental</b>	Não	Não
<b>Depósito</b>	Realizado pelo administrador.	Realizado pelo administrador e Autoarquivamento.
<b>Departamento responsável</b>	Biblioteca Central - BICEN	Diretoria Geral de Bibliotecas - DGB
<b>Coordenador do RI</b>	Fábio Farias Botelho	Salim Silva Souza

<sup>11</sup> Rede Cariniana surgiu da necessidade de se criar no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict uma rede de serviços de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo. *Fonte:* <www.ibict.br/>

<sup>12</sup> O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) é uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. *Fonte:* <portal.conif.org.br>

	(Bibliotecário)	(Bibliotecário)
<b>Equipe do RI</b>	Bibliotecário e Técnico administrativo	Bibliotecário e Bolsista

(Fontes: Portal RI-UFS; Portal RIFS)

Foi observado que o IBICT foi o ponto de referência para a concepção dos dois repositórios pesquisados, sendo que no caso do RI-UFS houve uma parceria mais estreita, com visitas longas de técnicos da UFS em Brasília, enquanto que no caso do RIFS se deu de maneira mais técnica pela utilização de normativos e mídias fornecidos pelo sistema de comunicação da instituição fornecedora do software.

A UFS utilizou durante algum tempo duas bases de dados, uma para armazenar as teses e dissertações da UFS e outra para artigos, trabalhos de conclusão de cursos, livros entre outras publicações, apenas em 2017 que houve a unificação em uma só base. No caso do RIFS, o Instituto Federal de Sergipe adotou uma base de dados que absorvesse todas as demandas de publicações determinadas pelo Instituto, o que facilitou na concentração do trabalho em um único objeto específico.

Devido a ter mais tempo de criação, o acervo digital do RI-UFS é maior em relação ao RIFS, porém ambos têm um problema em comum que acarreta na demora em disponibilizar na base de dados as publicações autorizadas e avaliadas que é a falta de recursos humanos para a execução dessas ações; os dois repositórios contam com uma equipe de duas pessoas.

O RI-UFS serviu como referencial mais próximo para o RIFS, mas sem perder suas próprias características, visto que; procura atender não só um público de ensino superior, mas também tem a responsabilidade de trabalhar com alunos do ensino técnico, procurando estimulá-los a pesquisa científica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Repositórios Institucionais (RI) têm um importante papel na preservação da memória digital, armazenando e organizando em fontes documentais, científicas e acadêmicas em diferentes meios eletrônicos (vídeos, áudios, textos, imagens) de forma a deixá-los disponíveis e de livre acesso a todos que utilizam a internet.

Esses lugares de memória não podem se limitar apenas em espaços físicos, mas sim em ambientes de ações, de trocas, de comemorações, de manutenções das tradições. É de responsabilidade de cada Instituição fazer a seleção do que se quer e o que deve-se armazenar em seus repositórios, visando o processo de preservação de sua memória institucional.

Devido ao grande fluxo de informação existentes de várias áreas e instituições elevou a quantidade de RI implantadas atualmente, o que levou a criação de diretórios de repositórios para melhor integrar e medir esse conteúdo bibliográfico. Esses repositórios têm integrado importantes redes de intercâmbio de pesquisas no cenário nacional e vêm contribuindo para uma maior visibilidade das instituições que as representam.

Pode-se constatar que a biblioteca tem desempenhado um papel singular no gerenciamento dos RI em suas instituições de ensino, principalmente se tratando dos repositórios institucionais implantados no estado de Sergipe, sendo um elo de ligação entre professores e a base de dados no processo de alimentação e divulgação da mesma, utilizando para isso treinamentos e acesso a manuais de utilização do software. Porém para que seja aproveitado essa importante ferramenta da melhor maneira possível, além de outros recursos tecnológicos é necessário que tanto professor quanto aluno tenham disponibilidade em aprender a utilizá-los.

O grande desafio do RI-UFS e RIFS é a manutenção e constantes atualizações destes tendo um quadro operacional reduzido a duas pessoas para realizar todo o processo. O repositório vem desempenhando um grande papel na disseminação dos trabalhos acadêmicos da UFS e do IFS dando visibilidade, credibilidade e um novo ânimo nas pesquisas e na construção do conhecimento, por esse aspecto recomenda-se a implantação dos repositórios institucionais em todas as universidades e instituições de ensino e pesquisa, o que refletirá em maior credibilidade e maiores incentivos financeiros para pesquisa e produção científica.

## REFERÊNCIAS

ARXIV.ORG. Disponível em: <<https://arxiv.org/>> Acesso em 12 jul., 2017

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2004.

BOTELHO, Fábio Farias. **Entrevista** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[salim.souza@ifs.edu.br](mailto:salim.souza@ifs.edu.br)> em 17 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Sergipe. **Cria a Coordenadoria do Repositório Institucional do IFS - CRIFS, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, subordinada à Diretoria Geral de Bibliotecas**. Portaria n. 2997, de 21 de outubro de 2016. Lex: Boletim de Serviço, Aracaju, n. 142, p. 3, 21 out. 2016. Legislação Federal e marginalia.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Sergipe. **Aprovar a Instrução Normativa DGB n.º 001/2017, que dispõe sobre o estabelecimento das atividades desenvolvidas no Repositório Institucional do Instituto Federal de Sergipe**. Portaria n. 704, de 23 de março de 2017. Lex: Boletim de Serviço, Aracaju, n. 42, p. 20-24, 23 mar. 2017. Legislação Federal e marginalia.



CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – Conif. Disponível em: <[portal.conif.org.br](http://portal.conif.org.br)> Acesso em 15 set., 2017

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>> Acesso em 15 set, 2017

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa ao ciberespaço. In: SAYÃO, Luis Fernando [et al.] (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009. p.. 83-106.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** 5. ed. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997. p. 591-620

GOMES, Fábio Andrade. **Padronização de metadados na representação da informação em repositórios institucionais de universidades federais brasileiras.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARCONDES, Carlos Henrique, SAYÃO, Luis Fernando. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando [et al.] (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009. p.. 9-22.

PEROVANO, Dalton Gean . **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social.** 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014. v. 1.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFS - RI-UFS. Disponível em <<https://ri.ufs.br/>>. Acesso em 11 ago., 2017

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IFS – RIFS. Disponível em <<http://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca>> Acesso em 15 ago., 2017

SANTOS, Marcelo Rocha. **Repositório institucional como alternativa para a gestão da produção científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.** 2016. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SAYÃO, Luis Fernando, MARCONDES, Carlos Henrique. Softwares livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luis Fernando [et al.] (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009. p.. 23-54.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/>> Acesso em 12 jul., 2017.

SOUZA, Salim Silva; BARBOSA, Kelly Cristina; SILVA, Dulce Elizabeth Lima de Sousa e. **Implantação do Repositório Institucional do Instituto Federal de Sergipe – RIFS: experiência com o livre acesso.** In.: Encontro de Usuários de Sistemas de Publicação - SIS PUB. 2017, Brasília. Anais... Brasília: IBICT, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/308>> Acesso em 22 jul., 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resolução nº 40, de 18 de junho de 2010. **Estabelece política de acesso livre à informação científica da UFS.** São Cristóvão, 2010. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/files/politica-ri-ufs.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resolução nº 50, de 19 de outubro de 2017. **Estabelece diretrizes para a política de acesso à informação na Universidade Federal de Sergipe, na modalidade Acesso Aberto .** São Cristóvão, 2017. Disponível em: <[http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/3217/0502017\\_-\\_Reposit\\_rio\\_Institucional.pdf](http://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/3217/0502017_-_Reposit_rio_Institucional.pdf)> Acesso em: 20 abr., 2018.

VIEIRA, Rosa Gomes. Entrevista concedida a Salim Silva Souza, em Aracaju, 20 out., 2017.

WEED, William Speed. Phony Science: questions for Paul Ginsparg. **The New York Times Magazine.** New York, 13 out., 2002. Disponível: <<http://www.nytimes.com/2002/10/13/magazine/the-way-we-live-now-10-13-02-questions-for-paul-ginsparg-phony-science.html?mcubz=1>> Acesso em 15 jun., 2017

XERFAN, Maura. **Mídias sociais: um novo desafio na educação.** In: Congresso Rio de Educação, 9, Rio de Janeiro, 2013. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro, Sinepe Rio, out. 2013. Disponível em: <<http://www.colegio24horas.com.br/sineperio/arquivos/palestra%20Maura%20Xerfan.pdf>> Acesso em 20 jun., 2017.

Recebido/ Received: 31/08/2018 Aceito/ Accepted: 03/09/2018 Publicado/ Published: 15/11/2018
--